

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG**

MARISA PEREIRA KAMINSKI

**A APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA
AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, EM ENTRE RIOS / GUARAPUAVA (PR)**

GUARAPUAVA/PR

2012

MARISA PEREIRA KAMINSKI

**A APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA
AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, EM ENTRE RIOS/GUARAPUAVA (PR)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de concentração: Dinâmica da paisagem e dos espaços rurais e urbanos).

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Fajardo

GUARAPUAVA/PR

2012

Catálogo na Publicação
Biblioteca da UNICENTRO, Campus CEDETEG

Kaminski, Marisa Pereira

K12a A apropriação econômica do território pela Cooperativa Agrária
Agroindustrial, em Entre Rios / Guarapuava (PR) / Marisa Pereira Kaminski. –
– Guarapuava, 2012
xii, 163 f.: il.; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em
Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2012

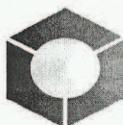
Orientador: Sérgio Fajardo

Banca examinadora: Cecília Hauresko, Marcos Aurélio Saquet

Bibliografia

1. Geografia. 2. Cooperativismo. 3. Agroindústria. 4. Territorialidades. 5.
Cooperativas. 6. Agronegócios. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em
Geografia.

CDD 338.1862



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
 SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

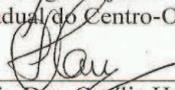
MARISA DO BELÉM PEREIRA KAMINSKI

A APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA
 AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, EM ENTRE RIOS/GUARAPUAVA (PR)

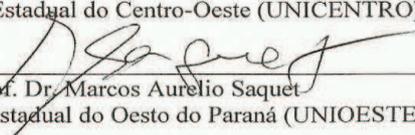
Dissertação **APROVADA** em 10/8/2012 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:



 Prof. Dr. Sérgio Fajardo – presidente
 Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



 Profa. Dra. Cecília Hauresko
 Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



 Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet
 Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



 Marisa do Belém Pereira Kaminski

Guarapuava (PR), 10 de agosto de 2012.

Dedico este trabalho às duas pessoas mais importantes da minha vida:

Ao meu esposo Sergio, pelo amor expressado em forma de incentivo e apoio em todos os momentos, e à minha filha Bruna, que em sua juventude soube compreender a distância física provocada pelas atividades do mestrado e da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço ao Ser Superior, independentemente do nome recebido ou da fé em que é professado, por acompanhar esta trajetória marcada pelo objetivo de contribuir com o conhecimento. Em seguida, a inúmeras pessoas que colaboraram na realização da presente pesquisa:

Anton Gora, agricultor, descendente suábio do Danúbio, que com sua obra “Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava”, da qual participei com trabalhos de entrevistas e redação, suscitou provocações e inspirou o presente trabalho.

Jorge Karl, diretor-presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial, pela capacidade de compreender a importância de um trabalho científico embasado em uma análise crítica da realidade.

Cooperados e ex-cooperados que abriram as portas de suas casas e as porteiras de suas propriedades rurais para compartilhar suas vivências e seus anseios em relação à cooperativa.

Prof. Dr. Sergio Fajardo por ter acolhido meu projeto, aceitando ser meu orientador e acompanhado com dedicação e entusiasmo toda a caminhada. Sem impor suas concepções, contribuiu para o amadurecimento da pesquisa.

Às professoras Márcia da Silva, pela atenção enquanto coordenadora do programa; Cecília Hauresko, pelas considerações feitas na qualificação e pelo apoio no estágio de docência; Marquiana Gomes pelo incentivo, e em especial, à Karla Brumes, pela compreensão em momentos difíceis. Aos demais professores da UNICENTRO, Lisandro Schmidt e Leandro Vesten, e Francisco Mendonça da UFPR, por proporcionarem em suas disciplinas um espaço de discussão dos conceitos e das práticas da ciência geográfica. Agradeço também ao professor Marcos Pelegrina, pela elaboração dos mapas.

Os colegas do mestrado pelos poucos, mas agradáveis momentos que passamos juntos. Um agradecimento especial à Roseli Nychai, Daniel Cirilo Augusto, Anderson Muzzollon e Cleiton Denez pelo grande companheirismo. À minha amiga Carla Klein, que deu mais que apoio nas correções, mas também incentivo nos momentos difíceis. À CAPES, que possibilitou a dedicação à pesquisa concedendo bolsa de estudos, e à UNICENTRO, por oferecer o Programa de Pós-Graduação em Geografia que a cada dia dá passos importantes para sua consolidação.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	vi
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	11
1 O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO RURAL	17
1.1 A territorialidade por uma perspectiva econômica.....	25
1.2 A agropecuária brasileira no contexto das dinâmicas territoriais.....	28
1.3 No Paraná, a reprodução dos contrastes existentes no campo.....	39
2 O COOPERATIVISMO E O CAPITAL	47
2.1 Princípios como diferenciais?.....	48
2.2 Características do cooperativismo no Brasil.....	53
2.3 As cooperativas dos imigrantes.....	59
3 APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL	63
3.1 A territorialização dos suábios do Danúbio em Entre Rios.....	72
3.2 História e estratégias da Cooperativa Agrária.....	79
3.3 Necessidade de diversificar.....	97
3.4 As relações de poder em Entre Rios.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
APÊNDICES	146

LISTA DE SIGLAS

ABSER	Associação Beneficente de Senhoras de Entre Rios
ACENDER	Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADFG	Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava
APAE	Associação Paranaense dos Amigos dos Excepcionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAGED	Cadastro Geral do Empregados e Desempregados
CAMP	Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis
CNE	Conselho Nacional de Economia
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
COAMIG	Cooperativa Agrícola Mista de Guarapuava
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERALIANÇA	Cooperativa Agroindustrial Aliança de Carnes Nobres Vale do Jordão
DERAL	Departamento de Economia Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAPA	Fundação de Pesquisa Agropecuária
FATES	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FR	Fundo de Reserva
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de desenvolvimento Humano-Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRE	Núcleo Regional de Educação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIS	Programa Agrária de Integração Solidária
PMG	Prefeitura Municipal de Guarapuava
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM/GP	Procuradoria da República no Município de Guarapuava
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas
RF	Receita Federal
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SUS	Sistema Único de Saúde
SWISS	Ajuda Suíça para a Europa
AID/SCHWEIZER	
EUROPAHILFE	

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Estimativa da produção de milho e soja, em relação a outros grãos.....	33
Figura 2: Produção agrícola do Paraná (Trigo).....	40
Figura 3: Produção agrícola do Paraná, (Milho).....	41
Figura 4: Produção agrícola do Paraná, (Soja).....	41
Figura 5: Distribuição das cooperativas por ramo.....	54
Figura 6: Mapa das cooperativas fundadas por imigrantes no Paraná.....	60
Figura 7: Guarapuava localiza-se na mesorregião Centro-Sul do Paraná.....	63
Figura 8:A Cooperativa Agrária é a que mais se integrou ao Complexo.....	71
Figura 9: Chegada dos imigrantes suábios do Danúbio em Guarapuava.....	73
Figura 10: Cadastro das areas das colônias de Entre Rios, Guarapuava.....	75
Figura 11: As primeiras atividades agrícolas foram feitas com tração animal.....	82
Figura 12: Colheita manual de arroz de sequeiro.....	84
Figura 13: Fazenda Taguá I	112
Figura 14/15: Propriedades rurais nas colônias de Entre Rios.....	113
Figura 16: Há residências no distrito.....	115
Figura 17: Índice de atendimento da rede de esgoto.....	118
Figura 18: Uma das vilas existentes no distrito.....	119
Figura 19: Estrutura Fundiária do Município de Guarapuava.....	124
Figura 20: Categoria dos imóveis rurais em Guarapuava.....	124

RESUMO

A pesquisa apresenta a apropriação econômica do território por parte da Cooperativa Agrária Agroindustrial, instalada no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, na mesorregião Centro-Sul do Paraná. Pressupôs-se que essa apropriação incorpora estratégias territoriais e processos relacionais conformando as territorialidades da Cooperativa Agrária. Na busca por respostas, o presente trabalho norteou-se nas concepções de Haesbaert (2004) que trata das múltiplas territorialidades em suas formas política, econômica e cultural influenciando a produção do território, mas principalmente em Saquet (2002, 2003), que destaca entre essas dimensões o aspecto econômico. A Agrária, fundada por suábios do Danúbio (povos de língua e cultura alemã), é uma das cooperativas paranaenses fundadas por imigrantes. Tais cooperativas tiveram inspiração no associativismo europeu do século XIX, com suas peculiaridades organizacionais envolvendo a coesão do grupo na relação com o trabalho e na questão da identidade étnico-cultural. Contudo, ao se apropriar economicamente do território, a Agrária articulou estratégias territoriais voltadas à produção para grandes mercados, e em seus processos relacionais gerou conflitos internos. Esse modo de agir cotidiano da cooperativa está no bojo das formas de organização, apropriação e dominação do espaço conformando territorialidades, com dimensões sociais e econômicas que afetam direta e localmente o distrito de Entre Rios.

Palavras-chave: Cooperativa, Imigrantes, Apropriação econômica, Territorialidades.

ABSTRACT

LAND MANAGEMENT APPROPRIATION BY AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL COOPERATIVE, LOCATED IN ENTRE RIOS/ GUARAPUAVA (PR)

This research shows the economic ownership of the territory by the Agrária Agroindustrial Cooperative, located in the Entre Rios district, in Guarapuava, in the south-central part of Paraná. Assumptions that this appropriation includes territorial strategies and relational process conforming the Agrária Cooperative's territorialities. In search of answers, this study was guided in the Haesbaert conceptions (2004), that deals with the multiple territorialities, in their political, economic and cultural ways, influencing the production in the territory, but mainly in Saquet (2002, 2003), which highlights, between those dimensions, the economic aspect. Agrária was founded by the Danube Swabians (people with German language and German culture), it is one of the cooperatives in Paraná founded by immigrants. Such cooperatives were inspired by the nineteenth-century European associations, with its organizational peculiarities involving the group organizational cohesion in relation to the work and the query of ethnocultural identity. Nevertheless, by the economic appropriation of the territory, Agrária has articulated some territorial strategies directed to the production for the large markets, and their relational process has generated some internal conflicts. This daily mode of action in the cooperative is in the midst of the organization, appropriation, and the space domination shaping the territoriality, with social and economic dimensions, that affects directly, and locally, the Entre Rios district.

Key-Words: Cooperative; Immigrants; Economic Appropriations; Territorialities.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa foram observadas as territorialidades de cooperativas agropecuárias paranaenses constituídas na década de 1950 por imigrantes, a partir da análise da Cooperativa Agrária Agroindustrial, localizada no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, na mesorregião Centro-Sul do Paraná.

A cooperativa em análise foi fundada em 5 de maio de 1951 por suábios do Danúbio, povos de idioma e cultura germânicos, que emigraram para o Brasil logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, à procura de um novo lugar para se reproduzirem econômica e socialmente.

Com base nessas questões, os objetivos traçados foram compreender em uma organização cooperativa marcada pelo componente cultural, quais são as estratégias territoriais empregadas para competir no mercado, em que tais estratégias diferem de outras cooperativas também oriundas de colônias de imigração e as consequências desses modos de agir espacialmente.

As cooperativas agropecuárias são espaços nos quais grupos de produtores se associam para organizar e facilitar a produção, o escoamento e a comercialização de produtos. Em suas raízes históricas, tais grupos organizaram-se sob diretrizes do cooperativismo enquanto base filosófica, e avançaram sobre o território, imprimindo suas territorialidades por meio das relações sociais, de produção e comercialização.

No caso das cooperativas atreladas às colônias de imigração, o componente étnico-cultural ainda exerce influência nas relações sociais, resultando em uma identidade, um “modo de ser” peculiar. Tais organizações desenvolvem programas de preservação da língua e dos costumes dos imigrantes, bem como conservam a natureza das atividades produtivas originalmente implantadas pelos pioneiros.

Por outro lado, os direcionamentos das práticas organizacionais são fortemente influenciados pelas dinâmicas dos grandes mercados nacionais e internacionais. Desse contexto faz parte a Cooperativa Agrária Agroindustrial, que se mostra representativa de uma forma de associação inspirada no cooperativismo europeu iniciado no século XIX, mas se reproduziu em meio ao capitalismo obtendo êxito econômico e financeiro no mercado interno e externo. Em 2011, a cooperativa obteve um faturamento na ordem de R\$ 1,2 bilhão com o fornecimento de insumos, venda da produção *in natura*, venda da produção agroindustrializada, prestação de serviços e outros ingressos e receitas.

No âmbito da produção, a Cooperativa Agrária Agroindustrial concentra-se em programas de fomento às culturas de cereais como milho e soja, trigo e cevada cervejeira. A cevada é considerada pela cooperativa um de seus pilares de sustentação. Em média são produzidas anualmente cerca de 30 toneladas de cevada, que abastecem aproximadamente, 30% da produção nacional.

A cooperativa possui a maltaria Agromalte, além da indústria de farinha de trigo, fábrica de rações, de óleo de soja e óleo degomado. Uma indústria para processamento de milho deve entrar em operação em 2013. O óleo e o farelo de soja passaram a ser exportados a partir de janeiro de 2012. Os demais produtos agrícolas abastecem o mercado nacional.

A produção de *commodities* agrícolas tem sido o foco dos negócios da Agrária desde o início da década de 1950. Os incentivos fiscais governamentais, tanto da esfera federal quanto estadual, foram e continuam sendo decisivos para o fomento à produção da cooperativa.

Estudando esse perfil, pressupôs-se que a produção de cereais, que ocupam grandes áreas mecanizáveis, apresenta algumas implicações e mostra-se como uma das particularidades da Cooperativa Agrária, em relação a outras cooperativas de imigrantes no estado, que alcançaram o mesmo grau de evolução técnica e de crescimento econômico, mas diversificaram suas atividades produtivas.

Entre as implicações há uma hipótese de que a produção de grãos fez aumentar o percentual de médios e grandes produtores associados, atualmente em torno de 70% do total de 549 cooperados até o final do exercício de 2011, número divulgado pela cooperativa (AGRÁRIA, 2011). Nas primeiras duas décadas da colônia as propriedades não passavam de 50 hectares.

Seguindo por essa linha de raciocínio, mostrou-se inquietante esse tipo de atividade agrícola praticada pelo agronegócio do qual a Cooperativa Agrária está inserida. O agronegócio visa a produção de culturas agrícolas mais rentáveis que podem ser negociadas globalmente. Dentro desse setor, os monocultivos estão associados à transformação de matérias-primas pela agroindústria. O segmento está entre o lucrativo e o vulnerável, frente às constantes oscilações da economia e do mercado mundiais, além do que, o agronegócio proporciona ao Brasil baixo índice de agregação de valor dos fatores de produção, em especial, o fator trabalho, concentração fundiária e a baixa ocupação de mão-de-obra. Diante desse cenário, buscou-se analisar como a Cooperativa Agrária se apropriou

do território, ou seja, qual foi a dimensão a ele atribuída pelo grupo social formado pelos suábios do Danúbio, representado juridicamente pela cooperativa.

Nesse intuito, o trabalho foi elaborado a partir da investigação qualitativa obtida pela coleta de dados documentais existentes sobre a cooperativa e depoimentos de pessoas que têm ou tiveram relações com a organização. Selecionou-se um número pequeno, mas não menos relevante de sujeitos para que fosse possível detalhar as informações e simplificar as análises.

Com base nos estudos de Duarte (2002, p. 143) sobre o sistema de rede na seleção dos entrevistados, também julgou-se que, “alguém do meio, a partir do próprio ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que alguém que observa, inicialmente de fora”.

Assim, dentre os 549 cooperados (ativos e inativos) ao final do exercício de 2011, foi selecionado um grupo de 54 agricultores, ou 10% desse universo, independentemente das categorias de pequeno, médio ou grande produtor rural. Foram entrevistadas 24 pessoas, entre cooperados e ex-cooperados, bem como moradores da cidade de Guarapuava e o presidente da Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios (ACENDER). Desse grupo foram extraídos e utilizados sete depoimentos a partir de um ponto de saturação, ou seja, momento em que o material obtido possibilitou identificar as práticas e as dinâmicas conformando as territorialidades da Cooperativa Agrária, e obter um nível de compreensão dos reflexos dessas estratégias, localmente, no distrito de Entre Rios.

Para prosseguir nesse caminho, buscou-se amparo, primeiramente, em uma revisão bibliográfica constituída por autores da geografia, mas também de outras áreas como a economia, administração, história e sociologia, por ser considerada a importância da interdisciplinaridade na investigação das questões envolvidas pelas ciências humanas.

As leituras demonstraram a amplitude do conceito de território, balizador dessa investigação, e sua derivação - a territorialidade. Esses conceitos, enquanto categoria analítica, baseados nas múltiplas dimensões ou concepções de teóricos como Sack (1986), Raffestin (1993), Saquet (2003), Souza (1995) e Haesbaert (2004) explicam as manifestações territoriais do objeto de estudo Cooperativa Agrária. Tais autores analisam o território como sendo espaços onde se desenvolvem as ações humanas caracterizadas por relações de poder. Essas relações manifestam-se de forma política, econômica e social. A territorialização, processo de constituição de territórios, tem o componente do poder.

A Cooperativa Agrária territorializou-se no distrito de Entre Rios, apropriando-se desse espaço e extraiu de seus recursos os meios para produzir, alterando o uso e a posse

da terra. Um espaço onde as atividades rurais eram limitadas à criação extensiva de gado, ao extrativismo da madeira, às pequenas lavouras para consumo próprio das famílias. Nesse cenário, as mudanças infraestruturais são atribuídas à presença da cooperativa pelas lideranças dos setores político e econômico do município e do estado. O distrito de Entre Rios foi criado 11 anos após a instalação da Cooperativa Agrária.

A Agrária construiu seu território por processos relacionais dentro de um processo dialético que transforma a ordem da vida em sociedade, alterando o ritmo das atividades cotidianas do campo. A apropriação e a produção dos territórios ocorrem de variadas formas quais sejam políticas, econômicas e culturais. Percebeu-se que essa organização cooperativista, ainda que seja regida pelos princípios cooperativistas, é uma empresa agroindustrial atrelada ao conjunto da economia de grande escala. Por agir dentro dessa lógica, a cooperativa apresenta conflitos entre seus pares, muitas por conta de mudanças promovidas pela inserção da industrialização no campo, induzindo a novos comportamentos administrativos.

As grandes transformações na Cooperativa Agrária se acentuaram na década de 1960. Entretanto, foi necessário um recorte temporal desde a década de 1950 até os dias atuais para podermos contextualizar o objeto de estudo no tempo. Os anos de 1950 foram marcantes pelo início de intensas alterações socioeconômicas no campo por conta da chamada “modernização da agricultura”, termo controverso entre vários autores que se dividem no grupo que considera apenas a evolução da base técnica da agricultura, e os que levam em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção.

Para o sistema capitalista da década, a política desenvolvimentista traduzia como ninguém o pensamento de industrializar o urbano e modernizar a produção rural como forma de desenvolver o país. Hoje não se admite pensar em modernização sem levar em conta as classes sociais e as relações de trabalho.

O fato é que, a partir dos anos de 1950, o governo paranaense deu grande impulso à instalação de colônias agrícolas de imigrantes. A Cooperativa Agrária é relacionada entre grandes cooperativas agropecuárias brasileiras que chegaram ao século XXI transformadas em empresas agroalimentares. Na tentativa de compreender tal fenômeno dividiu-se esse trabalho basicamente em três grandes momentos.

No primeiro está a parte introdutória com debates teóricos sobre os conceitos de território e territorialidade. Com esse procedimento, procurou-se ajudar o leitor a acompanhar os passos metodológicos dados em direção ao conceito empregado no

trabalho, e a facilitar a concepção das questões e objetivos propostos. As diferenças pontuais entre os teóricos, principalmente em relação às dimensões política, econômica e cultural, enriquecem a evolução das pesquisas em geografia. Cabe ao pesquisador optar por uma das perspectivas epistemológicas de análise que mais se adequam à realidade e aos objetivos de seu estudos.

No segundo momento foram abordadas a agricultura brasileira e paranaense, traçando uma linha de tempo entre o início do século XX e o momento atual, dando um panorama dos reflexos decorrentes da implantação da “modernização no campo”. Nesse contexto, foram introduzidas as discussões sobre o cooperativismo como o “modelo ideal” originalmente nascido no século XIX, o distanciamento de muitos dos seus princípios em meio ao capitalismo, e o perfil das cooperativas de imigrantes ante aos desafios do associativismo.

O terceiro momento trata especificamente da cooperativa, abordando um pouco da história de sua fundação fazendo relação espaço-temporal dessa trajetória com o movimento cooperativista e as transformações da agricultura no mundo, no Brasil e no Paraná. No sentido de identificar as estratégias empregadas pela Agrária para alcançar suas metas, fez-se um comparativo com outras cooperativas de imigrantes do Paraná, e descobriu-se que a cooperativa “dos suábios do Danúbio” possui algumas características que a torna única entre as demais. Não ter um forte sistema de diversificação é uma dessas diferenças.

Direcionou-se a discussão para as estratégias empresariais constantes nas territorialidades da Cooperativa Agrária, e as relações de poder que nelas se articulam no domínio do território, observando alguns reflexos desses direcionamentos no distrito de Entre Rios. Para chegar a esse entendimento, foi necessário conhecer a realidade. Nesse sentido, realizou-se um trabalho de campo que incluiu a busca de pontos de vista de alguns sujeitos diretamente envolvidos com a Cooperativa Agrária Agroindustrial, dirigentes e cooperados, sobre essa forma de organização espacial.

O trabalho de campo incluiu visitas e entrevistas na sede administrativa da Cooperativa Agrária, em algumas propriedades existentes nas colônias de Entre Rios, e também a cooperados que residem na área urbana de Guarapuava e mantêm suas atividades agrícolas no distrito.

Nas entrevistas valeu-se tanto de conversas bem como da sistemática de perguntas abertas e semiestruturadas, que constituíram a base empírica da pesquisa. Esse estudo está referenciado empiricamente na sistematização de entrevistas com cooperados e ex-

cooperados suábios do Danúbio. Os depoimentos foram fundamentais para compreensão desse acontecer de todas as atividades cotidianas (SAQUET, 2004). Entre as indagações questionou-se sobre o grau de satisfação com os caminhos percorridos pela Cooperativa Agrária nos quesitos administração/gestão e finanças, assistência técnica e estratégias de produção.

Com a exceção do cooperado Anton Gora (2011), uma referência por ter sido um dos diretores da Cooperativa Agrária Agroindustrial por mais de 30 anos, além de ocupar cargos sindicais e na vida pública, optou-se em substituir os nomes verdadeiros dos demais cooperados por nomes fictícios.

O intuito desse procedimento metodológico foi saber como as territorialidades ocorrem e quais conflitos decorrem das estratégias da cooperativa. Com isso, verificou-se que há uma preocupação com a falta de programas de diversificação da produção, ou seja, de expansão do leque de culturas agrícolas e integração lavoura-pecuária. Diversificar, para os pequenos cooperados é uma estratégia de sobrevivência e de crescimento. No transcorrer das conversas, foram apontados conflitos envolvendo questões financeiras, de gestão cooperativista, mas também relações pessoais.

Assim, cabe ressaltar que, diante dos pressupostos e dos meios empregados na busca por respostas à essas indagações, procurou-se compreender como a Cooperativa Agrária Agroindustrial se apropriou e construiu o território e suas territorialidades a partir de seus modos e dinâmicas no espaço, conscientes que o assunto não se esgota e pode apresentar lacunas.

1. O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO RURAL

Na presente pesquisa, o conceito de território e suas derivações são compreendidos no sentido de direcionarem a compreensão das formas de organização espacial efetivadas a partir da iniciativa de associações cooperativas oriundas das colônias de imigração no Brasil. Com esse intuito, destaca-se na discussão teórica como tais associações assimilam as dinâmicas do capitalismo, inspirando-se no que diz Haesbaert:

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço” (HAESBAERT, 2005, p. 87).

O território constitui um dos conceitos-chave da Geografia e uma importante ferramenta balizadora para essa investigação. Embora não se tenha a pretensão de esgotar os debates sobre os conceitos de território, julga-se importante ressaltar os aspectos diferenciados que cada autor apresenta conforme a linha de raciocínio e as concepções teórico metodológicas sobre a realidade dos fenômenos geográficos.

Embora os teóricos da geografia defendam divergentes pontos de vista em relação à concepção de território, a maioria converge no sentido de dizer que o conceito pressupõe relações de poder manifestadas por pessoas ou grupos, indo além do poder político configurando e agindo sobre territórios.

Nem sempre houve consenso em torno do termo. No século XIX, na Geografia Clássica, havia conotação política em torno do conceito de território representado pela relação poder e terra, por parte daqueles que detinham sua posse e domínio. A análise do território partia da delimitação de fronteiras definidas, onde o Estado era o agente das decisões e se sobrepunha aos sujeitos. Tal corrente de pensamento relegava a segundo plano o fato de que os sujeitos também estão inseridos nesse espaço e têm o poder de constituir territórios.

Ainda que não se compartilhe de todas as ideias a respeito de território, considera-se interessante o diálogo dos autores sobre algumas apreciações. Em Moraes (1990), Ratzel¹ é apontado como um dos precursores da discussão do conceito de território nas

¹ Friedrich Ratzel (1844-1904) trata do território em pelo menos duas obras como em *Antropogeografia* publicada em 1882 e 1891, e *Geografia Política* em 1897.

Ciências Humanas, ao vinculavar o território ao *boden* (solo na língua alemã), à identidade nacional representada pelo Estado-Nação. Segundo Valverde (2004, p. 120), o pensamento ratzeliano estendeu-se até o século XX, quando outros teóricos e correntes de pensamento deixaram de limitar o território ao poder do Estado.

O Estado passa não mais a se constituir como único gestor do território, pois outros agentes operam sobre ele e o constituem. O território tem complexidades, é campo de forças, ou ainda, teias ou redes de relações sociais. Tem início então a revisão e a intensificação do emprego do conceito que, após 1970, passa a dominar as análises da produção do espaço sob a ótica do capitalismo.

Os materialistas histórico-dialéticos² compreendem o território como um conjunto de relações sociais estabelecidas entre diferentes atores, grupos ou sujeitos, que se apropriam do espaço, e assim, produzem seus territórios. Raffestin (1993), um dos representantes dessa renovação, percebe o caráter político-administrativo do território, e afirma que o “espaço não equivale ao território, pois é ‘anterior’ a ele”:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O autor também faz, em uma abordagem relacional, referência à dimensão política concebendo o território como uma cena do poder, “um espaço onde se projetou um trabalho, mas não de qualquer tipo, um trabalho que está marcado por relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144). No Brasil, os embates teóricos a respeito de espaço e território se acirraram a partir dos anos de 1990. Em Souza (1995) o território é:

[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN (SOUZA, 1995, p. 78- 111).

Ainda que concorde com Raffestin (1993) no que concerne ao espaço anteceder o território, o contemporâneo Souza (1995) argumenta que o geógrafo francês cometeu

² Fajardo (2008, p.43) enfatiza que a matriz teórico-metodológica do materialismo histórico “foi essencial para as análises geográficas, relativas à produção do espaço, pois foi responsável pela afirmação do econômico na Geografia”.

alguns equívocos ao pretender fazer uma abordagem relacional. O geógrafo assevera que Raffestin (1993) coisifica o território, quando o analisa como sendo substrato material:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma bordagem relacional, pois não discerniu que o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 1995, p. 97).

Com base nessas acepções, o autor vai além da materialidade do território, pois as relações de poder são abrangentes, e podem ser exercidas pelas pessoas na forma política, econômica, mas também cultural, que perpassam o espaço físico.

Mesmo reconhecendo ser uma tarefa difícil ante a complexidade de seu pensamento, não se pode deixar de citar o geógrafo Milton Santos (2000 e 2002) quando se trata de abordar o território para compreender as transformações que ocorrem na sociedade. Tendo o foco no espaço como instância social, que não pode ser dissociado das pessoas que nele habitam, em suas críticas à globalização, o autor não considera território como um conceito. Para o autor, “ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000, p. 22).

O geógrafo defende não o conceito de território em si mesmo, mas de *território usado* por todos os atores, pois, “o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (SANTOS, 2004, p. 26). Na mesma obra, o território usado é composto por um sistema de objetos, técnicas, informação, comunicação e atos, que precisam ser consideradas pelos pesquisadores ao estudar o território.

Por essa abordagem, a sociedade deve ser analisada em seu progresso técnico ou tecnológico, pela ação das grandes empresas, agentes detentores do poder e sujeitos subjugados a ele. Assim, Santos (2000 e 2004) oferece elementos que devem ser considerados na investigação das ações que constituem os territórios e as territorialidades dos grandes negócios no campo, entre eles, as cooperativas agroindustriais.

Os altos investimentos nacionais e estrangeiros, orquestrados por grandes corporações que atuam no desenvolvimento de técnicas e biotecnologias voltadas às atividades agropecuárias, tornaram-se um produto da revolução tecnocientífica (SANTOS;

SILVEIRA, 2001), e seus impactos podem ser classificados como a forma mais avançada de interferir no meio natural e nas relações efetivadas no espaço. Em especial, nas relações de produção e de trabalho.

Diante dessa breve discussão, em meio a tantas interpretações singulares do território, julga-se que dois pesquisadores contemporâneos, Saquet (2003, 2004 e 2007), e Haesbaert (2004) apresentam teorizações que sintetizam a construção conceitual sobre o tema que tratamos na pesquisa.

O que Haesbaert (2004) tem em comum com Saquet (2003) é a noção de que o território não pode ser compreendido a partir da única dimensão político-administrativa, mas sim com base em outras relações econômicas, culturais, ou ainda entre o homem e a natureza. Ambos convergem a respeito de que todas as dimensões podem estar atuando de forma interligada sobre o espaço, mas divergem sobre quais interesses se sobressaem em uma dada realidade.

Haesbaert (2004) agrupa as diferentes noções de território de vários teóricos em três vertentes basilares como a jurídico-política, a cultural(ista) e a econômica. Na jurídico-política, o território é um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente estatal.

A cultural (ista), prioriza dimensões simbólicas, subjetivas e o território é produto da apropriação dos homens a partir do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, e a econômica que “ênfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Para o autor há um duplo e duvidoso sentido etimológico do termo território no Dicionário de Inglês Oxford:

[...] a palavra território, territorium em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi (no Digeste, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Di Méo comenta que o jus terrendi se confundia com o “direito de aterrorizar” (terrifier, em francês). De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar esta analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um procedimento, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o “território” inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam) (HAESBAERT, 2004, p. 43).

Nas concepções teórico-metodológicas/ontológicas de Haesbaert (1997³, 2002, 2004), é importante reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre essas vertentes e o território, seus elementos, processos e dinâmicas, mas há momentos em que tais elementos, processos e dinâmicas devem ser tratados pela perspectiva das relações políticas e culturais e da multiterritorialidade.

Para Haesbaert (2004), há no processo de dominação e apropriação do espaço, a transformação em território de múltiplas formas e não uma desterritorialização que vê como *um mito*, um equívoco por parte de muitos autores, pois esse processo não significa a perda do território, o substrato material e simbólico:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos, descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal (HAESBAERT, 2004, p. 338).

Ao focalizar as redes na conformação do múltiplos territórios dessa dinâmica reterritorializante, Haesbaert (2004) não descarta a coexistência de territórios formados a partir dos territórios-zona, do território-rede, e de aglomerados de exclusão. O autor entende que nos territórios-zona, cujo caráter é mais concreto, prevalece a lógica política; nos territórios rede, mais abstratos, simbólicos, prevalece a lógica econômica, e nos aglomerados de exclusão ocorre a exclusão sócio-econômica das pessoas. Ele emprega o termo “aglomerados de exclusão por grupos de miseráveis”, ao se referir às relações de produção globalizada.

Na opinião dele, no lugar de aproximar, de servir de instrumento de inserção, esse modelo colocou milhares de pessoas à margem do mundo tecnológico, fazendo com que a população passasse a ocupar esse espaço:

O termo aglomerado, como se percebe, serve tanto para definir “conjuntos, agrupamentos” em geral (daí a concepção generalizada de “aglomeração humana”, “urbana”) quanto “amontoamento”, um tipo de reunião onde os elementos estão “ajuntados confusamente” que é como propomos, aqui, a noção de aglomerado. Aglomerado humano de exclusão se associa então ao “não regulado/ordenado”, onde a

³ Haesbaert (1997) também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a des-territorialização e a identidade na rede gaúcha no Nordeste.

imprevisibilidade é uma condição essencial e fica difícil conviver (“racionalmente”, pelo menos) com a lógica da geografia das redes e territórios. Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades (HAESBAERT, 2004, p. 185-193).

Com base nesse pensamento, a sociedade visualiza as aglomerações de excluídos nas cidades e também no campo, mas o cotidiano das grandes cidades banaliza a miséria, que passa à invisibilidade. O caso de pequenos agricultores que têm suas terras expropriadas Brasil afora aproxima-se desse pensamento, e o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) representa a múltiterritorialidade em sua forma de resistência à situação em que se encontram seus integrantes.

O fato é que, para Haesbaert (2004), em qualquer acepção, o poder político, no sentido mais concreto (de dominação), quanto o poder mais simbólico, (de apropriação) está relacionado ao território. Entendemos assim que sobre o território ocorrem relações marcadas pelo poder, que se manifestam de diferentes formas:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p.95-96).

Enfim, ao se opor à dicotomia entre os materialistas, para quem o território é constituído predominantemente pelas características físico-materiais, e os idealistas que definem o território pelo sentido simbólico, Haesbaert (2005) propõe uma *visão integradora*, que contemple aspectos políticos, econômicos e simbólicos, permite compreender a complexidade do território.

Saquet (2003), por sua vez, tem uma das mais amplas concepções de território. Em suas pesquisas, interliga as vertentes jurídico/política, econômica e cultural, como em Haesbaert (1997), e ainda inclui a vertente da natureza influenciando a produção do território:

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido *apenas* enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e

cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (SAQUET, 2003, p. 24).

Contudo, para Saquet (2003), há momentos em que os aspectos políticos e econômicos é que são privilegiados. O autor parte do princípio de que o território é “fruto do processo de apropriação e produção/domínio de um espaço, inscrevendo-se *num campo de poder*, de relações econômicas, políticas e culturais” (SAQUET, 2003, p. 24).

Implica dizer que, para existir de fato, o território precisa ter relações de poder, relações sociais. Em Saquet (2003, p.25) no território está “simultaneamente, a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento.

As relações de poder não estão descoladas das formas espaciais e vice-versa”. Para o pesquisador há objetos materiais no território e não somente relações sociais. O fluxo de pessoas, de matéria-prima, por exemplo, também tem materialidade. Nesse sentido, estão interligadas a imaterialidade das relações, da dominação, controle, e a materialidade dos objetos, das relações sociais, da estrutura, das indústrias, da produção, da logística. E tudo isso tem um controle pelo poder, tanto material quanto imaterial, na territorialização.

Os aspectos econômicos e políticos e suas correlações à cultura, ou seja, o significado dado ao território pelos imigrantes e seus descendentes em suas diásporas são tratados por Saquet (1996, 2000 e 2003) em trabalhos sobre imigração e cooperativismo, quando aborda o processo de desterritorialização e reterritorialização dos italianos no Rio Grande do Sul, e em pesquisas sobre a emigração italiana para o Brasil no final do século XIX. Em seus trabalhos Saquet (2003 e 2007) assinala que a análise do território segue quatro tendências de abordagem:

a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia; d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar (SAQUET, 2007, p. 15).

Nesse sentido, é importante que sejam pontudas algumas reflexões conceituais do autor para que seja possível compreendê-las na abordagem territorial pretendida na presente pesquisa. Em Saquet (2003), é enfatizada a necessidade de uma articulação têmporo-espacial-territorial e aspectos da economia, política e cultura (EPC) na abordagem geográfica do desenvolvimento econômico. De modo especial, em Saquet (2004), há uma ênfase aos aspectos econômicos, em que o autor assinala que entre as três dimensões indissociáveis na análise do território, é preciso ‘explorar’ um pouco mais a dimensão econômica e o processo de territorialização:

[...] Não podemos negligenciar as desigualdades, intimamente ligadas à re-produção da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos *agentes econômicos* através de suas relações sociais no mercado a partir do (*ou no*) processo produtivo. Estes agentes substantivam redes de relações, dinâmicas econômicas, *no* e *do* território dominando produtores diretos, intermediários, a circulação e consumidores (SAQUET, 2004, p. 127-128).

Seguindo esse pensamento, prioriza-se nesse trabalho o enfoque econômico inerente ao modo capitalista de produção que se fez presente no processo de territorialização da Cooperativa Agrária Agroindustrial, e sua manifestação na forma de territorialidades, derivações que não precisam estar “necessariamente” dissociadas na análise. Isso não significa que o aspecto simbólico-cultural tenha sido menosprezado na investigação, pois ele está presente na gênese da Cooperativa Agrária Agroindustrial, fundada pelos imigrantes suábios do Danúbio. Nas colônias do distrito de Entre Rios, os suábios do Danúbio, com seus ritmos cotidianos e dinâmicas materializados principalmente pela preservação de tradições e uso de um dialeto próprio, tentam perpetuar aspectos do modo de vida europeu (germânico, principalmente) dos seus antepassados, tais como as relações de cooperação.

Ainda, nesse processo cultural, estão muitas das práticas agrícolas adotadas pela Cooperativa Agrária. A cooperativa foi criada para organizar a vida em comunidade e fomentar a produção de cereais, atividade agrícola já praticada pelos imigrantes em seus países de origem. Todavia, quando o caso é analisado pelo viés econômico, percebe-se que a Cooperativa Agrária possui alguns direcionamentos e dinâmicas empresariais próprias em relação ao que produz, como produz e para quem produz, que diferem em alguns pontos, de outras cooperativas de origem na imigração no Paraná.

Empregando um estrangeirismo da língua portuguesa, Souza (1995, p.79) diz que há um *leitmotiv*, um motivo que impele à análise econômica em torno dessa cooperativa em suas transformações territoriais no distrito de Entre Rios. Em seus propósitos empresariais a Cooperativa Agrária vem obtendo êxito econômico e financeiro com a expansão, faturamento e rentabilidade de produtores.

A Cooperativa Agrária Agroindustrial faz parte das grandes cooperativas agropecuárias brasileiras que se inseriram no sistema do agronegócio. Todavia, não se pode deixar de contrapor o fato de que tais resultados reforçam a vulnerabilidade econômica em um país exportador de produtos agrícolas de baixo valor agregado, como o Brasil.

1.1 A territorialidade analisada por uma perspectiva econômica

Embutida no conceito de território, essa derivação ou característica – a territorialidade –, também está envolta em muitas interpretações. Se o termo fosse resumido como elemento que confere identidade ao território (SOUZA, 1995), por uma perspectiva cultural, poderia ser dito que os imigrantes europeus que vieram ao Brasil em um grande movimento migratório na década de 1950 e se estabeleceram em colônias agrícolas, têm uma identidade própria construída na relação simbólica com o território apropriado.

Nesse sentido, seria destacada a ancestralidade étnica, ou seja, a relação simbólica (imaterial) de um grupo social com o território e suas relações de pertencimento a um lugar, com seus “costumes em comum, modos de produção, tradições culturais, dentre outros, buscam no espaço/território sua manutenção ou resistência” (ITABORAHY, 2010, p. 5)⁴. A subjetividade já havia sido apontada por Raffestin (1993) quando ele falava de uma territorialidade comparada a:

⁴ Apesar da autora não trabalhar com o mesmo grupo social – o imigrante europeu-, e sim o contexto das populações tradicionais dando ênfase às comunidades quilombolas, considera-se um aspecto do processo de territorialização por ela comentado, existente no distrito de Entre Rios, que é a preservação da língua e cultura germânicas. No entanto, os processos de reconhecimento das terras dos quilombos e dos imigrantes no Paraná, mostram realidades muito distintas, em que os primeiros se constituem o grupo envolvido em grandes conflitos agrários.

[...] um bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

As características culturais são constitutivas do território e merecerão alguns comentários, assim como as territorialidades demarcadamente políticas, também condicionantes da territorialização dos suábios do Danúbio e da Cooperativa Agrária Agroindustrial, haja visto a participação do Estado na função de regulador de territórios, e de incentivador do processo de imigração para o campo.

Contudo, esse é apenas um dos aspectos que podem ser abstraídos ao serem estudadas as ações de grupos sobre um determinado espaço. Nessa pesquisa, busca-se compreender como a Cooperativa Agrária Agroindustrial se apropria de um território, nele se articula e se reproduz social e economicamente.

Em sua visão geopolítica do território, Sack (1986) tem uma preocupação com a empregabilidade dos conceitos território e territorialidade associados a processos de desenvolvimento. Por isso, para o autor, o termo está atrelado a ideia de pertencimento ao território, qualidade daquilo que pertence ao território. Territorialidade é a tentativa de indivíduos ou grupos para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações por meio do controle de uma área geográfica, “é uma estratégia geográfica de controle e poder [...] a expressão primária do poder social [...] a inter-relação entre espaço e sociedade” (SACK, 1986, p. 5).

Não obstante, o pensamento do autor não parece dar conta de explicar os fenômenos sócio-espaciais do mundo globalizado, uma vez que nem sempre os territórios são materializáveis e possuem fronteiras bem delimitadas. A luta entre agricultores paraguaios e agropecuaristas brasileiros (chamados de “brasiguaios”)⁵, e entre trabalhadores sem-terra e latifundiários, ou os traficantes em disputa nos morros cariocas (SOUZA, 1995), são exemplos de como as territorialidades podem se constituir.

⁵ Organismos e imprensa nacionais e estrangeiros têm denunciado inúmeros conflitos fundiários na América Latina. Sobre o assunto sugere-se a leitura das seguintes reportagens: “**Crise no Paraguai expõe conflito entre sem-terra e brasiguaios**”, (BBC BRASIL, 2012), disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120626_paraguai_semterras_jf.shtml>, e “**Foi golpe o que ocorreu no Paraguai, diz alto representante do Mercosul**”, (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2012), disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1112252-foi-golpe-o-que-ocorreu-no-paraguai-diz-alto-representante-do-mercosul.shtml>>.

Raffestin (1993, p.161), discute a territorialidade principalmente no circuito da produção, pois entende que “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”.

Pela perspectiva de Haesbaert (2004) existem múltiplas territorialidades, ou seja, diferentes sujeitos se ocupam dos territórios por razões de ordem econômica, política e cultural, sendo que as duas últimas merecem destaque em suas abordagens.

Observado-se o pensamento de Saquet (2004, p. 140), é possível entender que a territorialidade “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na Igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar”.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais (EPC), reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, *no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/ territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p. 28).*

Entretanto, o autor afirma que é preciso apreender a questão econômica em suas conexões internas, as relações, as redes, na abordagem geográfica do desenvolvimento econômico. As atenções de Saquet (2004) têm-se voltado, principalmente, à compreensão das manifestações territoriais do desenvolvimento econômico, constituindo-se em importantes considerações para esse estudo:

A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. A territorialidade significa continuidade, (i) materialidade, no (s) tempo (s), na (s) temporalidade (s) e no (s) território (s), no movimento relacional - processual. (SAQUET, 2007, p. 164).

Por essa abordagem, os fenômenos da territorialidade econômica podem ser explicados por meio da “divisão do trabalho, das especializações produtivas e da diferenciação do capital social” (FAJARDO, 2008, p. 43). Esse processo territorial está na agricultura capitalista, globalizada na qual estão as grandes cooperativas agropecuárias e

agroindustriais paranaenses, constituídas por imigrantes. Sendo assim, o conjunto de práticas e dinâmicas da Cooperativa Agrária Agroindustrial decorre de seus arranjos territoriais e processos relacionais visando controlar um dado território através do poder econômico, conformando territorialidades.

1.2 A agropecuária brasileira no contexto das dinâmicas territoriais

O setor agropecuário brasileiro passou por inúmeras mudanças desde a colonização do país. O mesmo foi considerado secundário, “entravante ao desenvolvimento industrial” até os anos de 1950 (ANDRADE, 1979, p. 31). Hoje é o setor mais importante das “economias emergentes” (BECKER, 2010, p. 93)⁶, que apresentam, entre outros problemas, redução no consumo de alguns produtos básicos para a alimentação humana tais como o arroz, que perde espaço para fontes de proteína de origem animal e sucumbe ante a mudança de hábito alimentar, nas cadeias de *fast food*:

A acelerada urbanização observada em economias emergentes, como a China, Índia e Brasil, projeta um aumento da demanda de produtos alimentares dado que grande parte dos novos habitantes urbanos, principalmente no caso da China, deixam de produzir no campo. [...] Além da manutenção subsidiada de áreas agrícolas na Europa cabe observar a preexistência de regiões de agricultura tradicional em todos os continentes seja pela sua pequena inserção em uma economia de mercado que marginaliza ainda grande parte de agricultores asiáticos, africanos e latinoamericanos, ou seja, devido a uma ação deliberada de preservação de formas tradicionais de reprodução de culturas e técnicas secularmente adaptadas, como é o caso do cultivo do arroz (BECKER, 2010, p. 94).

Para a autora há uma articulação de fatores que vão além do econômico agindo sobre o crescimento da produção e do consumo por proteína animal e vegetal, dizendo que há uma reconfiguração na distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais, “na qual a produção de tais *commodities* se torna mais um elemento estratégico no jogo político-financeiro que envolve corporações e governos de países e blocos, tanto do mundo desenvolvido, quanto do grupo de países emergentes” (BECKER, 2010, p. 95).

⁶ Ainda de acordo com Becker (2010), o arroz é um dos cereais mais importantes do mundo para a alimentação humana. O maior consumidor é o continente asiático com quase 89% do consumo mundial, e o continente americano consome apenas 9,4%. Brasil é o nono produtor mundial de arroz e o primeiro fora do continente asiático.

Na mesma obra, a autora registra que o Brasil também se integrou a esses novos ditames mundiais por meio de estratégia político-econômica de incentivo à produção agropecuária, e as exportações fizeram o país a “ganhar destaque nas últimas três décadas e se consolida entre os maiores produtores e exportadores de carnes e grãos, ao lado dos EUA e da Argentina” (BECKER, p. 2010, p. 95). Esse jogo de interesses começou com a modernização da base técnica da agricultura, em mais uma demonstração dos interesses políticos interferindo na organização do espaço agrário brasileiro.

Com a introdução de meios de produção mais tecnicamente avançados, o setor agrícola passou a ser chamado de “moderno”, mecanizado e menos dependente da natureza. Esse processo se fortaleceu a partir dos anos de 1960 com a implantação do setor industrial no país visando a produção de equipamentos e insumos agrícolas. É preciso citar que o conceito de modernização da agricultura difere entre os teóricos:

[...] uns consideram apenas as modificações na base técnica e outros levam em conta todo o processo de produção. No primeiro caso, considera-se modernizada a produção agrícola que faz uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que lhe permite maior rendimento no processo produtivo. Assim, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e tecnificação da lavoura. No segundo caso, considera que o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados e sim, deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

A visão de agricultura moderna, entendida apenas pelas transformações da base técnica é criticada por muitos estudiosos. Oliveira (2007, p. 77) assevera que, apesar do desenvolvimento do capitalismo se fazer de forma desigual e contraditória, “muitos autores afirmam que o campo brasileiro está totalmente marcado pela modernização da agricultura e que, inclusive, o consumo de tratores, máquinas e insumos agrícolas é a expressão material dessa modernização”.

Observados apenas os aspectos técnicos, a modernização da agricultura delinea um novo modelo econômico no país, baseado no pacote tecnológico originado da “Revolução Verde” (SANTOS, 1986) e na formação de um novo sistema de produção, o *agribusiness*⁷ no bojo do padrão agrícola que é o Complexo Agroindustrial (CAI) cujas raízes nascem ainda no século XIX, sendo consolidado na década de 1980.

⁷ Segundo Müller (1989), o termo foi cunhado pelos economistas norte-americanos Davis e Goldberg (1957), para definir a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, operações, armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas derivados.

O arcabouço conceitual do CAI está imerso em controvérsias, principalmente quanto aos efeitos que produz nas escalas locais e nos fatores de produção “terra” e “trabalho”. Na definição de Guimarães (1979, p. 134), o Complexo Agroindustrial é composto por um conjunto de indústrias à montante (de produção de máquinas e insumos agrícolas) e indústrias à jusante (processamento de matérias-primas e comercialização de produtos).

Com uma visão mais economicista⁸, Müller (1989) define o CAI como “conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p. 45), ou seja, é um conjunto em suas conexões à montante com a indústria voltada à agricultura, e à jusante com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária.

Em torno do CAI forma-se ainda uma rede de serviços de apoio ao seu funcionamento tais como os setores de transporte, logística, pesquisa, serviços bancários e portuários, bolsas de investimentos em mercadorias. O CAI ainda está atrelado à entrada de empresas estrangeiras no país fabricantes desses maquinários e de insumos como adubos, herbicidas e defensivos. No interior do CAI as atividades são interdependentes, mas algumas delas podem se sobressair à própria atividade principal que é a agricultura. A atividade pode “estar subordinada a setores industriais, ou, até mesmo, a setores comerciais, como por exemplo, os supermercados” (MÜLLER, 1989, p.45).

Em síntese, para Müller (1989) o padrão agrário moderno, do qual o CAI é parte representativa, nada mais é do que o processo de mudança do predomínio do modo tradicional, atrasado de produzir e distribuir para o predomínio do modo moderno de produção. Nesse aspecto, Graziano da Silva (1996), por exemplo, discorda da noção de Müller (1989 e 1990).

No entendimento do autor (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 23-83), o que existe é um “novo padrão agrícola”, em que não existe homogeneidade da produção e sim a integração vertical que acaba eliminando o poder de competição dos pequenos agricultores, e gerando a monopolização por parte dos grandes mercados. Isso significa que, no estudo da estrutura e dinâmicas da agricultura, é preciso examinar suas estruturas

⁸ Em meio a esse entendimento mecânico sobre a modernização da agricultura brasileira, Müller (1989) vê a necessidade dela ser discutida à luz do processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção, pois, distingue o modelo do CAI importado dos países desenvolvidos, do processo ocorrido no Brasil. Para ele, o modelo estrangeiro não faz correlação com a natureza das relações sociais, portanto, não pode ser refletido sem considerar a realidade brasileira.

produtivas, bem como as indústrias fornecedoras e consumidoras de matérias-primas agrícolas.

Mazzali (2000) parece compartilhar da visão de que o espaço rural brasileiro não deve ter sua análise conceitualmente restrita ao CAI, pois, nas dinâmicas do setor agroindustrial há uma “presença efetiva de novas ações externas à abrangência do conceito” (Mazzali, 2000, p. 11). Nesse sentido, concordamos com o autor, pois existem outras leituras que precisam ser feitas sobre a configuração do espaço rural:

Por sua vez, na investigação das decisões dos agentes que integram o segmento agroindustrial, foram privilegiadas a identificação e a análise das estratégias das principais empresas que constituem a denominada “agroindústria processadora” – segmento “à jusante” do assim designado complexo agroindustrial (MAZZALI, 2000, p. 12).

Por essa perspectiva, o espaço rural tem novas especificidades não encontradas no meio urbano, exigindo estudo da “territorialidade econômica no meio rural” (FAJARDO, 2008, p.46). Essa territorialidade se constrói a partir de alguns fenômenos como a divisão do trabalho, as especializações produtivas e a própria diferenciação do capital social.

Tais fenômenos produzem ações e seus resultados precisam ser compreendidos na realidade espacial, uma vez que os processos produtivos no meio rural apontam novas configurações territoriais. Em suma, em relação ao CAI, o que não se pode menosprezar é o fato de que todos os processos envolvidos por esse sistema ou padrão, têm sido alvos de inúmeras discussões não apenas sobre a natureza econômica, mas também social, política, técnica, espacial e territorial.

Os debates afloram por conta da agropecuária que tornou-se industrializada, subjugada a uma oligarquia rural que controla a oferta e influencia preços. A atividade é parcial e seletiva, direcionada para determinados produtos, e baseada na monocultura. Regiões como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste despontaram na produção de *commodities*⁹ produtos como milho, soja e cana-de-açúcar.

A soja brasileira, por exemplo, ocupa no século XXI “uma área cinco vezes e meia superior à da Holanda” (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p.5). A produção de soja no Brasil é liderada pelos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, que respondem por cerca de 82% de toda soja nacional. Só o Paraná é detentor de mais de

⁹ O termo inglês *commodities* significa mercadoria, e por serem extraídas do caráter primário, são transformadas em etapas de produção e negociadas no nível global.

20% desse percentual, perdendo apenas para o estado do Mato Grosso com mais de 28%, o maior produtor.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, MAPA, 2011) prevê ampliação da produção em estados como Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que respondem por 13,0% da produção brasileira, nos próximos anos.

De acordo com os acompanhamentos da safra de grãos 2011/2012 feitos pela Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL, CONAB, 2012), o avanço do complexo soja parece não ter limites: da área plantada com grãos nessa safra, estimada em 51,05 milhões de hectares¹⁰, milho e soja ocupam lugar de destaque.

Dentre as principais culturas, as de milho (primeira e segunda safras) e a de soja apresentam crescimento. O destaque é para o milho de segunda safra que apresenta crescimento de 22 % (1,30 milhão de hectares), passando de 5,89 milhões para 7,19 milhões de hectares, e a da soja com aumento de 3,5% (856,5 mil hectares), passando de 24,18 milhões para 25,04 milhões de hectares. Nos levantamentos ainda, a área do milho primeira safra ficou próxima da cultivada em 2010/11, onde foi observado aumento de 0,3%, totalizando 7,94 milhões de hectares.

A Figura 1 mostra a disparidade entre as estimativas de produção da safra 2011/2012 de milho e soja em relação a outras culturas produzidas no Brasil. A estimativa total de produção da safra, incluindo variedades de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), girassol, mamona, sorgo, aveia, canola, centeio e triticales, é de 161,23 milhões de toneladas:

¹⁰ A pesquisa do MAPA (BRASIL, 2012), realizada na segunda quinzena de maio, contempla as culturas de verão de primeira e segunda safra, já definidas, restando ainda serem levantadas as culturas de inverno que estavam em fase conclusiva em parte da área no estado do Rio Grande do Sul e no sul do Paraná, e as da safra da região Nordeste, com plantios até o mês de junho.

PRODUTOS	SAFRA		
	2010/2011 (a)	2011/2012	
		Mai/2011 (b)	Jun/2012 (c)
ARROZ	13.613,10	11.799,80	11.631
FEIJÃO TOTAL	3.732,80	3.137,40	2.971,90
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.680,30	1.297,60	1.239,50
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.362,30	1.290,40	1.165,20
FEIJÃO 3ª SAFRA	690,2	549,4	567,2
MILHO TOTAL	57.407,00	65.903,80	67.793,70
MILHO 1ª SAFRA	35.925,90	35.726,40	34.895,70
MILHO 2ª SAFRA	21.481,10	30.177,40	32.898,00
SOJA	75.324,30	66.682,30	66.365,80
TRIGO	5.881,60	5.788,60	5.788,60
CEVADA	283,90	305,10	305,10

Figura 1: Estimativa da produção de milho e soja, em relação a outros grãos, safra 2011/2012. Fonte: CONAB (2012). Organizado por KAMINSKI (2012).

Conforme dados do MAPA (2011), o consumo doméstico de soja em grão deverá atingir 45,6 milhões de toneladas no final da projeção, representando 52,7% da produção. As exportações de soja projetadas para 2020/2021 são de 40,7 milhões de toneladas, representando um aumento de 11,7 milhões de toneladas em relação a quantidade exportada pelo Brasil em 2010/11. Também há projeções sobre o crescimento do consumo interno, humano e animal, do farelo e do óleo de soja:

[...] a soja é um componente essencial na fabricação de rações animais e adquire importância crescente na alimentação humana. [...] A relação entre consumo e produção de óleo de soja prevista para os próximos anos é por volta de 78 %. A maior parte do óleo é para o consumo humano e outra parte tem sido destinada à produção de biodiesel. Cerca de 22, % da produção deverá ser destinada à exportação. Para o farelo de soja, entre 47 e 49 % deverão ser dirigidos ao consumo interno, e cerca de 50 % às exportações (BRASIL, MAPA, 2011, p. 20-25).

Essas estatísticas refletem o estímulo que vem sendo pelo governo federal à monocultura da soja, que nos últimos 30 anos tem colocado o Brasil entre os maiores exportadores mundiais da oleaginosa, ao lado dos Estados Unidos, podendo, segundo Schlesinger e Noronha (2006) voltar a ser o maior como entre os anos de 2003 e 2004.

Os autores citados criticam a esse modelo agroexportador do qual a monocultura da soja e seu complexo (grão, farelo e óleo) fazem parte, lembrando que a expansão da soja está diretamente ligada à maior demanda da produção de carne:

A abertura de novos mercados para a produção brasileira de grãos, particularmente da soja, e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelo agronegócio têm sido apresentados à sociedade brasileira, pelos representantes das organizações da agricultura patronal e pela mídia, como um bem em si mesmo. A presença crescente do agronegócio na pauta de exportações do Brasil e a necessidade de geração de saldos comerciais positivos, face às dificuldades decorrentes do endividamento externo e à crença de que o aumento das exportações é a principal mola propulsora do desenvolvimento, explica o estímulo governamental ao crescimento das atividades do setor. Parte significativa dos impostos pagos pela população brasileira transforma-se em apoio a estas atividades, sob as mais variadas formas: construção de infra-estrutura, perdão de dívidas, isenções fiscais e muitas outras (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 6).

Sobre as alegações do governo destacando o uso da soja como biocombustível, Schlesinger e Noronha (2006, p. 125) defendem a substituição de combustíveis fósseis por renováveis na redução dos impactos ambientais, mas temem que o novo combustível à base da soja, “que daria independência energética ao país vire apenas um instrumento para as multinacionais controlarem o mercado de patentes dos organismos geneticamente modificados”.

A expansão da soja, correlaciona Oliveira (2010, p. 40), deve-se à entrada das multinacionais no ramo da produção de rações e na exportação, principalmente do farelo, e à mudança do hábito alimentar urbano, em que as pessoas substituem as gorduras de origem animal para óleos vegetais.

Fernandes (2009) traduz de forma simples, mas não simplista, as consequências dessa estratégia comercial do *agribusines* adotada pelos agropecuaristas e avalizada por políticos brasileiros, em detrimento da agricultura praticada nas pequenas propriedades. O autor compara que o agronegócio é predominantemente produtor de *commodities*, enquanto a agricultura camponesa é absolutamente produtora de alimentos:

É preciso diferenciar comidas de commodities. Com o surgimento do conceito de *commodity* torna-se necessário fortalecer o conceito de comida. As pessoas não se alimentam de commodities. A preocupação de quem produz alimentos é diferente da preocupação de quem produz commodities. A relação com a terra, com a natureza de quem produz comida é distinta de quem produz commodities. Este é um modo de contribuir para diferenciar a comida saudável, advinda da produção camponesa agroecológica, da produção monocultora de alimentos produzidos em grande escala com intenso uso de agrotóxico, processados e conservados, criando uma comida artificial e prejudicial à saúde. Estes dados podem ser analisados nos censos agropecuários para os estudiosos preocupados com a saúde pública (FERNANDES, 2009, p. 2).

O pensamento do autor faz com que se questione sobre a agricultura comercial, que muitas vezes, torna-se excludente de segmentos integrantes das cadeias produtivas que produzem para o consumo doméstico. Nessa cadeia, em acentuada desvantagem estão as pequenas unidades de produção familiar, maioria vivendo de subsistência e concentrada em regiões como Norte e Nordeste. Essa parcela compõe o maior número de sujeitos da cadeia produtiva e que, contraditoriamente, encontra dificuldades para viabilização econômica das propriedades e de sobrevivência na atividade rural.

O próprio sustento das famílias fica comprometido, e os pequenos agricultores ficam à mercê da sorte. Ainda que a política agrícola nos últimos 30 anos tenha obtido alguns avanços, os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais continuam sendo discriminados. Tal situação pode ser observada em Alves (1988):

A política agrícola contém instrumentos favoráveis aos pequenos produtores. Contudo, a política discriminatória contra a agricultura e a concentração de poder, observada em décadas recentes na agroindústria, nas CEASAS e nos exportadores têm capacidade de anular os benefícios embutidos na política governamental. Há três caminhos para os pequenos: modernizarem-se (muitos estão conseguindo isto, mormente no Centro-Sul), migrarem para as cidades (que é o destino da maioria deles) e se retirarem para a agricultura de subsistência (sem acesso à escola e aos programas de saúde para a família) (ALVES, 1988, p. 17).

Falta de documentação de posse da terra, em muitos casos, dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde e educação -, esse último, diga-se de passagem, pouco adequado pedagogicamente à realidade do campo -, também estão entre os fatores que tornam cada vez mais desigual a sociedade rural brasileira caracterizada por terra concentrada em poder dos grandes agropecuaristas. A terra ganha cada vez mais rentabilidade, sendo encarada como um negócio altamente lucrativo, território de cobiça da especulação imobiliária, de violência e grilagem¹¹.

Essas contradições da agropecuária no Brasil são vistas como reflexos da prioridade às relações com o mercado externo, resultantes da globalização da economia que deixa de lado o mercado interno, conforme assinalam Santos e Silveira (2001, p. 254), quando dizem que “a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que vai

¹¹ Segundo Benatti *et al.*, (2006), o termo grilagem vem da colocação de grilos em caixa com documentos falsificados, para que os insetos roam e urinem dando a aparência de envelhecimento e o aspecto de documento legal de terras públicas, crime praticado mediante compra do papel nos cartórios ou de terceiros.

privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda”, ou seja, os interesses da sociedade local ou nacional não são prioridades.

Para Oliveira (2007), essa mesma agroindústria se fortaleceu por meio de estratégias de competição no mercado interno, mas concomitantemente, e principalmente, no externo. O autor analisa que as raízes do problema estão assentadas em interesses políticos e econômicos agindo sobre o território:

A industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado. Portanto, está relacionado, por exemplo, com o mecanismo da dívida externa. Por intermédio desse mecanismo, diferentes governos brasileiros têm tomado dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional, com a finalidade de ampliar a sua produção, particularmente no setor industrial. Para pagar a dívida do país tem que exportar, isto é, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais. É por isso que, nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja, etc.), quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca etc.), produtos esses que deveriam servir ao consumo da população brasileira. O processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 2007, p.76-77).

É importante dizer que os geógrafos têm estudado o tema agricultura mais por uma perspectiva agrária, o que em um primeiro momento para Silva (1981) não pode ser confundida com a questão agrícola, mas ambas não podem ser separadas nas análises:

Essa separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um recurso analítico. É evidente que [...] não se pode separar as coisas em compartimentos estanques. Ou seja, a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes, ocorrem simultaneamente. Mas o importante, é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária. Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc. (SILVA, 1981, p. 10-11).

Segundo Andrade (1979, p. 12) o problema agrário e a problemática sócio-econômica despertam o interesse no meio acadêmico brasileiro em estudos clássicos desde a década de 1960, quando os assuntos eram tratados de forma mais ampla e geral e passaram a conter maior profundidade.

Os estudos de Ferreira (2002) configuram importantes fontes de pesquisa bibliográfica para compreensão da importância da agricultura levando os geógrafos a acompanharem as transformações:

As mudanças ocorridas no campo são sentidas a partir de processos socioespaciais indicadores de novos arranjos. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras e os conflitos sociais são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola. O geógrafo acompanha essas mudanças, vislumbrando novos paradigmas, novas teorias, uma nova realidade (FERREIRA, 2002, p.17).

Embora cada evento geográfico apresente campos de interesses diferentes retratados na história do pensamento geográfico, a autora considera a relação homem/meio ou homem/homem nas análises. Ferreira (2002, p.24-25) segue na mesma linha de pensamento, dizendo que no campo a população tem “características culturais distintas da população urbana, com ritmo, relações e técnicas de trabalho particulares”, e como tal é avaliada pela Geografia Agrária.

As questões agrárias compõem o que os tecnocratas jamais admitiriam: o paradoxo entre a modernização da agricultura integrada à indústria, estabelecendo condições para o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI), e o flagelo da fome. Em levantamento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), divulgado pelo Jornal O Estado de São Paulo (2010), a fome atinge perto de 1 bilhão das “7 bilhões de pessoas no planeta” , segundo a ONU (2012 e 2011). Para atender à demanda de uma população será necessário aumentar a produção de alimentos, e o agronegócio mundial já está assimilando essa informação em seus discursos

Três décadas depois de ter escrito *O que é questão agrária*, Graziano da Silva (1981), amplia as questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à luta contra a fome, agora como representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para a América Latina e o Caribe e subdiretor-geral da organização. A FAO,

prevê que entre os grandes desafios a serem enfrentados no combate à fome também está a volatilidade das *commodities* impulsionando a alta dos preços dos alimentos.

Entretanto, entende-se que o maior problema não está na incapacidade de produzir comida em escala global, mas na má distribuição e nas dificuldades de acesso aos recursos econômicos. Os pequenos agricultores que produzem alimentos básicos para o consumidor brasileiro, vivem nessas condições cotidianamente.

A organização da agricultura familiar sob a forma de novas modalidades tenta reverter a situação. É o que Guanzioli (2010, p. 3) chama de “agroindústria rural, ou também conhecida como agroindústria artesanal”. O autor descreve a importância social e econômica dessa atividade, mas ressalta as dificuldades enfrentadas. De acordo com os dados, essa forma de agroindustrialização realizada pela agricultura familiar sempre existiu no Brasil, ao lado da grande produção agropecuária.

Menos estruturada, essa agroindústria familiar rural ou artesanal, busca uma renda complementar à renda agrícola, ou seja, uma forma de conseguir um dinheiro extra às atividades cotidianas da lida na terra. Esse “extra” (grifo nosso) se origina, em grande parte, do beneficiamento da matéria-prima que a família mesmo produz. Esse modelo de agroindustrialização tem diferentes denominações. Guanzioli (2010) destaca três tipos:

As caseiras, que não respeitam a legislação sanitária e produzem só para consumo, as artesanais que são as que incorporam o saber familiar e tradicional e buscam formas de se adequar as necessidades de qualidade, e as pequenas indústrias, que são quase iguais as grandes, diferenciando-se apenas pelo tamanho (GUANZIROLI, 2010, p. 5).

Com ou sem a intervenção do governo há casos de sucesso dessa produção semi-profissional, desde que sigam alguns procedimentos, especialmente em relação à sanidade exigida pela legislação, que se não forem observados acabam sendo, ao mesmo tempo, entraves ao desenvolvimento. Nesse panorama da agroindústria familiar rural, em muitos casos, ela está atrelada ao cooperativismo. A industrialização é tida como alternativa real dentro da perspectiva do cooperativismo, embora Guanzioli (2010) identifique problemas de gestão nas cooperativas e questione se essa é a melhor forma de associação coletiva, ou se os projetos de pequenos grupos não seriam mais viáveis.

Sobre essa indagação, Fajardo (2008, p.205), enfatiza que “relevante, então, torna-se a análise dessas empresas como elementos que produzem o espaço, orientando a produção, produtores e a economia regional”.

1.3 No Paraná, a reprodução dos contrastes existentes no campo

A agricultura paranaense precisa ser analisada no contexto da história da economia do estado que só passou a ser representativa no país tardiamente, pois era considerada “periférica” (PADIS, 1981, p. 5)¹². Um longo período de estagnação da economia se seguiu entre o final do século XIX e início do século XX, quando “a erva-mate e a madeira passam a representar importantes fontes de divisas no Paraná” (FAJARDO, 2008, p. 122). Uma nova fase se avizinha:

A partir dos anos 30, uma nova frente de expansão estava se consolidando, com a progressiva ocupação e expansão da produção cafeeira no norte-paranaense. Em pouco tempo, o café passou a ser a base do desenvolvimento do Paraná e sua forma de inserção no mercado nacional até a década de 60 (TRINTIN, 2001, p. 53).

Depois das fases da erva-mate, considerada como precursora da industrialização no Paraná por conta de processos de beneficiamento e empacotamento, da exploração da madeira e, principalmente da produção do café na região norte do Estado, é possível dizermos que a economia paranaense iniciou uma grande transformação a partir da década de 1960. Fajardo (2008, p. 38) destaca que “o Paraná acompanhou o crescimento da agricultura no conjunto do país, colaborando também para esse impulso”. Por suas peculiaridades, a atividade agropecuária no estado têm sido objeto de estudos por parte de muitos pesquisadores, pois:

[...] nela se encontram, na década de 70, regiões que apresentaram graus e ritmos diferentes de integração à modernização tecnológica, o que permite verificar como se deu esse processo, bem como acompanhar suas conseqüências. Encontra-se também um produto que contém em si as condições de funcionar como introdutor das inovações mecânicas, químicas e biológicas: a soja” (FLEISHFRESSER, 1988, p.17).

Fajardo (2008) analisa que, nesse contexto, o território paranaense passou a apresentar uma estrutura agrária modificada em todas as regiões, materializada espacialmente pelas mudanças na utilização da terra, na concentração das posses de propriedades e nas condições de exploração das atividades agropecuárias. O autor destaca

¹² Por economia era periférica, Padis (1981) entende que até dezembro de 1853, quando o Paraná se desmembrou da Província de São Paulo, a economia do estado estava atrelada às determinações da província paulista, e o Paraná estava preterido no fomento ao processo de industrialização.

o predomínio da produção de grãos¹³, “sobretudo, as culturas de verão (soja e milho) na paisagem rural paranense”, na configuração do perfil agropecuário do estado. A soja passa a dominar a produção em várias parte do estado. A partir de 1980 ocorreu a expansão da soja intercalada com o trigo, diversificando ainda com milho e cana-de-açúcar. Decorridas três décadas, produtos como a soja, o trigo, o milho e a cana-de-açúcar se mantêm como as principais *commodities* paranaenses. O Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (PARANÁ, SEAB, 2012), confirma a predominância desses produtos agrícolas também na mesorregião Centro-Sul paranaense (Figuras 2, 3 e 4).

Município	Área Total (ha)	Área Perdida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Campina do Simão	1.100	-	3.135,00	2.850,00
Candói	10.400	-	33.800,00	3.250,00
Cantagalo	1.200	-	2.820,00	2.350,00
Foz do Jordão	1.900	-	6.365,00	3.350,00
Goioxim	1.950	-	5.070,00	2.600,00
Guarapuava	18.800	-	59.220,00	3.150,00
Laranjal	100	-	235,00	2.350,00
Palmital	350	-	770,00	2.200,00
Pinhão	8.300	-	26.560,00	3.200,00
Prudentópolis	2.700	-	7.695,00	2.850,00
Reserva do Iguaçu	3.300	-	9.835,00	2.930,30
Turvo	1.450	-	3.915,00	2.700,00
Total geral	51.550	-	159.420,00	3.092,53

Figura 2: Produção agrícola do Paraná, por Núcleo Regional (Trigo) - Safras 2006/2010.
Fonte: PARANÁ (SEAB, 2012). Organizado por KAMINSKI (2012).

¹³ Hoje, de acordo com a SEAB (2012), a pecuária paranaense tem uma participação relativamente pequena em relação à produção nacional, mas a pouco mais de uma década (IBGE, 2006) foi a principal atividade econômica ao lado da soja, representando 44 % do total de estabelecimentos e 62 % de sua área total.

Município	Área Total (ha)	Área Perdida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Campina do Simão	3.400	-	16.320,00	4.800,00
Candói	18.300	-	140.910,00	7.700,00
Cantagalo	4.800	-	27.840,00	5.800,00
Foz do Jordão	1.900	-	16.340,00	8.600,00
Goioxim	6.900	-	37.950,00	5.500,00
Guarapuava	25.700	-	218.450,00	8.500,00
Laranjal	1.400	-	4.060,00	2.900,00
Palmital	3.800	-	14.060,00	3.700,00
Pinhão	15.200	-	107.920,00	7.100,00
Prudentópolis	19.300	-	76.235,00	3.950,00
Reserva do Iguaçú	5.600	-	42.560,00	7.600,00
Turvo	5.100	-	24.225,00	4.750,00
Total geral	111.400	-	726.870,00	6.524,87

Figura 3: Produção agrícola do Paraná, por Núcleo Regional (Milho safra normal) - safras 2006/2010.

Fonte: PARANÁ (SEAB,2012). Organizado por KAMINSKI (2012).

Município	Área Total (ha)	Área Perdida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Campina do Simão	6.600	-	18.480,00	2.800,00
Candói	33.500	-	107.870,00	3.220,00
Cantagalo	14.600	-	40.150,00	2.750,00
Foz do Jordão	7.900	-	25.280,00	3.200,00
Goioxim	14.100	-	41.595,00	2.950,00
Guarapuava	55.700	-	178.240,00	3.200,00
Laranjal	1.150	-	3.565,00	3.100,00
Palmital	2.600	-	7.865,00	3.025,00
Pinhão	26.800	-	84.420,00	3.150,00
Prudentópolis	18.700	-	50.490,00	2.700,00
Reserva do Iguaçú	12.800	-	40.320,00	3.150,00
Turvo	6.800	-	17.340,00	2.550,00
Total geral	201.250	-	615.615,00	3.058,96

Figura 4: Produção agrícola do Paraná, por Núcleo Regional (Soja) - safras 2006/2010.

Fonte: PARANÁ (SEAB,2012). Organizado por KAMINSKI (2012).

Para os críticos a esse modelo de produção pautado nos ditames do agronegócio, os discursos empregam equivocadamente o termo desenvolvimento como sendo um processo decorrente do crescimento econômico:

Dessa forma, é preciso que a agricultura evolua a partir da lógica de incorporação de insumos modernos, como fertilizantes químicos; agrotóxicos; sementes selecionadas etc. Esse discurso do desenvolvimento, sobre a *modernização* da base técnica da produção agropecuária, não considera que esta deva implicar em expansão, crescimento, *progresso* e também melhoria nas condições de produção e distribuição das riquezas geradas. A história mostra que a produção agrícola aumenta, mas não significa melhoria no acesso à produção gerada para todos. O que ocorre é um crescimento da produção agropecuária e a estruturação das cadeias produtivas, o que não propicia um desenvolvimento em sentido mais amplo, que beneficie as dimensões culturais, políticas e naturais para parte significativa dos produtores rurais, especialmente dos pequenos (SANTOS, 2008, p.79-80).

As observações da autora permitem reconhecer a realidade que também ocorre no Paraná, um estado que apresenta espaço heterogêneo e desigual, marcado pelo desequilíbrio entre bons índices de produtividade e renda nos grandes empreendimentos rurais, e a luta pela sobrevivência dos pequenos agricultores.

Há problemas sociais e econômicos decorrentes da modernização da agricultura, que segundo Delgado (1985), promovem a diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais, aumentando ainda mais a separação entre pequenos e grandes produtores. Esse processo dialético resultou em relações conflituosas envolvendo, de um lado, grandes agricultores, empresas de capital estrangeiro, cooperativas agroindustriais, e de outro, pequenos agricultores e agricultores familiares em seus movimentos de luta pela terra e contra sua concentração em poder dos abastados do campo, a exploração e a proletarianização do trabalho.

Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES, 2003, p.32), “a população rural apresenta a maior precariedade, residindo em sua maioria (71%) em municípios com os menores índices de desenvolvimento humano” e “regionalmente, as mesorregiões situadas na porção central do Estado apresentam as piores condições de vida, particularmente a Centro Sul”. A concentração fundiária (Andrade,1979) está inserida em um contexto histórico que iniciou-se no começo da colonização portuguesa, sob a forma de divisão do território brasileiro em Capitânicas Hereditárias e, posteriormente, em sesmarias.

FAUSTO (1996, p. 25) explica que sesmaria foi conceituada “como uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação - raramente cumprida - de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa”.

De acordo com Lima (1991), o vocábulo sesmaria se origina do termo sesma do verbo sesmar que significa avaliar, estimar, calcular, e nos tempos coloniais referia-se a um território que era repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalhariam seis sesmeiros. As sesmarias eram terrenos abandonados entregues pela Coroa Portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido. Uma sesmaria media aproximadamente 6.500m². No Brasil, o regime de sesmarias introduziu a figura dos posseiros, arrendatários das propriedades cujos donos não cultivavam a terra. O regime foi extinto em 1822.

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (BRASIL, ITCG, 2008) registra que a primeira Lei de Terras do Estado do Paraná (Lei nº 68) data de 20 de dezembro de 1892. A Lei nº 68 veio a lume em decorrência da passagem de terras devolutas ao domínio dos Estados, por força da Constituição de 1891.

Essa concentração se intensificou após década de 1950, com a expansão de tecnologias modernas dos centros urbanos em direção ao campo. Com isso, as terras agricultáveis do país passaram a se concentrar nas mãos de uma parcela minoritária da população que detem o capital e os meios de produção. Esse diploma legal permaneceu fiel aos princípios esposados na Lei Imperial de Terras (Lei nº 601, de 18/09/1850), notadamente quanto ao conceito, apuração física e destinação das terras devolutas¹⁴.

O Diagnóstico Econômico do IPARDES (2003) destaca o bom desempenho produtivo do agronegócio, entre as décadas de 1990 e primeiros anos de 2000, mas aponta estagnação nos indicadores sociais tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atribuindo à estrutura fundiária concentrada a contradição entre exuberância produtiva e desigualdades:

[...] a contradição entre a exuberância produtiva e a iniquidade social, tem raiz, fundamentalmente, na estrutura fundiária concentrada, que foi agravada pelo processo de modernização, denominado ‘modernização conservadora’ justamente por não resolver, mas sim, reforçar as desigualdades na distribuição da terra (PARANÁ, IPARDES, 2003, p.11).

Essa estrutura concentrada “foi agravada pelo processo de modernização, denominado ‘modernização conservadora’ justamente por não resolver, mas sim, reforçar as desigualdades na distribuição da terra” (PARANÁ, IPARDES, 2003, p.11). Assim,

¹⁴ A Lei nº 601, de 1850, entendia por terra devoluta aquela devolvida à nação. A Lei nº 68, de 20 de dezembro de 1892, art. 2º passou a defini-la como terra que não era de particulares e as quais o Estado reconhecia e declarava de domínio privado. As terras que assim não sejam reconhecidas, e nem declaradas permanecem devolutas.

embora destaque a importância do agronegócio paranaense, o instituto critica a situação da agropecuária e seus reflexos na estrutura social do Estado:

Os indicadores sociais disponíveis demonstram a persistência da pobreza rural, a ponto de a aposentadoria rural ter se constituído no principal programa rural e, em muitos casos, um mecanismo de financiamento da produção. Os agricultores empresariais (aproximadamente 12% do total) e uma pequena parcela dos agricultores familiares articulados às agroindústrias adotam técnicas avançadas de produção, têm elevados rendimentos físicos e são os responsáveis pelo desempenho produtivo da agricultura paranaense. Ocorre que os agricultores em regime de agricultura familiar com maiores rendas (a fração superior desse conjunto) são poucos, em torno de 14% de todos os produtores rurais. No extremo inferior estão os agricultores que praticamente não possuem nada, apenas subsistem. Estes representam praticamente 50% dos agricultores e detêm menos de 15% da área (PARANÁ, IPARDES, 2003, p. 11).

De acordo com o Censo Agropecuário (BRASIL, IBGE, 2006), as diferenças verificadas na área dos estabelecimentos agropecuários, quando comparados aos disparestratos fundiários, continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição da terra em todo país:

Neste sentido, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 –, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos (BRASIL, IBGE, 2006, p. 107).

A situação também é reconhecida pelo ITCG. O instituto diz que, no Paraná há necessidade de mudança no modelo de produção agrícola, diante dos 327.611 estabelecimentos voltados à agricultura familiar, “o que significa 90% dos estabelecimentos agropecuários ocupando 41% da área rural, sendo responsáveis por 48% da produção agrícola e pecuária” (BRASIL, ITCG, 2008, p. 14). O reconhecimento da diversidade da agricultura familiar por parte do governo do Paraná está mais ligada à proposta de formação:

[...] de um “Bloco Latino-americano e do Caribe, que tende ser protagonista de um projeto político para o continente, significa a construção geopolítica do projeto de integração da diversidade econômica, cultural, social, ambiental, e, mais especificamente, a criação de uma agenda de direitos socioambientais, para preservar as economias locais e as culturas tradicionais” (BRASIL, ITCG, 2008, p. 18).

O espaço rural paranaense experimenta essas transformações territoriais antagônicas, em que há uma exuberância de produção e renda de um lado, e o desequilíbrio das condições de igualdade sociais e econômicas de outro entre que não conseguiram se incorporar às mudanças na base técnica produtiva. Além disso, a modernização com o suporte da mecanização esgota os solos e, para repará-los e torná-los novamente produtivos, a grande agricultura recorre ao uso de novos insumos químicos e biológicos, que fazem parte das transformações da modernidade na produção agropecuária paranaense em fins comerciais.

Para Fajardo (2008), o desempenho da agricultura paranaense está inserido na agropecuária de excelência praticada na região Sul do Brasil, mas o processo de modernização tecnológica ocorreu de modo mais intenso, diferentemente dos outros dois estados da região:

Nos casos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, há aspectos que diferem da realidade paranaense. Em Santa Catarina, no ramo agroindustrial, alcançaram preponderância econômica empresas de origem familiar, originadas da pequena produção mercantil, como por exemplo, a Sadia e a Perdigão, que se tornaram grandes (FAJARDO, 2008, p. 107).

Diante desse cenário é possível compreender como o setor agropecuário paranaense construiu a configuração que possui, e quais foram os papéis de seus agentes ou sujeitos nesse processo. O Estado atua como principal agente da modernização no campo por meio do fomento à mecanização e às exportações, fazendo sobressair a grande agricultura com seus grandes proprietários, que por sua vez, são os consumidores dos produtos industrializados e buscam produtividade no fornecimento de produtos para o mercado externo que regula os preços e dita o que produzir e como se deve produzir.

Verificava-se a forte presença do Estado atuando sobre a economia nacional “ao impor novos mecanismos trabalhistas, fiscais, cambiais e creditícios, antes voltados prioritariamente para o setor urbano, pois esses mecanismos do governo tinham um só intuito, a industrialização” (TEIXEIRA, 2002, p.177).

Essa situação de dependência do Brasil ao mercado internacional, através de mecanismos regulatórios como as bolsas de Valores, de mercadorias e cotação da moeda americana se fortaleceu no século XXI. Frequentemente, os preços da soja, milho e trigo paranenses, por exemplo, vem oscilando na Bolsa de Chicago por conta da desvalorização

do dólar. O resultado é sentido no campo, pois o trigo experimenta uma redução na colheita na ordem de 10%¹⁵. O paradoxo é que o estado do Paraná é o maior produtor nacional e precisa importar metade do que consome:

Para o consumidor, tudo estaria bem se esse quadro significasse redução de preços. Porém, no médio e no longo prazo, a dependência externa, no caso de um alimento tão essencial, tende a ser nociva à economia. Sem abastecimento interno, os preços nos supermercados vão sempre refletir os solavancos das cotações internacionais. Uma quebra de safra na Rússia, no Canadá, nos Estados Unidos ou na Argentina pode elevar o custo de vida do brasileiro imediatamente (JORNAL GAZETA DO POVO, 2011).

Ressalta-se que, embora o governo garanta os preços mínimos aos grandes produtores cobrindo os custos, sem os lucros esperados, os tricultores tendem a reduzir a produção de trigo. Com isso, os produtos à base de trigo, em especial, o pão, fica mais caro na mesa do brasileiro.

Sem apoio governamental para poder fazer frente às grandes propriedades monocultoras, que hoje assumem o *status* de empresas rurais¹⁶ pela forma de gestão desse negócio e pelo elevado nível técnico, de tecnologia e informação, centenas de milhares de famílias foram expulsas ou tiveram que vender a terra.

Alguns desses agricultores se proletarizaram passando da condição de donos da propriedade à empregados mal pagos nas empresas rurais, ou foram obrigados a deixar mais que uma porção de terra, e sim uma história de vida, migrando para a periferia das cidades, tornando-se subempregadas ou mesmo desempregadas. Conflitos como esses se somam entre os maiores problemas enfrentados nas economias de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, particularmente na América Latina.

¹⁵ Dados relativos à safra 2010/2011.

¹⁶ Empresa rural é a unidade de produção que trabalha com objetivos econômicos a partir da associação entre terra, trabalho, capital e técnica. Conforme o artigo 971, da Lei nº 10.406/02, Novo Código Civil (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002), o produtor rural, passa a ser considerado empresário rural caso sua atividade rural se constitua na principal profissão.

2. O COOPERATIVISMO E O CAPITAL

Necessidade e coletividade. Essas palavras deram início ao trabalho conjunto e organizado de algumas pessoas no mundo, e aparecem em todas as definições de cooperativismo diferenciando-se apenas os sujeitos que as praticam. Desde a Pré-história, o homem em sua tendência de viver em grupo, forma associações para se defender dos predadores, para produzir seus bens, suas moradias, e para se alimentar.

De acordo com Leopoldino (2008, p.16) “o capitalismo trouxe consigo estratégias, por alguns autores até consideradas destrutivas, que são responsáveis por mudanças estruturais no trabalho em sociedade”. Isso fez com que se repensasse o ato laboral, de onde emergiram meios alternativos como o cooperativismo.

O movimento cooperativista nasceu urbano, na categoria consumo, na Europa do século XIX, em Rochdale (periferia de Manchester, Inglaterra), em meio a uma crise econômica e social, a Revolução Industrial (Pinho, 2004). De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011) a iniciativa deu origem aos princípios universais cooperativistas. As necessidades de trabalhadores urbanos motivaram as pessoas a buscarem solução para seus problemas:

O cooperativismo, como o vemos hoje, nasceu quando foi fundada a primeira cooperativa em bases associativas formais. Nas vésperas do Natal de 1844. [...] com a Fundação da Sociedade dos probos pioneiros de Rochdale, que em 21.12.1844 inaugurou um ‘armazém cooperativo’ para atender a seus membros com estoques de manteiga, açúcar, farinha de trigo, aveia, velas de sebo, carvão etc. Eles passavam muita necessidade (MENESES, 1992, p. 13).

As raízes da cooperativa estão no movimento chamado de Pré-Cooperativismo ou Socialismo Utópico ou dos Socialistas Utópicos, “um grupo de teóricos que se interessou mais pela justiça social do que em descobrir leis econômicas ou em lançar bases para a prosperidade nacional” (MENESES, 1992, p. 23), que recomendavam comunidades-modelo, auto-suficientes, instrumentos de produção de propriedade coletiva entre outras coisas. Com base nesses ideais, os membros da sociedade de Rochdale estabeleceram regimentos e normas de conduta com o único objetivo de melhorar a vida dos operários. A intenção era atender não somente os aspectos econômicos, mas também humanos. Destarte, com esses propósitos, o cooperativismo enquanto doutrina operou uma renovação

social a partir do momento em que a união dos sujeitos permitiu uma ascensão social, em que os cooperados deixaram uma condição social excludente.

2.1 Princípios como diferenciais?

Os princípios cooperativistas são consubstanciados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI)¹⁷. Os princípios têm como fundamentos o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade, devem se traduzir em interesses coletivos acima dos individuais, postura ética de todos os membros, valorização das pessoas e não de seu capital.

Dentre eles, a adesão livre e voluntária prega a abertura a todas as pessoas que estejam aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócios, sem discriminação de classe social, racial, política, religiosa e sexual (de gênero).

A gestão democrática e livre preconiza que os sócios controlem, tomem decisões e representem democraticamente os associados, tendo igualdade na votação, na proporção que um sócio equivale a um voto. Ainda, é prevista participação econômica dos sócios, com a contribuição igualitária e controle democrático do capital das cooperativas, e redistribuição de sobras dos juros, se houver.

A autonomia e independência, como princípio, prega que as organizações sejam autônomas para que possam desencadear ajuda mútua entre os cooperantes.

Educação, treinamento e informação também estão entre os princípios. As cooperativas devem proporcionar educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, os quais deverão informar ao público em geral.

Intercooperação é o princípio que move as cooperativas a procurarem fortalecer o movimento cooperativista, trabalhando juntas. Por último, o princípio da preocupação com a comunidade significa que a cooperativa deve trabalhar para o desenvolvimento sustentável do meio onde está inserida, através de políticas aprovadas por seus associados.

Há que se deter neste princípio. Na visão de Schneider (2004), o cooperativismo possui uma estreita relação com o desenvolvimento sustentável, podendo ser visto como

¹⁷ A ACI, sediada em Genebra, Suíça, é uma Organização Não-Governamental independente, que congrega, representa e presta assistência às organizações cooperativas do mundo todo. A entidade foi fundada em Londres, em 1895. Seus membros são as cooperativas de todos os setores de atividades, tais como as cooperativas agrícolas ou agropecuárias, de crédito, eletrificação, de trabalho, de habitação, de turismo, de consumo etc. (ACI, 2012).

uma alternativa para o alcance da sustentabilidade. Para ele, as cooperativas podem contribuir com os três planos do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico eficiente, eficaz e adequado à realidade local e regional; promoção de um desenvolvimento socialmente justo e equitativo; e constante vigilância em prol da preservação do meio ambiente, a partir de políticas aprovadas pelos cooperados.

De acordo com Karl (2011)¹⁸ são esses princípios que caracterizam a tipologia cooperativista, em que o ato cooperativo é considerado o elemento que difere as cooperativas de outras formas de associação. Trata-se das ações praticadas entre a cooperativa e seus associados, assim como entre as cooperativas visando o benefício social. O ato cooperativo prevê a entrega de produtos por parte dos associados à cooperativa para comercialização; fornecimento de bens e mercadorias aos associados vinculadas às atividades econômicas; operações de beneficiamento, armazenamento e industrialização de produtos.

O funcionamento de todas as atividades econômicas e sociais das cooperativas é regularizado por meio de um instrumento que é seu Estatuto Social. É ele quem determina como deve ser a atuação da cooperativa e dos cooperados. O estatuto deve estar em conformidade com a lei nº 5764/71, Lei Cooperativista (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971), e é composto pela assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração diretoria executiva.

Segundo Alves *et al.*, (2010), o estatuto estabelece, entre outras questões, o disposto no artigo 21º da lei 5764/71 que a cooperativa apresente em sua denominação, a razão social, área de atuação, objeto social, capital social expresso em moeda corrente nacional se houver, além de tratar das quotas partes. O conjunto das quotas partes constitui o capital social da cooperativa, que garante a responsabilidade empresarial desta no mercado. O capital social é também chamado de fundo divisível, pois é de propriedade dos cooperados. No balanço patrimonial da cooperativa, por exemplo, o capital social é um passivo, ou seja, é uma dívida da cooperativa com os cooperados. Para que a cooperativa possa pagar esta dívida, o resto de seu patrimônio (os ativos) deve ser igual ou maior que o valor do capital social:

A lei não estabelece um valor mínimo para a quota-parte, mas declara em seu artigo 24 que no capital será dividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo do país. A lei

¹⁸ Jorge Karl é presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial e foi entrevistado pela autora no dia 16 de junho de 2011, na sede da cooperativa.

também proíbe o repasse de quotas-partes a não associados, e isto é uma das características de um empreendimento cooperativo se comparado à de uma empresa comercial (ALVES *et al.*, 2010, p. 16).

Para Rios (1989, p. 13) a cooperativa e o cooperativismo como fruto do movimento operário, é “um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa”. Sendo assim, teoricamente, tais características diferenciam o cooperativismo das demais formas de associação capitalistas:

[...] A primeira significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital [...]. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é de competência da assembleia de associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho deve ser feita de maneira diversa da que ocorre em uma empresa capitalista (RIOS, 1989, p. 17).

O autor diferencia a cooperativa da empresa capitalista. Segundo ele, em seu fundamento, a cooperativa não visa o lucro sobre o associado, sendo um instrumento alcance esse objetivo, e evidencia que a cooperativa tem mais facilidade de realizar funções mais efetiva e economicamente do que se elas fossem realizadas individualmente. Destaca ainda que a cooperativa que segue os princípios do movimento é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e objetivos econômicos e sociais comuns.

Uma sociedade cooperativa enquanto sociedade de pessoas, constituída de número ilimitado de cooperantes, atua democraticamente, todas as decisões advêm das assembleias onde o “quorum” é baseado no número de cooperantes, e proporcionalmente, um homem, representa um voto. Nesse tipo de sociedade não é permitida a transferência das quotas partes a terceiros, estranhos à sociedade.

Na sociedade mercantil ocorre o inverso: é uma sociedade de capital; o objetivo principal é o lucro; o número é limitado de sócios; cada ação representa um voto e nas assembleias o “quorum” é baseado no capital. Além do mais, as ações podem ser transferidas a terceiros. A questão da lucratividade está prevista na Lei 5.764/71 Nacional de Cooperativismo. Nesse sentido, é importante serem considerados alguns pontos quando são abordadas as grandes cooperativas agroindustriais, com seus faturamentos bilionários. Ao tratar das “Sociedades Cooperativas – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”, a Receita Federal (BRASIL, RF, 2003), diferencia sobras líquidas e resultado do exercício

apurados pelas sociedades cooperativas. Primeiro, porque, na linguagem cooperativa, o termo *sobra líquida* designa os próprios lucros líquidos, ou lucros apurados em balanço, que devem ser distribuídos sob a rubrica de retorno ou como bonificação aos associados, não em razão das quotas partes de capital, mas em consequência das operações ou negócios por eles realizados na cooperativa.

O documento esclarece que, na linguagem comercial, o resultado do exercício é o lucro, o provento ou o ganho obtido em um negócio que proveio das operações mercantis ou das atividades comerciais. Por resultado, em sentido propriamente contábil, entende-se a conclusão a que se chegou na verificação de uma conta ou no levantamento de um balanço; o mesmo que crédito, lucro ou prejuízo. Em relação às contas, refere-se ao saldo da Demonstração do Resultado do Exercício, que tanto pode ser credor como devedor. Quando se fala dos balanços, alude-se à apuração dos lucros ou prejuízos em determinado período. E, dessa forma, o resultado, ou o que se apurou, tanto pode ser favorável, quando há lucro, como desfavorável, quando se verifica prejuízo.

Entretando, (BRASIL, RF, 2003), o fato de a lei do cooperativismo denominar a mais valia de "sobra" não tem o intuito de excluí-la do conceito de lucro, mas permitir um disciplinamento específico da destinação desses resultados (sobras), cujo parâmetro é o volume de operações de cada associado, enquanto o lucro deve guardar relação com a contribuição do capital (Art. 187 da Lei no 6.404, de 1976).

Pelo que se pode absorver dessa prerrogativa, a forma de lucro é denominada de sobras do exercício, aquilo que é excedente de todas as transações comerciais realizadas pelo quadro associativo cuja destinação é diferente das empresas onde os acionistas decidem particularmente onde investir o dinheiro. As sobras líquidas podem compor os chamados fundos de reserva, dinheiro arrecadado com a contribuição dos cooperados, visando garantir o desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Tais fundos, obrigatórios são o Fundo de Reserva (FR) destinado principalmente a reparar perdas, e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). O fundo é empregado na "prestação de assistência e investimento na capacitação e atualização técnica, promoção de cursos, seminários e congressos, aos cooperados, seus familiares e, aos empregados das cooperativas" (ALVES, 2010, p. 15-16).

Ainda que o aspecto financeiro esteja previsto nos estatutos sociais das cooperativas, Rios (1989, p. 52) critica o cooperativismo e a ideologia conservadora agindo em função de um cooperativismo elitista, em que se apresenta a figura do "dono da

cooperativa”, como se fosse uma pessoa física proprietária da sociedade cooperativa, detentora de todo poder nas decisões.

Por conta dos riscos de servir aos interesses das classes dominantes e da sua utilização como instrumento de controle, é que o autor alude sobre o caráter ideológico do cooperativismo e para a recuperação do termo “cooperativa”, no sentido de mudança social:

Existe um cooperativismo das elites e um cooperativismo dos pés-no-chão: um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo informal, 'sem lei e sem documento', não financiado e nem mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois, imune à divisão da sociedade em classes. Isto é importante frisar, porque muitas vezes o cooperativismo é apresentado com se fora 'uma borracha' que apagara as diferenças de classe. Por isso mesmo ele costuma ser apresentado como uma 'terceira via' entre o capitalismo e o socialismo. Mas não existe 'terceira via', ou o cooperativismo se subordina ao capital e seus interesses, ou o cooperativismo é um instrumento e função de um projeto socialista. Não um socialismo burocrático, totalitário e estatizante, mas um socialismo democrático, autogestionário e participativo (RIOS, 1989, p. 65).

No contexto capitalista de produção, Bialoskorski Neto (2002) acentua que as cooperativas brasileiras têm orientação clássica voltada a atender prioritariamente os interesses de seu quadro social, mas são empresas inseridas em um ambiente econômico e devem investir em estratégias comerciais para serem competitivas. Graziano da Silva (1982) acentua esse caráter empresarial existente nas cooperativas:

Ainda que mantenham os princípios elementares do cooperativismo e sua identidade étnica, as cooperativas estimuladas por políticas públicas de fomento à exportação e transformação industrial de produtos como a soja, o trigo e a cana-de-açúcar, “não atingiram as pequenas propriedades responsáveis por gêneros alimentícios de primeira necessidade” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30).

O mesmo autor sintetiza, em parte, o próximo subcapítulo que aborda as características do cooperativismo no Brasil. O sistema cooperativista apresenta um forte predomínio do agronegócio envolvendo empresas transnacionais que operam em mercados mundiais, mas também cooperativas agroindustriais que não integram essas cadeias.

2.2 Características do cooperativismo no Brasil

Com o fim da escravidão no Brasil, em 1891, o grande volume de imigrantes europeus criou um ambiente positivo para a implantação do cooperativismo, porém sem muita expressão, e segundo Pinho (2004, p. 14), a primeira cooperativa formal que se tem notícia foi a Fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1889.

Porém, esse dado é contestado por Silva *et al.*, (2003, p. 78), pois consideram que as primeiras experiências do cooperativismo brasileiro iniciaram com “a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe - Estado de Pernambuco, em 1894”.

A partir do início do século XX, em 1902, surgem as caixas rurais do modelo Raiffeisen¹⁹, no Rio Grande do Sul, visando atender aos interesses da zona rural organizadas pelo padre Theodoro Amstadt, no Rio Grande do Sul (BASTIANI, 1991, p.6).

De acordo com a OCB (2010), em 1907 são criadas as cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais, mas somente no século XX, a partir da década de 1930, o governo federal assimilou o modelo agrícola e passou a controlar o movimento cooperativista. Na década de 1970, o governo teve um papel preponderante no crescimento das cooperativas e a política de crédito rural foi decisiva para a modernização significando a maior parte no volume de vendas de tratores e do consumo de fertilizantes. Ocorre que essa interferência era seletiva: o governo promovia campanhas de incentivo ao cooperativismo, mas não abrangia todas as classes e regiões do país.

Além de que, a Lei 5.764/71 restringia a autonomia dos associados, fato que gerou descontentamento, e a crise deu margem à criação da OCB, em 1969 com registro oficial em 1971. Esse controle do Estado sobre o movimento foi relatado por inúmeros estudiosos:

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário (SILVA *et al.*, 2003, p. 78).

¹⁹ As caixas tipo Raiffeisen funcionavam como bancos de crédito rurais. Foram criadas no século XIX na Alemanha até hoje esse tipo de cooperativa de crédito está em funcionamento.

Rios (1989) reconhece que a origem do movimento no Brasil não partiu das camadas proletárias quando destaca a interferência do Estado e das grandes empresas do setor agroexportador, visando um modelo societário que estimulasse uma política governamental agrícola de caráter empresarial:

A formação das cooperativas no Brasil tem uma particularidade. Diferentemente das transformações que ocorreram na Europa, o movimento cooperativista surge como uma promoção das elites políticas e econômicas, concentrando-se no campo, e em uma economia de predominância agro-exportadora. “Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é o caso, pois, de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal” (RIOS, 1989, p. 24).

Os fatos históricos definiram a organização e a configuração que as cooperativas têm hoje, assumindo um perfil empresarial e se readequando estruturalmente. De acordo com a OCB (2010), no Brasil existem cooperativas (Figura 5) em 13 setores da economia, nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal somando 6.652 cooperativas incluídas as junções obtidas por fusão ou incorporação, mais de 9 milhões de associados, quase 300 mil empregados, e as exportações movimentaram perto de 4,5 bilhões de dólares.

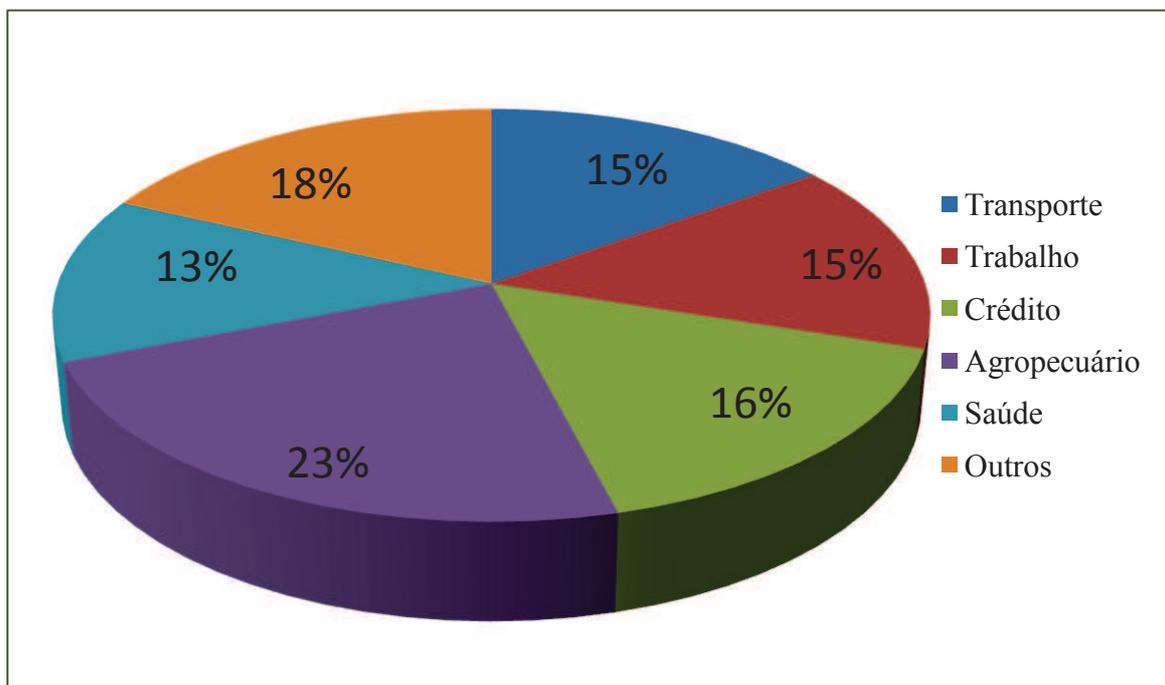


Figura 5: Distribuição das cooperativas por ramo.
Fonte: OCB (2010). Organizado por KAMINSKI (2012).

O maior número delas está no setor agropecuário somando 1.548 registros, possuindo mais de 943 mil associados (terceiro lugar depois dos ramos consumo com quase 2.300 milhões de cooperados, e crédito com mais de 4 milhões de sócios), e empregando mais de 146 mil pessoas, representando 23% de todos os outros setores. Nesse ramo há um predomínio de produtores rurais de pequeno porte que têm propriedades de até 100 hectares: eles somam aproximadamente 92% no total.

As cooperativas agropecuárias atuam de forma regionalizada, atendendo os produtores rurais de vários municípios através de suas unidades de recebimento de cereais e comercialização de insumos. Conforme a Organização das Cooperativas Paranaenses (OCEPAR, 2006) a produção recebida é comercializada ou direcionada para a industrialização e agregação de valor a fim de melhor rentabilizar o cooperado. Atualmente os principais produtos são os do complexo sucroalcooleiro somando mais de US\$ 1.7 bilhão e representando uma produção de 3,9 milhões de toneladas (39,3%), em segundo lugar o complexo soja em forma de grão, farelo e óleo rentabilizando mais de US\$ 1.12 bilhão resultante de uma produção de 2,8 milhões de toneladas (25,6%), e em terceiro está o de carnes com 18% (360 mil toneladas), contabilizando US\$ 747.2 milhões. China e Emirados Árabes estão entre os principais destinos desses produtos.

Essas organizações surgiram como uma das formas alternativas à inserção na modernização tecnológica do campo, visando minimizar os efeitos desse descompasso. Por outro lado, receberam grande impulso por conta dos financiamentos facilitados pelo governo, atendendo aos interesses do Estado como instrumento da penetração do capitalismo no campo.

Face a essa dependência, acabaram também por incorporar os produtores à lógica e dinâmica do Complexo Agroindustrial. As cooperativas são grandes responsáveis pela implantação desse sistema. Em um cenário marcado por grandes transformações mundiais, políticas, econômicas e sociais, as cooperativas agropecuárias brasileiras chegaram ao século XXI marcadas pelo processo de modernização que se iniciou a partir da década de 1960, a partir de políticas públicas de incentivo à exportação que alavancaram a agroindustrialização.

Para competir no mercado as cooperativas tiveram de enfrentar o desafio de agir como empresas, além de terem que preservar suas relações com os cooperados que são, ao mesmo tempo, donos, clientes e fornecedores (DORNELAS, 1998). Diante desse novo perfil, as cooperativas mudaram também as práticas de gestão dos negócios.

Em termos analíticos, alguns autores apontam uma interação dialética, uma contradição observada nas cooperativas deste tempo:

[...] a questão da objetividade e da subjetividade numa organização cooperativa de agricultores, por exemplo, se coloca na medida em que a entidade cooperativa apresenta uma dupla natureza, de um lado ela é uma empresa e como tal é uma estrutura administrativa cuja própria sobrevivência econômica depende de uma busca constante de eficiência e de eficácia na sua inserção no mercado, de ser também eficiente e eficaz nas relações intercooperativas, bem como na construção de redes de negócios cooperativos. Por outro lado, entretanto, trata-se de uma empresa cuja conotação social não pode ser uma mera referência retórica sob pena de um esvaziamento do próprio termo cooperativismo (RIOS, 2009, p.4).

A Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com a ACI, declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas (OCB, 2012), “cujo objetivo comum é buscar o desenvolvimento econômico sustentado, a mitigação da pobreza e a intercooperação”.

Diante do que foi exposto, surgiu uma inquietação sobre o papel das cooperativas agropecuárias na melhoria das condições de vida de toda a população residente no campo, e não apenas dos agricultores e seus associados.

Em suas estatísticas, Bialoskorski Neto (1998) assinala que, em algumas regiões do Estado de São Paulo, por exemplo, para cada 10% de aumento na proporção de cooperados há um provável aumento médio de 2,5% na renda dos produtores rurais da região. O estudo demonstra que onde as cooperativas estão presentes, há também melhores preços para os produtos agrícolas e valores mais baixos nos insumos demandados pelos produtores rurais, diferenças que podem ser significativas e beneficiar toda a comunidade rural (BIALOSKORSKI NETO, 1998).

Conforme Gimenes e Gimenes (2007), os maiores níveis de produtividade da terra estão nos estados com maior número de estabelecimentos vinculados às cooperativas. No Rio Grande do Sul, 49%, em Santa Catarina, 42%, e no Paraná, 38%. Já os estados do Nordeste, com menor número de propriedades vinculadas às cooperativas, onde o Ceará apresenta 8%, e o Rio Grande do Norte, 10%, ocorre baixa produtividade da terra (MENEGÁRIO, 2000).

Esse é o modelo cooperativista sob a tutela da OCB. Aqui, é necessário abrirmos um espaço para inserir um comentário sobre outro movimento existente no Brasil, que é o chamado Cooperativismo Popular, surgido no início do século XX no Sul do Brasil com o trabalho de padres jesuítas junto aos pequenos agricultores:

O cooperativismo popular é uma releitura da ideologia cooperativista, criada no século XIX, na Europa, em defesa de um modelo de produção e de sociedade que se contrapõe a exploração do modelo capitalista. Tal como o cooperativismo, que surgiu em consequência da revolução industrial, seu desenvolvimento ocorre, no Brasil, nos anos 1990, em resposta ao modelo econômico então implantado - terceira revolução. Nesse contexto, buscou-se promover a mobilização e a formação de lideranças para gerar trabalho e renda e possibilitar a transformação da realidade social excludente. O que diferencia as Cooperativas Populares de outras experiências de organização sócio-econômica cooperativista é fundamentalmente a situação de exclusão vivenciada por seus associados, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro (COOPERATIVISMO POPULAR, 2006).

Fajardo (2008) explica que esse tipo de cooperativismo, a exemplo das cooperativas vinculadas ao Movimento Sem Terra (MST), não está integrado ao sistema oficial da OCB e OCEPAR por discordar das chamadas cooperativas tradicionais que atuam na lógica empresarial capitalista. O cooperativismo popular é caracterizado mais como um movimento de luta em que a força de trabalho é o principal capital de que dispõem os associados, oriundos de diversos segmentos e de diferentes naturezas laborais.

Desde 1999, as cooperativas populares contam com um grande apoio de uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, sendo que a primeira foi criada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujas funções são assessorar a formação de cooperativas de trabalhadores e a inserção no mercado formal de trabalho de segmentos sociais economicamente marginalizados. A rede está presente em 16 universidades do país.

Diferentemente de outras cooperativas, as Populares enfrentam dificuldades de acesso ao crédito, o que tem sido um entrave ao seu desenvolvimento. Instituições financeiras foram criadas, mas “a exigência de garantias reais que não podem ser cumpridas pelo público-alvo dos programas de micro-finanças é um aspecto que acaba por afastar as populações de baixa renda do acesso ao crédito” (COOPERATIVISMO POPULAR, 2011). A entidade defende que o sistema financeiro nacional precisa repensar suas formas de ação para evitar que a exclusão se mantenha. As cooperativas populares são estruturas surgidas em meio ao conceito de “economia solidária”²⁰.

Esse antagonismo exposto pelas cooperativas populares em relação às demais formas de associação cooperativa é reconhecido por outros autores. Delgado (1985, p. 165)

²⁰ Ver mais sobre o termo em Lechat (2002). Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>.

alerta para o fato de que “deve ficar claro a grande diferença entre cooperativa enquanto associação de pessoas, das outras empresas enquanto associação de capitais”. Na prática, as cooperativas populares brasileiras representam um esforço de revitalização das práticas associativas, uma vez que esse movimento:

[...] se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor. Estas, aliás, vêm sendo a tônica dos discursos da academia e dos órgãos de representação do cooperativismo (SILVA *et al.*, 2003, p. 79).

Em sua crítica ao cooperativismo dito tradicional, Rios (2009) prefere o termo cooperativismo solidário por considerar que retrara adequadamente a realidade:

por “colocar de maneira explícita uma perspectiva ideológica/opção política em contraposição ao «cooperativismo de negócios», asséptico, nas aparências, quanto a interesses de classes. Ocorre nesse contexto (é só um paralelo, mas uma comparação esclarecedora) o que se passa na discussão acadêmica sobre a «neutralidade» ou não da ciência. Os defensores do «cooperativismo empresarial» puro e duro se comportam como se também o cooperativismo pudesse ser «neutro», isto é infenso à dinâmica dos interesses de classe numa sociedade tão desigual como a nossa “um cooperativismo militante e contestador em contraposição ao ‘cooperativismo de negócios’, asséptico, nas aparências, quanto a interesses de classes”. (RIOS, 2009, p.7-9).

Na mesma obra, o autor ressalta que a diferença entre os dois tipos se dá no fato do cooperativismo solidário ter foco sociológico no associado e o tradicional nos mediadores, entendidos como intermediários a serviço da reprodução da ordem vigente, ou seja, técnicos, acadêmicos, empresários e políticos formuladores de um cooperativismo de negócios. Ao que tudo indica esse cooperativismo de negócios vai continuar se reproduzindo. No Paraná, o processo de agroindustrialização deve continuar acelerado, conforme a OCEPAR (2012):

As cooperativas do Paraná vão ampliar em 28% os investimentos em seu complexo agroindustrial e infraestrutura de armazenagem, com aportes estimados em R\$ 1,15 bilhão para o ano safra 2012/2013 (junho de 2012 a junho de 2013). O impulso no processo de industrialização irá gerar pelo menos 5 mil novos empregos diretos, o que elevará para 70 mil o número de funcionários do setor. (OCEPAR, ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2012, p. 1).

A instituição enfatiza que os investimentos do cooperativismo do Paraná têm forte impacto no interior do estado, onde, em muitos municípios, as cooperativas são as maiores empregadoras, gerando alternativas de diversificação, trabalho no campo e nas cidades, movimentando também o comércio local.

2.3 As cooperativas dos imigrantes

O cooperativismo agropecuário é o mais importante entre todos os segmentos cooperativistas do Paraná, conforme a OCEPAR (2012). Por meio de uma política imigratória do governo paranaense, oferecendo diversos incentivos à formação de colônias agrícolas, os imigrantes europeus trouxeram as bases do cooperativismo. Essas bases foram adaptadas ao campo segundo princípios elementares e propiciaram a fundação de cooperativas, cada uma com características próprias e em alinhamento com a realidade regional.

Esses imigrantes, maior parte alemães e italianos, vieram para o Brasil em um grande movimento migratório entre o final do século XIX e meados do século XX. Em 1829 ocorre a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município. Em 1847, ocorre o mais importante movimento pré-cooperativista de origem francesa (fundação da Colônia Thereza Cristina, Rio Ivaí, hoje município de Candido de Abreu), onde se desenvolve uma ação social caracterizada principalmente pela solidariedade e trabalho coletivo:

No Brasil e em especial na região Sul, este tipo de ação associativa qualificada tem seus fundamentos nas práticas da comunidade indígena (mutirão), na ação dos jesuítas e no seu projeto civilizatório (1610) e principalmente na ação do médico francês e Jean Maurice Faivre que, em 1847, no Paraná, fundou a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas “fourerianas” (SILVA *et al.*, 2003, p. 87).

De acordo com a OCEPAR (2006), as cooperativas mais antigas do Paraná foram a Cooperativa Mista 26 de Outubro, em 1906, e a Cooperativa Florestal Paranaense, em 1909. Um dos pioneiros do cooperativismo foi o agrônomo ucraniano Valentin Cuts, o qual chegou ao estado em 1912, e criou a Sociedade Cooperativa Svitlo, em Carazinho, União da Vitória (1920) e Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, “Liberdade”, município de Paulo Frontin, surgida em 1930 e registrada em 1942 sob nº 1.

Outro nome importante na história do cooperativismo foi o do padre Teodoro Drapienski, que fundou a Sociedade Cooperativa de Comércio “União Lavoura” e fundou a Colônia Muricy transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José em 1945. Entre a década de 1930 e de 1950, surgiram as cooperativas fundadas por imigrantes, ainda em atividade no Paraná (Figura 6).

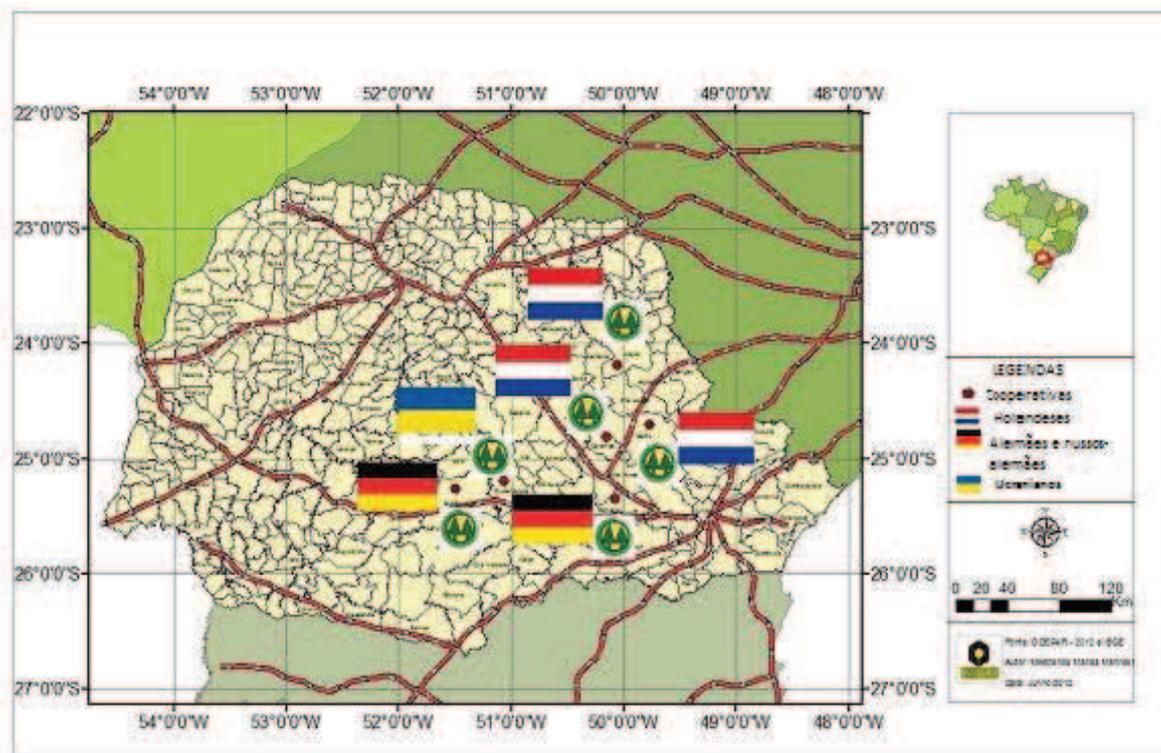


Figura 6: Mapa das cooperativas fundadas por imigrantes no Paraná.
Fonte: OCEPAR (2004). Organizado por PELEGRINA (2012).

As cooperativas de origem holandesa, como a Batavo em 1935, a mais antiga fundada por imigrantes e em atividade no Paraná, instalaram-se na mesorregião Centro-Oriental, chamada ainda de “Campos Gerais”²¹. A Castrolanda foi fundada em 1951 e a Capal em 1960. A Cooperativa Agrícola Witmarsun, de origem russo-alemã (menonita) foi fundada no município de Palmeira, em 1951. Na mesorregião Centro-Sul do Estado, em Guarapuava, criava-se em 1951 a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, oriunda dos suábios do Danúbio, hoje denominada Cooperativa Agrária Agroindustrial, e a Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis (CAMP), fundada em 1977, composta por descendentes de ucranianos.

²¹ Em Wachowicz (2000), Campos Gerais são uma estreita e alongada faixa de terra no segundo Planalto Paranaense, que se estende de Jaguariaiva até a margem direito do Rio Negro, e as primeiras famílias de holandeses chegaram em 1911, comprando lotes através do Programa Brazil Railway Company.

As atividades das cooperativas agropecuárias no Oeste e no Sudoeste do Paraná, bem como no Norte do estado iniciaram-se na década de 1960, com migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e São Paulo. Hoje, o número delas é representativo no estado. Segundo a OCEPAR (2012), o cooperativismo paranaense é formado por 240 cooperativas registradas que agrupam mais de 735 mil cooperados e 62.300 colaboradores, faturaram mais 32,1 bilhões de reais no ano de 2011 e congregam em torno de 2 milhões e 500 mil paranaenses.

Das 240 organizações, mais de 80% são do ramo agropecuário, e têm suas raízes nas comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar estruturas comuns para compra e venda da produção, além de suprirem suas necessidades de consumo e crédito através de sociedades cooperativistas.

Pressupõe-se que as cooperativas de imigrantes apresentam peculiaridades organizacionais envolvendo a coesão cultural do grupo na relação com o trabalho, no alicerce na pequena propriedade policultora, no fortalecimento da pequena propriedade, mas também na questão da identidade étnica, materializada principalmente na preservação da língua. Apesar dessas peculiaridades, alguns pesquisadores revelam que essas cooperativas não fugiram a um processo que envolve as empresas mercantis:

No início, embora algumas cooperativas, notadamente as que tiveram origem em grupos de imigrantes, fossem sólidas, muitas eram incipientes. Pequenas cooperativas muitas vezes, atuando em áreas comuns com outras, formavam um ambiente de competição e hostil no final dos anos 60 e início dos anos 70 (SETTI, 2006, p. 69).

A crescente participação de cooperativas no processo de expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais no Paraná funda-se no processo de formação desse agronegócio “(seletivo e oligopólico), num setor dominado por grandes e poucas empresas multinacionais (as trades agrícolas), responsáveis pela comercialização da maior parte das *commodities* agrícolas no país” (FAJARDO, 2008, p.174).

Inseridas no contexto das grandes empresas agroalimentares brasileiras, as grandes cooperativas agropecuárias do Paraná chegaram ao século XXI marcadas pelo processo de modernização da produção. Tais cooperativas foram estimuladas por políticas públicas de fomento à exportação e transformação industrial de produtos como a soja, o trigo e a cana-de-açúcar, que “não atingiram as pequenas propriedades responsáveis por gêneros alimentícios de primeira necessidade” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.30).

Nesse contexto, ainda que mantenham os principais elementares do cooperativismo e sua identidade étnico-cultural, essas organizações apresentam mudanças em suas estratégias de ação.

Percebeu-se uma distorção nessa tipologia cooperativista. Ao mesmo tempo em que tais cooperativas buscaram a modernidade e o crescimento econômico, dentro de uma lógica capitalista, tentaram manter em seus estatutos os princípios da cooperação e da igualdade. As mudanças provocadas pelas cooperativas de imigrantes no Paraná foram inúmeras.

Vista por uma questão cultural, o elemento estrangeiro conseguiu alterar muitas das relações sociais até então existentes nas comunidades em que se instalou e se reproduziu. A partir de 1822, nos tempos do Império, havia um fator cultural agindo sobre os interesses governamentais na imigração e colonização no Brasil, pois “pretendia-se, também, constituir um grupo social intermediário (um novo estrato social e político, fundamental ao governo central), não escravo e não grande proprietário” (SAQUET, 2003, p. 38).

A partir de 1880, os objetivos da política imigratória passam a ser a dinamização crescente do mercado de trabalho livre em formação. Depois, no século XX, quando praticamente encerram-se as grandes correntes migratórias de estrangeiros para o sul do Brasil, a grande motivação era diversificar as atividades econômicas. Essa intenção acabou provocando “maior dinamização da divisão social e territorial do trabalho” no qual “escravidão, imigração e colonização são processos intimamente ligados”, conforme observa Saquet (2003, p. 37) ao se referir a um processo semelhante de colonização pelos açorianos, alemães e italianos no Rio Grande do Sul.

É nesse cenário político, social e econômico da sociedade brasileira, onde se inicia um processo de reestruturação das atividades produtivas através do interesse nas especializações em determinadas áreas, que a Cooperativa Agrária Agroindustrial começou a ser constituída e se tornou o centro da comunidade dos suábios do Danúbio.

3. APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL

Para falar sobre a Cooperativa Agrária Agroindustrial, primeiro, é necessário que ela seja contextualizada nesse espaço que é o município de Guarapuava (figura 7),²² e o distrito de Entre Rios. Um território formado por disputas, apropriação e expropriação de terras, concentração fundiária, baixos índices de desenvolvimento humano, e relações de poder político e econômico atuando sobre o rural e o urbano. Embora se saiba da indissociável relação entre campo e cidade, a abordagem principal é o meio rural onde a Cooperativa Agrária exerce maior domínio.



Figura 7: Guarapuava localiza-se na mesorregião Centro-Sul do Paraná, a 1.120 metros acima do nível do mar, no terceiro planalto paranaense.

Fonte: IBGE (2010). Organizado por PELEGRINA, 2012.

²² A idade oficial do município, de 200 anos, esteve envolta em polêmica: até 2010, considerava-se a data de 1819 como ano oficial, depois, de acordo com os estudos e recortes documentais realizados por uma comissão de historiadores de Guarapuava, passou-se a adotar o dia 17 de junho de 1810, como aniversário da cidade.

O município é considerado um dos mais frios do Paraná registrando temperaturas médias anuais de 6,8°C mínimas e de 36°C máximas. O vento ajuda a tornar a sensação térmica de frio ainda maior. O clima é subtropical úmido, com geadas intensas e frequentes no inverno. O verão é fresco, sem a presença de estação seca.

Guarapuava ocupa uma área de 3.116,313 km² (IBGE, 2010). Aproximadamente 35,5 % de suas terras são ocupadas com lavouras e pastagens cultivadas, 35,6% com cobertura florestal nativa e de proveniente de reflorestamento, 19,2% são formados por campos sujos e nativos, agricultura de subsistência, florestas em estágio inicial, sendo que o restante, 9,7% são compostos por áreas urbanizadas e estradas, benfeitorias, áreas inaproveitáveis e rios.

A formação geológica dos campos de Guarapuava deu-se sobre rochas basálticas. Esses campos limpos são estepes de gramíneas baixas, pobres em nutrientes, em fósforo, em cálcio, em potássio, em matéria orgânica e em vida bacteriana. Portanto, são solos considerados pobres e esgotados, que no passado eram considerados apropriado apenas para criação extensiva de gado. Por outro lado, possui a vantagem das terras serem planas, com suaves ondulações que facilitaram sua mecanização na agricultura.

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), 167.328 habitantes residem no município, sendo que desse total, a maior concentração de pessoas mora na área urbana. São 152.993 (91,43%), vivendo na zona urbana, e 14.335 na rural (8,57%). No total foram recenseados 57.736 domicílios, sendo 52.083 estão na área urbana e 5.653 na rural. A densidade demográfica é 53,69. Embora a população urbana seja maior em Guarapuava, os distritos possuem características rurais por conta da predominância das atividades do setor primário. O município possui os distritos de Atalaia, Guairacá, Guará e Palmeirinha e Entre Rios.

Segundo Marcondes (2010, p. 187), Guarapuava sempre atraiu os desbravadores por ser “possuidora de grandes extensões de florestas, campos nativos e devolutos, mas situada no patamar da Serra da Esperança que, na época era de difícil acesso”. As dificuldades não impediram a cobiça política e econômica por este vasto território, desde sua descoberta em fins do século XVIII. Esse período da História do Brasil foi marcado por “um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência” (FAUSTO, 1996, p. 22).

Guarapuava registra em sua série histórica constantes disputas territoriais que moldaram a realidade sócioeconômica a partir de relações de poder, apropriação e domínio do território. Antes da ocupação do município em 1810 pela Real Expedição e Colonização

dos Campos de Guarapuava, (LIMA, 1991), as disputas se sucederam por conta do “risco de perda do território, ameaçado pelos espanhóis com a anulação do Tratado de Madrid” (ABREU, 1986, p.28). Fatos também evidenciados por outros autores:

[...] a ocupação de Guarapuava, por sua vez, foi um processo mais de uma vez iniciado e malsucedido desde a sua “descoberta”, nos começos do terceiro quartel do século XVIII. Aliás, os esforços nesse sentido eram fruto do temor, por parte do governo português, de uma efetiva ocupação espanhola, o que, de resto, já o levará a tentar a consolidação da tomada do território não só pelo estabelecimento de fortificações militares, como também, pelo “desbastamento do sertão”. E, assim, várias penetrações foram feitas através dos vales dos grandes rios, como o Iguacú, o Tibagi, o Ivaí, entre outros. Aliás – levadas a efeito, à guisa de bandeiras, tiveram alguns resultados palpáveis relativos à ocupação do território, pois a elas se deve o crescimento das vilas de Castro e da Lapa e, principalmente, a “descoberta” dos campos de Guarapuava. No entanto, desde a “descoberta” até a sua ocupação efetiva, decorreram cerca de quatro décadas” (PADIS, 1981, p. 54).

Não se pode esquecer que os colonizadores luso-brasileiros, ao tentarem se apropriar do território, encontraram a resistência dos índios. Na fixação do homem no território de Guarapuava, muitos confrontos foram travados entre “brancos” e índios Camés, Votorões, Cayeres (ABREU, 1986, p. 31). As relações conflituosas entre indígenas e a sociedade da época se arrastaram ao longo dos tempos²³.

Muitas vezes, a ocupação territorial de Guarapuava é representada pela historiografia paranaense e regional de forma romanceada, “no discurso épico de conquista regional” (LACHESKI, 2009, p. 17). Ao reproduzir tal observação do autor destaca-se que

²³ Vivem hoje no Brasil mais de 800 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Eles estão distribuídos entre 683 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Há também 77 referências de grupos indígenas não contatados, das quais 30 foram confirmadas. Existem ainda grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista. No século XXI, mesmo com a demarcação da maioria das áreas indígenas no Brasil, ainda há muitos casos de invasões, dilapidação e grilagem das terras, além de denúncias contra órgãos que deveriam cuidar dos interesses dos índios. De acordo com a FUNAI (2011), o processo de colonização levou à extinção muitas sociedades indígenas, e em Guarapuava não foi diferente. Os povos que aqui viviam tinham diferentes modos de uso, manejo dos recursos naturais e formas de organização social distintas entre si. Eles praticavam a caça, a pesca e plantavam culturas tradicionais como mandioca. Remanescentes das tribos indígenas da região de Guarapuava se concentram na reserva de Marrecas, situada entre os municípios de Guarapuava e Turvo, onde vivem cerca de 385 *kaingang*. A área da reserva é de 16.839 ha em situação dominial, ou seja, terra de propriedade plena da comunidade ou do indivíduo indígena, segundo as formas de aquisição de domínio previstas na legislação civil (Lei 6001/73, art. 32) (FUNAI, 2011). Sobre o assunto, leia “**Recomendação nº 1/2010**”, do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Guarapuava (PRM/GP, 2010), disponível em: <<http://www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/guarapuava-rec-funai.pdf>>, e “**Índios fecham escritório da Funai em Guarapuava**”, no Instituto Socioambiental (ISA, 2001), disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/c/noticias?id=3290>>.

os registros historiográficos não são nulos, mas que a sociedade necessita contextualizar os fatos do passado e se posicionar criticamente frente seus reflexos na sociedade atual.

Hoje ainda ocorrem disputas territoriais entre fazendeiros e integrantes do MST e famílias influentes da região, e ainda, envolvendo a Cooperativa Agrária Agroindustrial e ex-escravos que requisitam as terras e a condição de quilombolas. Um outro tipo de batalha, muitas vezes solitária, ocorre cotidianamente entre os agricultores familiares que tentam sobreviver em um mercado excludente e seletivo voltado às grandes propriedades.

A estrutura fundiária concentrada se mantém nos tempos atuais em todos os 29 municípios que compõem a mesorregião Centro-Sul do Paraná, com destaque para Guarapuava, onde o problema é mais preocupante. Silva (2007, p.75), enfatiza que o município detém a maior concentração de terras no Estado do Paraná, com 0,796 (de acordo com o Índice Gini)²⁴. A origem está no sistema de sesmarias do século XIX²⁵.

Quando a cidade foi fundada, a pecuária já praticada na região, fornecia alimentos e derivados como couro para vestimentas. Os fundadores introduziram bovinos, raças chamadas de “velhas”, oriundas da Península Ibérica que se adaptaram à regiões mais altas e de baixas temperaturas como em Guarapuava. Com isso, a pecuária fez com que Guarapuava passasse a ser caminho das tropas vindas do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba, em São Paulo (SILVA, 2007):

Foi mediante ao comércio de gado que teve início a ocupação do Segundo Planalto Paranaense (ou Planalto de Ponta Grossa) e de parte do Terceiro Planalto (ou Planalto de Guarapuava), ou seja, das áreas predominantemente campestres do Paraná. A população estabelecida nessas áreas passou, também, a se dedicar ao tropeirismo, constituindo-se, na chamada sociedade tradicional campeira, caracterização que parece ter sido incorporada por essa sociedade com orgulho, algo que a coloca como importante na construção material, bem como identitária do Paraná (SILVA, 2007, p. 40).

²⁴ Não foi possível medir a concentração atual com os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), através do índice de Gini, pois até a conclusão deste trabalho o instituto ainda não havia divulgado novos dados. A autora extraiu a informação do PNUD, referente a 2000. O Índice de Gini ou Coeficiente de Gini é uma medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 1 e zero: quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero.

²⁵ A Carta Régia de 1809 determinava que na ocupação dos campos de Guarapuava, a divisão dos terrenos devolutos deveria ser igualitária “em pequenas porções” aos povoadores pobres” (ABREU, 1986, p. 41). Porém, com a suspensão das sesmarias em 1822 ocorreram muitas ocupações ilegais, obrigando a Província de São Paulo, a quem o Paraná pertencia administrativamente, a promulgar e a fazer cumprir a Lei nº 601, de 1850 proibindo a ocupação das terras devolutas que não fosse feita por meio de compra. Ainda assim, “formaram-se grandes latifúndios pertencentes a poucos privilegiados que continuaram residindo em grandes centros” (ABREU, 1986, p. 61).

Entretanto, a atividade ervateira que se desenvolvia paralelamente à criação de gado tornou-se mais importante entre as atividades extrativas vegetais, extinguindo essa que era a chamada sociedade campeira. O sistema tradicional campeiro acabou sendo desintegrado no início do século XX, mas deixou marcas no caminho das tropas tais como a dinamização da economia e do comércio, a instalação de povoados, além da introdução de elementos na cultura local.

Marcondes (2010) destaca que muito tropeiros eram fazendeiros da região, antigos vaqueiros e imigrantes e deram origem a nomes conhecidos de famílias de Guarapuava como Araújo, Rocha Loures, Siqueira Cortes, Teixeira. Por conta dessa origem, o tradicionalismo rural ainda se mantém na música e nas manifestações culturais como na existência dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG).

A pecuária tornou-se “racional” (MARCONDES, 2010, p. 213), com o confinamento dos animais em pastos plantados, e modernas técnicas de engenharia genética como transferência de embriões e inseminação artificial. Hoje são encontrados grandes rebanhos de gado charolês, holandês, nelore, simental, caracu, jersey, entre outros. Silva (2007, p. 72) destaca que a pecuária ainda se mantém nos dias atuais por conta de fatores culturais (tradição), segurança (menores riscos), e investimentos em tecnificação e melhoramentos genéticos.

Inicialmente, a erva-mate foi um produto muito consumido pela população local como os indígenas, que consideravam o mate “bebida sagrada” (MARCONDES, 2010, p. 201), além dos fazendeiros e caboclos. Só depois passou a ser vendida e a angariar valor comercial, pois aos poucos alcançou mercados dos países do Prata e Chile com a venda da erva cancheada (SILVA, 2007), nativa da região. A crise e o enfraquecimento da extração da erva-mate só ocorreu por volta de 1930 frente à concorrência do mercado argentino, que de maior comprador começou a produzir ervais e a ganhar os mercados do Chile e do Uruguai.

À mesma época, crescia a atividade da suinocultura e de extração de madeira. O Paraná detinha a maior reserva de pinho, árvore característica do estado (MARCONDES, 2010, p. 206-212). A autora assinala que as florestas que cobriam estes campos eram exuberantes em madeira de lei como o pinheiro, mas também imbuía, peroba, cedro, canela, cabreuva, ipê, marfim, angico, entre outras.

As espécies vegetais foram amplamente exploradas na atividade madeireira e na formação de pastagens para o gado. Guarapuava já registrou perto de 200 serrarias que exportavam araucária e imbuía (GORA, 2010). “As queimadas para o feitio de roças e o

corte de árvores para o setor madeireiro devastaram grande parte dessas florestas, especialmente de araucária causando desequilíbrio ao ecossistema local” (MARCONDES, 2010, p. 35). Segundo Marcondes (2010), a agricultura capitalista em Guarapuava ocorreu nos anos de 1950, e a Cooperativa Agrária Agroindustrial responde por grande parte dessas modificações. É comum encontrar na literatura regional destaque para a presença do elemento europeu na formação étnico-cultural e econômica da sociedade local:

A chegada de novos contingentes populacionais, entre eles, imigrantes estrangeiros, a utilização das áreas de campo para a agriocultura mecanizada, a política creditícia adotada pelo governo, melhorias na infra-estrutura, modernização das técnicas agrícolas, possibilitaram a mudança – de região onde se praticava apenas a pecuária extensiva, com pouco aproveitamento do solo e lavoura de subsistência, passou a região onde, além de uma pecuária mais racional, produz grande quantidade de cereais e leguminosas para o consumo interno e para exportação [...] (ABREU, 1986, p. 04).

Silva (2010) relata que os imigrantes suábios do Danúbio, poloneses, ucranianos, russos, holandeses, italianos e japoneses bem como migrantes oriundos do Norte do Paraná e de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, vieram para Guarapuava e contribuíram com a vida econômica do município. A maioria dedicou-se às atividades agropecuárias.

A Prefeitura Municipal de Guarapuava (PMG, 2012) divulga²⁶ que o município apresenta forte participação no segmento agrícola²⁷, (produção de grãos, especialmente o milho), madeireiro e enfatiza a presença dos suábios do Danúbio ao afirmar que a cidade “conta com uma imponente Planta Industrial em Entre Rios, operada pela Cooperativa Agrária, onde se encontra também a maior Maltaria Cervejeira da América Latina”. Embora seja apregoado o bom desempenho do setor primário na economia de Guarapuava, o município integra a mesorregião Centro-Sul²⁸, que na avaliação do IPARDES (2003),

²⁶ cf. em <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/sobre-guarapuava>.

²⁷ Merece registro o cultivo da maçã (ABRANORTE, 2008), que iniciou nos anos de 1960 com a Manasa e a Perdigão, e atingiu o auge da produção no final dos anos de 1980, produzindo mais de 12 mil toneladas da fruta. Em 1990 o cultivo foi extinto, sendo retomado timidamente cerca de 20 anos depois por algumas iniciativas isoladas de produtores, a maioria no distrito de Entre Rios. Entre as causas do declínio da atividade (MARCONDES, 2010) estão preços baixos pagos aos produtores; falta de políticas de incentivo à produção e incapacidade de autofinanciamento para as médias e pequenas empresas.

²⁸ A mesorregião ocupa uma área de 2.638.104 hectares que corresponde a quase 13% do território do estado, sendo composta por 29 municípios agrupados em três microrregiões geográficas: microrregião geográfica de Pitanga onde estão seis municípios, microrregião geográfica de Palmas com cinco municípios, e a maior em número de municípios que é a microrregião geográfica de Guarapuava.

não apresenta bons indicadores sociais se comparada às demais mesorregiões geográficas do estado:

Esse fato guarda associação a características de sua base produtiva, em que a estrutura fundiária é das mais concentradas do Estado e polarizada entre grandes e pequenas propriedades. Embora conte com a presença de produtores de commodities, que vêm apresentando expressivo aumento de produtividade, é significativa a produção familiar, caracterizada, porém, por baixos rendimentos, inclusive quando comparados com o mesmo segmento em outras regiões do Paraná. Também sua organização em cooperativas, salvo exceções, vem sofrendo sucessivas crises, sem conseguir o mesmo peso econômico verificado em outras mesorregiões (VILLA VERDE, 2004, p. 25-26).

Villa Verde (2004) assinala que na mesorregião citada encontram-se sete dos dez municípios mais pobres do Paraná, com 1/3 das famílias vivendo em situação de pobreza. Para a autora, o elevado número de assentamentos rurais (34% das famílias assentadas no Paraná) e áreas indígenas (62%), está atribuído à insuficiente implementação das políticas públicas na região, ao ponto de não propiciar ampla cobertura dos serviços básicos de educação e saúde. Ademais, a grande dificuldade na geração de emprego e renda faz com que nenhum desses municípios tenha renda média superior à do Estado.

Todos os municípios da mesorregião registram Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) abaixo da média paranaense, sendo o de Guarapuava 0,773, e o do Paraná é 0,787, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000)²⁹. Na análise do Iparde (2011), o IDH-M de Guarapuava é considerado médio em relação aos demais municípios da mesorregião Centro-Sul, mas ainda precisa ser melhorado, principalmente em relação ao emprego e renda na cidade e no campo. A renda per capita se mostra o dado mais crítico, pois, do ponto de vista dos componentes do IDH-M, as maiores desigualdades estão relacionados com a renda da população. Em relação à geração de emprego e renda em Guarapuava, o setor agropecuário tem apresentado resultados negativos nos últimos anos.

A exemplo de junho, Guarapuava fecha julho com saldo negativo no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os dados divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) apontam déficit de 36 postos de trabalho (-0,11%), entre admissões e demissões

²⁹ Segundo o PNUD (2000) o IDH-M é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes à Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). Apesar de estar abaixo da média do IDH do estado, o IDH-M de Guarapuava de 0,773 é considerado médio que varia entre 0,500 a 0,799.

para o período. O principal setor responsável é a agropecuária. Com o resultado, o município ficou em 44º lugar no ranking de cidades com mais de 30 mil habitantes. A classificação abrange 53 cidades. A agropecuária gerou 68 empregos formais, mas se dispensou 126 trabalhadores, déficit de 58 postos, variação de -2,03%. A explicação está no período de entressafra nas culturas de milho e soja, que deve durar em Guarapuava até setembro. (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2012).

Em seus estudos sobre o trabalho no mercado agrícola paranaense, baseados nos dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Zanchet (2011) entende que Guarapuava segue a tendência verificada em vários municípios do estado, e confirma o que se tem dito até aqui a respeito das implicações da modernização agrícola:

[...] pode-se inferir que, embora o setor agropecuário contribua de forma significativa para o desenvolvimento econômico paranaense, tem se revelado um setor excludente no que tange ao mercado de trabalho. Enquanto as ocupações totais se apresentam em franco crescimento, observa-se tendência decrescente no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Não resta dúvida de que esta tendência está relacionada com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado, cuja principal característica é a intensificação dos fatores de produção, sinalizada pela modernização da agricultura (ZANCHET, 2011, p. 3).

Por outro lado, a pesquisadora vê algumas divergências em relação ao setor de enquadramento dos estabelecimentos, entre bases de dados como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que fornece o estoque anual de emprego, e o CAGED, que fornece a movimentação mensal de empregos celetistas, uma vez que “o fornecimento destes registros é de responsabilidade dos estabelecimentos e se baseia na autoclassificação dos informantes” (ZANCHET, 2011, p. 167).

Na opinião da autora, o sistema dos registros administrativos³⁰ em estudos de emprego no setor agropecuário seriam mais adequados. Considera itens como

³⁰ A autora argumenta que os registros administrativos retratam com maior fidelidade o emprego formal, entendendo pessoal ocupado como “o trabalho formal, que exige contrato de trabalho, e a ocupação informal o trabalho remunerado representado pelo emprego permanente ou temporário; o trabalho não remunerado, em ajuda a membro de unidade familiar ou para consumo próprio, e que não significa um emprego rural”. O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) considera a condição de empregado segundo quatro categorias: permanente, temporário, parceiro e outra condição. Na opinião da autora é preciso considerar as normas reguladoras para o trabalho rural. A Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, em seu artigo 2.º que define como empregado rural toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”, quando se trata de assalariados rurais (empregados permanentes ou temporários). “Portanto, é considerada empregada, permanente ou temporária, a pessoa que trabalha para um empregador, o qual pode ser pessoa física ou jurídica, de forma subordinada, cumprindo jornada de trabalho, mediante remuneração em dinheiro ou mercadoria, como contrapartida”. (ZANCHET, 2011, p. 162).

temporalidade, sazonalidade e flutuação do trabalho no campo, acredita que ao mesmo tempo em que a redução de pessoal ocupado na agropecuária paranaense mantém-se como tendência ao longo do tempo, observa-se um sensível crescimento da formalização do emprego rural:

A análise dos dados de pessoal ocupado e dos registros administrativos tornam evidente que, enquanto a série histórica de pessoal ocupado indica um declínio no total de pessoas ocupadas na agropecuária, o número de empregos formais apresenta elevada taxa de crescimento entre 2000 e 2009 e se estabiliza no último ano, devido à crise econômica mundial. Os dados obtidos de emprego nas atividades agropecuárias sugerem o estabelecimento de uma nova dinâmica em que, cada vez mais, a lógica do agronegócio se impõe nas relações de trabalho no campo, visto que o emprego formal está fortemente atrelado aos complexos industriais que se estabeleceram e se expandiram no Paraná, muitos dos quais relacionados com as demandas econômicas do comércio exterior. (ZANCHET, 2011, p. 172).

Assim, a economia do município foi sendo constituída entre conflitos e fases, como pecuária, tropeirismo, erva-mate, madeira, suinocultura, agricultura de subsistência e agricultura comercial atribuída, especialmente, à instalação da Cooperativa Agrária Agroindustrial (Figura 8).



Figura. 8. A Cooperativa Agrária foi uma das que mais se integrou ao Complexo Agroindustrial, na região e investiu em suas indústrias, com apoios estatais
Fonte: KAMINSKI (2012)

3.1 A territorialização dos suábios do Danúbio em Guarapuava

Como relata Gora (2010, p. 25 a 31), os suábios do Danúbio, em alemão *Donauschwaben*, viviam na região da Suábia que hoje é o estado de Baden-Württemberg, na Alemanha, e a partir de 1720 emigraram para a Hungria, a Romênia, ex-Iugoslávia³¹, por conta da falta de políticas agrícolas em seus países de origem que permitissem o sustento das famílias. Nessas nações viveram até o século XX e passaram pela miscigenação étnica, até que na II Grande Guerra Mundial se refugiaram na Áustria, de onde emigraram para o Brasil.

Conforme Stein (2008, p. 49) “após o final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil tornou-se um dos destinos de refugiados oriundos de diversas partes do continente europeu”. Em especial, a mobilização dos suábios do Danúbio ocorreu graças aos incentivos de uma organização europeia de ajuda aos refugiados de guerra e dos governos da Alemanha e do Brasil. Através de Decreto Presidencial, de 15 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas, que então ocupava o cargo Presidente da República em exercício, financiou o projeto de colonização dos suábios do Danúbio, por meio do Banco do Brasil (ELFES, 1971).

A subvenção da *Swiss AID/Schweizer Europahilfe* (Ajuda Suíça para a Europa), foi de aproximadamente 9 milhões de francos suíços “para a compra de uma área de 22 mil hectares, composta por matas e campos, além de máquinas, transporte e construção das casas” (GORA, 2010, p. 30), mais precisamente, perto de 10.000 hectares de campo e terras aráveis, e 12.000 hectares de floresta de araucária, com cerca de 70.000 árvores de madeira úteis para corte (ELFES, 1971).

Segundo Elfes (1971), as cifras desse orçamento à época eram significativas, incluindo somas para o estabelecimento da colônia “6,5 milhões de francos suíços, mais uma ajuda especial de 800.000 francos suíços para o transporte marítimo dos imigrantes”, além de outros recursos advindos de organizações estrangeiras. O autor destaca que muitos desses auxílios foram concedidos sem exigência de retribuição, o que mais tarde passou a fazer parte do capital da cooperativa quando os agricultores pagaram as suas dívidas (ELFES, 1971).

31 Os suábios do Danúbio são formados por pessoas de descendência alemã, iugoslavas, húngara, romena e austríaca.

Os recursos incluíam ainda a aquisição de um gerador de energia movido a vapor e, caminhões entre outras máquinas. Tratores de esteira e implementos agrícolas foram emprestados pelo governo paranaense. Com esses aportes, cerca de 500 famílias de imigrantes, ou, mais de 2.400 pessoas vieram para o Brasil distribuídas em sete navios. A primeira leva de suábios, ao todo 222 pessoas, chegou em Guarapuava em junho de 1951 e ficou alojada provisoriamente no Colégio de Aplicação Visconde de Guarapuava (Figura 9). Os últimos suábios chegaram em 1952.



Figura 9: Chegada dos imigrantes suábios do Danúbio em Guarapuava e a recepção pela população.

Fonte: AGRÁRIA, (1951). Extraído de GORA (2010, p. 39).

Pereira (2012)³² lembra do dia em que os imigrantes chegaram na cidade: “eu tinha 10 anos e não entendia bem o que estava acontecendo. Fomos ver os estrangeiros que para nós eram estranhos com seus modos de se vestir e de falar, mas lembro que foi um dia de festa porque disseram que eles iam trazer progresso para a cidade”.

Foi nesse clima que os suábios do Danúbio ocuparam os campos de Guarapuava, que hoje é o distrito de Entre Rios, formando o que Elfes (1971) classificou como a maior colônia agrícola implantada em termos demográficos no Brasil. O distrito fica distante aproximadamente 30 quilômetros ao sul da sede do município, em uma área de 861,83 km², equivalente a 28,22% do total do município (GUARAPUAVA, PMG, 2007), na

³² Dona “Nina” (como é mais conhecida) foi entrevistada pela autora no dia 20 de dezembro de 2011, em sua residência.

confluência dos rios Jordão e Pinhão, advindo daí seu nome. A localidade só foi criada pela lei estadual n.º 4583, de 27 de junho de 1962 e anexado ao município de Guarapuava

Abreu (1986) retrata em sua obra que, aos suábios foram oferecidas inúmeras vantagens do lugar. Dentre elas, a proximidade com os grandes centros de comercialização e com os rios Jordão e Ivaí, facilitando o acesso ao bem natural à construção de pequenas usinas de geração de energia hidrelétrica, bem como oferecimento de infraestrutura de estrada de ferro e asfaltamento da rodovia BR 277 ligando Ponta Grossa a Foz do Iguaçu com entroncamento em Guarapuava (ABREU, 1986, p. 158).

Se fosse implementada desde o início do século XX, essa conjuntura poderia ter evitado o empobrecimento gradativo da região que se seguiu à quase total extinção das atividades madeireira e pecuária: sem infraestrutura de estradas, não se extraía madeira e os agricultores produziam apenas para subsistência. Com o fim do “tradicional sistema campeiro” (ABREU, 1986, p. 157), sobre o qual já citado neste texto, é a agricultura que surge com a promessa de modernização no campo e produção de alimentos em grandes quantidades.

A Cooperativa Agrária foi fundada em meio a essas expectativas, antes mesmo dos imigrantes fixarem residência em Entre Rios, em 5 maio de 1951³³. Inicialmente foi registrada como Cooperativa Central Agrária Ltda, nome que foi substituído depois por “Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda” (GORA, 2010, p.70). Nos relatos do autor, o primeiro passo dos imigrantes dentro da concepção de uma estrutura camponesa foi dado com o intuito de organizar a vida em comunidade.

A escolha do local da colônia se deu por conta de alguns fatores como as terras planas permitindo a mecanização e capacidade de correção de acidez e pobreza de material orgânico, condições climáticas passíveis de adaptação ao tipo de agricultura praticada na Europa, mas, principalmente, por permitir a subdivisão em comunidades próximas umas das outras, mantendo os vínculos étnico-culturais. Essas ações estão entre as grandes interferências dos suábios do Danúbio na paisagem de Entre Rio, como destaca Elfes (1971)³⁴:

³³ Os 60 anos da fundação foram comemorados em janeiro de 2012 em quatro dias de festividades culturais, que incluíram a reinauguração do Museu Histórico de Entre Rios, com nova roupagem, bem como feira gastronômica, danças, música e visitas de autoridades políticas nacionais e estrangeiras.

³⁴ Ao atribuir à classe média agrícola o papel mais importante no desenvolvimento social e econômico de um país, o autor parece desconsiderar o trabalho realizado pela agricultura familiar e a produção de alimentos básicos da população brasileira como feijão e mandioca.

Além das contribuições econômicas e técnicas, constatam-se influências especiais dos Suábios do Danúbio, na modificação da estrutura social regional. Uma vez que a sociedade agrária tradicional se compunha, principalmente, de duas camadas – os latifundiários e o proletariado agrícola – os agricultores de Entre Rios contribuíram na formação da classe média agrícola, a classe mais importante e decisiva para o desenvolvimento de um povo. Em conexão com outros grupos colonizadores dos Campos Gerais, eles ajudaram a vencer o tradicional modo de pensar, que conduz à estagnação econômica e social, indicando novos caminhos no cultivo do solo (ELFES, 1992, p. 111).

Seguindo pela PR 170, principal via de acesso a Entre Rios, chega-se às cinco colônias (Figura 10) denominadas com base no nomes das fazendas que ali existiam chamadas de Jordãozinho, Samambaia, Vitória (sede da cooperativa até os dias atuais), Cachoeira e Socorro. Cada uma dessas comunidades tinha uma cooperativa local, que depois foi unificada formando a “Cooperativa Central Agrária” (ELFES, 1971).

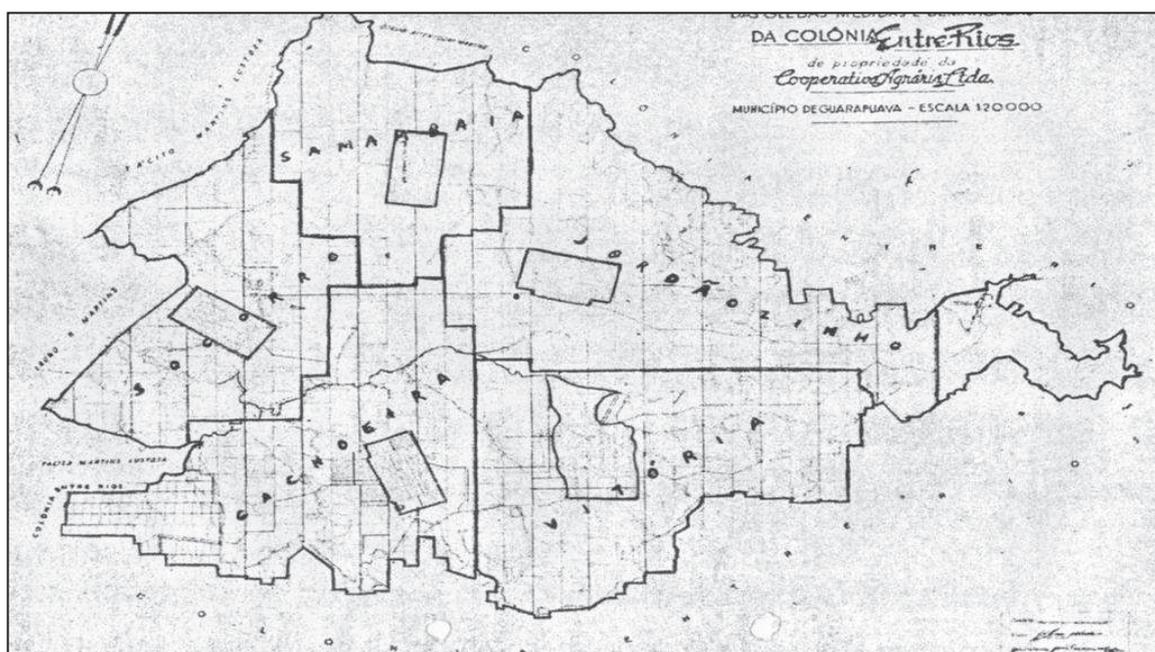


Figura 10: Cadastro das áreas das colônias de Entre Rios, Guarapuava-PR, em 1970.
Fonte: Museu Agrária, 1970. Extraído de GORA (2010, p. 67)

As colônias estão próximas umas das outras numa clara estratégia dos suábios em facilitar a comunicação, o acesso, a comercialização e ao escoamento das safras, bem como, no sentido simbólico de manterem-se unidos em suas manifestações culturais de preservação das raízes. Esse sistema de divisão territorial pode ser entendido como uma

forma de demarcação e apropriação do território, como um modo de reproduzir o sistema de produção, mas também fortalecer as relações étnicas e culturais entre o grupo.

Tomando-se o cuidado de não entrar no terreno das discussões fenomenológicas, faz-se necessário abordar questões culturais que envolvem esse grupo social, que afinal, é o sujeito que se organiza e materializa suas ações por meio da Cooperativa Agrária que o representa. Nesse sentido, é importante esclarecer o termo cultura além do dicionário, o qual na interpretação de Villa Verde (2004, p. 13) “é um conjunto de manifestações produzidas a partir de diferentes segmentos sociais”, ou seja, é a obra coletiva, o jeito de viver de cada classe ou segmento.

Wanderley (2001) faz um entrelaçamento da cultura com um sentimento de pertencimento a um lugar, e por assim ser, estabelece uma relação com o território. Em Seyferth (1993), tal teorização bem pode ser aplicada à questão da cultura germânica e a cristalização de sua identidade mesmo fora de sua terra natal:

A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo/etnia) alemão [...]. A ligação com a Alemanha, portanto, baseia-se na comunidade de sangue e língua, naturalizada através de um modo de vida alemão preservado nas colônias [...] (SEYFERTH, 1993, p. 100).

Isso explica porque a legislação dos países europeus permite que nacionalidade alemã seja determinada pela consanguinidade, ou seja, ela pode ser reconhecida a um indivíduo por sua ascendência, não importando seu local de nascimento, obtendo assim a dupla cidadania. Mais um motivo para que os suábios procurassem manter estreita relação com a Europa, particularmente, a Alemanha.

A língua alemã é ensinada no colégio da comunidade³⁵ (Imperatriz D. Leopoldina), mas nas relações sociais e familiares os suábios falam o *schwowisch*, sendo “a comunidade de Entre Rios uma das últimas no mundo que ainda mantém o dialeto” (GORA, 2010, p. 81-82). Ao mesmo tempo em que há um esforço de preservação das heranças culturais dos imigrantes, por meio da constituição de uma memória coletiva materializada no acervo do Museu de Entre Rios e na Fundação Cultural, existe a tentativa de construção de uma identidade cultural do grupo.

³⁵ Villa Verde (2004, p.14) diz que o termo comunidade é empregado como sinônimo de sociedade, organização social e/ou sistema social, mas também como tendo “um *locus* territorial específico, de onde emerge a cultura”, ou seja, há uma relação simbólica do homem com o lugar e por isso se justifica seu emprego em nossa abordagem.

No entanto, muitas dessas marcas identificadas pelas festividades e expressões de religiosidade, por exemplo, foram se transformando ou mesmo, se perdendo pelo tempo.

O próprio estilo de vida nas colônias, antes notadamente rural³⁶, hoje está mais próximo do modo de viver urbano. Essa identificação étnica como grupo foi intensamente apoiada pela Cooperativa Agrária em projetos editoriais como livros e jornais, além do Museu Histórico de Entre Rios, com o intuito de mostrar em narrativas carregadas de significado do “vencedor na nova pátria” (STEIN, 2008, 52). Essa é a tônica dos discursos dos suábios do Danúbio, seja nos materiais históricos ou publicitários, e também nas conversas mantidas em suas relações sociais:

O sentido aqui é redefinir ou dar um sentido histórico positivo a essas pessoas. É por meio da constituição de uma memória coletiva que se busca reestruturar o sentido histórico da comunidade e conferir-lhes uma identidade. E esse trabalho envolve interpretar, inclusive, a menção da indiferença quanto ao lugar para onde iriam emigrar, que é tratado como algo de valor secundário (STEIN, 2008, p. 53).

A última frase do autor remete a um questionamento a respeito das relações sociais entre os suábios do Danúbio e a sociedade guarapuavana. É comum circularem comentários³⁷ de que os suábios formam um grupo “fechado” (grifo nosso), sem muitos vínculos com sociedade guarapuavana, contestados pelos principais líderes da comunidade que evitam falar sobre questões raciais, pois segundo o presidente Jorge Karl, “a etnia é suábia do Danúbio, mas acima de tudo, são brasileiros que amam esta pátria”. Gora (2010) acredita que esses preconceitos fazem parte do passado, quando ocorreram muitos mal-entendidos por conta do idioma:

Até onde sei, esse tipo de preconceito não foi manifestado pela maioria dos suábios do Danúbio de Entre Rios, que fizeram grandes amizades com os moradores das fazendas locais. O que havia era a dificuldade de comunicação por conta da língua, o que muitas vezes provocava mal-entendidos, que depois de esclarecidos, tornavam-se histórias engraçadas ou mesmo lendárias. Conta-se que certa vez que um suábio foi comprar porcos de um fazendeiro guarapuavano e, pensando estar sendo entendido, disse ‘eu dinheiro...você porco’, e só depois de muitas explicações eles se entenderam e até hoje riem dessa situação” (GORA, 2010, p. 80-81).

³⁶ O museu foi construído pela cooperativa Agrária para preservar a memória coletiva desse grupo com peças e utensílios domésticos, trajes típicos, ferramentas utilizadas no campo, fotos e documentos.

³⁷ Ainda que raça e etnia não sejam palavras sinônimas, porque etnia representa afinidades lingüísticas culturais, e raça se refere aos traços morfofisiológicos (como cor da pele), é preciso frisar que esse tema não foi sistematizado por não ser objeto de estudo deste trabalho.

Seyferth (1993) em seus estudos sobre a imigração alemã no Brasil, explica que a busca de preservação cultural existente nas colônias de origem germânica, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, era entendida pelo brasileiro como isolamento étnico e de demonstração de superioridade étnica e racial, incentivada principalmente pelo governo de Getúlio Vargas e sua campanha de nacionalização. A autora analisa que havia uma suposição de superioridade quando se comparava o alemão por sua tradição nas atividades agrícolas, e o pequeno agricultor brasileiro que não possuía conhecimentos sobre outras culturas e técnicas no campo.

Martins (1992, p. 11) afirma que os suábios do Danúbio foram hostilizados por parte “de uma sociedade de tradição corporativa, carregada de preconceitos sociais, que não passou pelos processos revolucionários que, em outros lugares, levaram à disseminação da igualdade, da contratualidade nas relações sociais e da cidadania”. Contudo, reconhece que as hostilidades podem ter surgido também pelas formas de domínio nesse processo de ocupação do território pelos imigrantes.

O mesmo autor assinala que o processo de posse da terra para fins da colonização não transcorreu de modo tranquilo. Muitas negociações por parte da comitiva de instalação da cooperativa foram feitas com os fazendeiros do município, tendo o governo do Paraná como mais forte intermediador. O governador Bento Munhoz da Rocha ofereceu terras no Norte do estado para produção de café em troca da área de Entre Rios, e acabou convencendo os agropecuaristas locais a deixar as terras para os imigrantes. Martins (1992) afirma que as terras “doadas” aos imigrantes, foram tiradas dos fazendeiros em um processo de desapropriação conflituosa:

A princípio os fazendeiros se opuseram a aceitar o decreto governamental, pelo fato de que haviam recebido aquelas terras de seus antepassados e eram excelentes fazendas de criar, dotadas de bons campos de pastagens, pinheiros, imbuías e outras madeiras de lei, e ainda porque era o único meio de subsistência de suas famílias. (...) os fazendeiros após efetuarem a venda de suas terras, requeriram ao governo do Estado, a medição das terras do norte do Estado e a documentação necessária para obterem o título das mesmas no prazo de 6 meses. Entretanto, passado o período estipulado no acordo firmado entre as duas partes, os fazendeiros não haviam recebido resposta alguma do governo em quase um ano ficando estes asem poder desenvolver suas atividades agrpopastoris pelo xfato de dependerem dessa legalização oficial (MARTINS, 1992, p. 72).

Marcondes (2010, p. 195) também registra que “o Governador do Paraná através do Decreto-Lei nº. 1229, de maio de 1951 declarou de utilidade pública as fazendas Águas Belas, Bracatinga, Boa Vista, Jordãozinho, Samambaia, Cachoeira e Quebra Joelhos”.

Martins (1992, p.72) destaca ainda, que assim como os fazendeiros receberam a imposição de vender suas terras, “aproximadamente 40 famílias de descendentes de ex-escravos, ficaram desabrigadas, pois, viviam estas sob a proteção e amparo dos proprietários das fazendas, que cediam alguns alqueires de terra para aqueles cultivarem”.

A questão citada pelo autor refere-se a uma polêmica³⁸ envolvendo a comunidade negra que reivindica a posse definitiva da terra, uma área de quase três mil alqueires, chamada de Invernada Paiol de Telha ou Fundão, e a regulamentação como quilombo. A área em litígio está localizada entre os municípios de Pinhão (região Central do Paraná), Reserva do Iguaçu e Guarapuava.

O processo (um dos primeiros abertos pelo INCRA no país), se arrasta desde 2005 e ainda não foi concluído. Os fazendeiros rebatem as acusações alegando que possuem documentação dos imóveis. A comunidade negra acabou se desmembrando com o tempo, mas quer ser reconhecida como grupo de remanescentes quilombolas para que possa conquistar a posse definitiva da área, em parte, ocupada pela Cooperativa Agrária Agroindustrial. Todos esses fatos estão no bojo das ações territoriais e dos processos relacionais da Cooperativa Agrária, que em suas estratégias transformou o espaço agrário, construindo suas territorialidades.

3.2 História e estratégias da cooperativa

Desde os anos de 1930, época da campanha de “modernização do país, iniciada sob o regime de Getúlio Vargas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 44), a política imigratória no Paraná apresenta algumas diferenças em relação à praticada no restante do

³⁸ Para obter versões confrontantes leia “Fundão dados para a imprensa” (OCEPAR, 2008), disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/ConsultaInformesEdicaoImpressao?ServletState=2&nuAnoF=2008&nuMesF=2&nuDiaF=28>>. Leia também “Caso paiol de Telha, uma história de descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, Pr”, (SENE, 2008). Disponível em: <http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/3/TDE-2008-10-14T143348Z-217/Publico/Roberto%20Rivelino.pdf>.

país. Nas palavras de Balhana (1996, p.46), os governantes paranaenses não pretendiam suprir a carência de mão-de-obra deixada pelos escravos, mas sim, criar “uma agricultura de abastecimento”.

A Cooperativa Agrária Agroindustrial foi criada na década de 1950, período de efervescência das campanhas políticas pela modernização da produção do campo. A conjuntura política e econômica era propícia para o crescimento e consolidação das organizações cooperativas no Brasil, especialmente no Paraná. Esse momento se explica, em parte, pelo processo “intimamente ligado aos fluxos migratórios e às experiências que grupos de imigrantes tiveram em seus países de origem, mais tarde aplicadas aqui” (RICKEN, 2009, p. 44). Na época, a intenção do governo de Moysés Lupion (1947/1951-1956/1961) era expandir a produção de trigo oferecendo apoios financeiros, máquinas, implementos e terra barata. Em Guarapuava, desde a década de 1920 há registros de algumas iniciativas de produção de trigo:

Foi o fazendeiro Domingos de Siqueira Côrtes, dos primeiros a plantarem o precioso grão em terrenos de Guarapuava, dessa tentativa colheu de um alqueire 30 de bom trigo, sem prévio preparo da terra do campo utilizado. Esse produto foi perdido pela falta de um moinho e vias de comunicação, com os centros mais adiantados (MARTINS, 1992, p. 43).

Marcondes (2010, p.273), também relata que em 1947 a prefeitura do município fundou a “Colônia Agrícola Municipal do Jordão vendendo lotes de 10 a 20 hectares por preços acessíveis, com o objetivo de formar um cinturão verde para abastecer a cidade”. Essa oferta teria atraído descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Porém, faltaram incentivos públicos para a produção de trigo: não se ofereceu aos agricultores da época as mesmas infraestruturas e benesses concedidas aos imigrantes suábios do Danúbio três décadas depois.

A territorialização, ou seja, o processo de instalação da Cooperativa Agrária em Entre Rios foi sendo orquestrado desde a visita da comitiva de imigrantes, comandada pelo homem que viria a ser o primeiro presidente, Michael Moor, no início de 1951. A organização espacial da referida cooperativa ocorreu a partir do ato de fundação da Cooperativa Central Agrária Ltda, primeiro nome da cooperativa, no dia 5 de maio de 1951, no antigo Hotel Central, em Guarapuava, e foi assentada na coesão cultural desse grupo de imigrantes suábios do Danúbio em torno do estatuto da organização e dos

princípios cooperativistas. Só alguns meses depois começaram a chegar as primeiras das cerca de 500 famílias. A cooperativa apropriou-se de um espaço ocupado por famílias de fazendeiros abastados que dedicavam-se ao “latifúndio pecuarista” (SILVA, 2007, p.73), em um processo marcado “por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural” (SAQUET, 2003, p. 24).

Conforme Martins (1992, p.74), fazendeiros tiveram áreas expropriadas e foram submetidos às exigências dos dirigentes da cooperativa, como o chamado “contrato de servidão de estrada” que permitia a livre passagem dos cooperados pelas propriedades para extrair madeiras e escoar a produção. Entretanto, todos os proprietários receberam dinheiro pela venda dos 22 mil hectares adquiridos pela cooperativa. Com o pagamento esses agropecuaristas compraram outras fazendas no norte paranaense onde a agricultura experimentava franca expansão da produção de café. Não é possível afirmar a mesma situação com relação aos pequenos agricultores, posseiros e indígenas que praticavam a agricultura em pequenas roças basicamente de milho, feijão e mandioca, nas proximidades de Entre Rios:

A fixação dos imigrantes, bem como as melhorias por eles introduzidas trouxeram, também, a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes em função da substituição da agricultura tradicional e da pecuária, em parte, pela agricultura capitalista (SILVA, 2007, p. 74).

Antes de se tornar um grande empreendimento agroindustrial a Cooperativa Central Agrária Ltda foi criada para dar suporte ao projeto de colonização. Por isso, o principal objetivo foi a organização da vida em comunidade. Com esse objetivo, os imigrantes³⁹ criaram infra-estrutura de estradas, casas, pequenos estabelecimentos comerciais e industriais como serrarias, além de escola, hospital e as primeiras igrejas, símbolos da religiosidade presentes no cotidiano colonos⁴⁰.

³⁹ Sobre o tema da religiosidade, sugerimos a leitura do livro *Trilhas do Sagrado* (ROSENDHAL, 2010) que aborda o território e a religião como marcos identitários, onde as relações de poder se estabelecem e produzem antagonicamente igualdades e desigualdades.

⁴⁰ Para Balhana (1996, p. 39-40), imigração e colonização são conceitos diferentes. No Brasil, o termo imigração referia-se à importação de trabalhadores livres para a lavoura, por meio de parceria ou mediante salário. Já o termo colonização era aplicado à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, por isso nos três estados do Sul, a palavra colono “significa pequeno proprietário, ou seja, um lavrador independente, ao passo que colônia constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas”. Entretanto, a autora diz que na agricultura de exportação, “colono significa trabalhador dependente, e colônia constitui a concentração de moradias de colonos assalariados em uma fazenda. Tais conceituações provêm da finalidade

Depois de estruturarem as colônias em Entre Rios é que os cooperados dedicaram-se ao trabalho agrícola. As primeiras formas de trabalhar a terra foram o arado por meio de tração animal, como mostra a imagem histórica (Figura 11.).



Figura 11: Primeiras atividades agrícolas feitas com tração animal
Fonte: GORA (2010)

Entretanto, ao otimismo da chegada seguiu-se um clima de desmotivação. Segundo Gora (2010), em meados dos anos de 1950, mais da metade das famílias re-emigrou para outros centros de industrialização brasileiros e para a Europa. Esse processo se acentuou em 1962, quando 42 famílias abandonaram as colônias (AGRÁRIA, 2004).

Friedrich (2005, p.95) destaca que a reemigração ocorreu no período de 1958 a 1962, quando “partiram no total 1.776 pessoas dos 2.448 suábios imigrantes que vieram para Entre Rios”, a maioria indo para a Alemanha e o restante para o Canadá e Estados Unidos, onde hoje existe uma colônia suábia.

As causas do fenômeno também são abordadas por outros autores. Para Stein (2008), o principal foco de tensões estava relacionado à medição das terras, concluída em 1952, que não levou em conta a topografia e alocalização dos terrenos, sendo realizada tal

para a qual a imigração e a colonização foram promovidas pela política brasileira e pela função que os grupos imigrados vieram desempenhar no Brasil, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes, seja para fornecimento de mão-de-obra assalariada”.

divisão por meio de sorteio. Por essa sistemática caberia a cada colono terrenos de 25 a 30 hectares (GÄRTNER, 2009). De acordo com Stein (2009), no sorteio alguns colonos ficaram com áreas melhores em termos de topografia, ou fertilidade do solo e acesso à água ou ainda facilidade de deslocamentos. Outros, não tiveram a mesma sorte não conseguindo crescer econômica e financeiramente, o que gerou uma relação de desconfiança entre cooperados e a direção da cooperativa. Essa forma de divisão territorial acabou criando desigualdades:

O sistema de sorteio dos lotes fazia com que o camponês individual não tivesse qualquer possibilidade de influir na escolha de suas terras agrícolas ou pastoris, já que sua posse dependia exclusivamente da boa ou má sorte. Dessa forma podia acontecer que, por exemplo, um apaixonado criador de gado recebesse terras próprias para a agricultura ou, vice e versa, um agricultor tradicional ganhasse lotes de bons pastos para a criação (ELFES, 1971, p. 51).

Essa reemigração em Entre Rios ocorreu diferentemente do Rio Grande do Sul com os descendentes de alemães no início do século XIX. Havia outra conjuntura política e econômica no país que fez com que centenas de alemães deixassem o Brasil por conta da barreira da língua, do medo do comunismo e da onda de nacionalização contra os teuto-brasileiros (SEYFERT, 1993)⁴¹.

Os imigrantes suábios se viram frente a muitas dificuldades quanto ao manejo do solo (ELFES, 1971), formado sobre rochas basálticas, campos limpos de estepes de gramíneas baixas, pobres em nutrientes, em fósforo, em cálcio, em potássio, em matéria orgânica, e em vida bacteriana, sendo pouco adequado ao desenvolvimento da agricultura.

A Cooperativa Agrária corrigiu esses problemas com manejo e tecnologia, aproveitando que as terras planas favoreciam a mecanização. A primeira cultura testada foi o arroz de sequeiro (Figura 12), também chamado de arroz de terras altas (EMBRAPA, 2003), caracterizado por pouca exigência de insumos e mais tolerante aos solos ácidos, sendo, portanto, uma planta mais rústica que inicialmente resistiu a essas condições.

⁴¹ Termo empregado por Seyfert (1993) para se referir aos teutões, povos germânicos que viviam em várias partes da Europa, especialmente, Alemanha.



Figura 12: Colheita manual de arroz de sequeiro nos primeiros anos da colônia
Fonte: AGRÁRIA, (1952). Extraído de GORA (2010, p. 69).

O cultivar iniciou um novo ciclo econômico reanimando os produtores por algum tempo, mas sendo abandonado já na década de 1960. O fim do cultivo do arroz sequeiro na Cooperativa Agrária culminou com os prejuízos nas safras resultantes de problemas causados pelas invasoras, falta de incentivos públicos para adaptação da planta às condições ambientais, e principalmente porque essa cultura era pouco rentável no mercado internacional.

É sempre oportuno lembrar o que Santos e Silveira (2001, p. 120) observaram sobre a tão discutida modernização da agricultura, na qual a produção de culturas alimentares básicas e de tradição nacional, entre elas o arroz, vem sendo desvalorizadas “pelo crédito público, pela propaganda e pelos novos consumos na sociedade contemporânea”.

Ainda assim, segundo dados do MAPA (2012), o arroz está entre os cereais mais consumidos do mundo. No Brasil, nono maior produtor mundial, cada brasileiro consome em média 25 quilos de arroz por ano. O país colhe em média, 12,6 milhões de toneladas por safra, mas a quantidade produzida é insuficiente para abastecer o consumo interno que deverá crescer relativamente pouco (0,86%), nos próximos dez anos.

Por conta disso, o Brasil é um dos maiores importadores mundiais, com um volume projetado em mais de 650 mil toneladas na safra 2019/2020. Apenas 5% da produção nacional é destinada à exportação. Os maiores produtores de arroz irrigado (cultivado em várzeas) são os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, em grandes áreas e com produtividades obtidas por meio de pesquisas na área de biotecnologias. Com alta carga tributária, elevados juros, custos de produção, fretes e custos de comercialização não é difícil entender porque a produção de arroz é assumida pelas grandes agroindústrias nacionais.

Paralelamente à cultura do arroz de sequeiro, a cooperativa iniciou experimentos com trigo (variedade originada no Rio Grande do Sul), além da batata e do tremoço. Porém, os resultados dessas primeiras experiências foram frustrantes. Gora (2010, p. 65) admite que faltou conhecimento sobre os aspectos geomorfológicos de solo, clima e variedades de trigo melhores adaptáveis aos campos de Guarapuava, que resultaram em baixas produtividades, fazendo com que “as primeiras colheitas fossem um fracasso total”. Esse fato frustrou as expectativas e a propaganda criadas pela comissão de colonização e governantes paranaenses de que “Guarapuava seria o maior celeiro de trigo das Américas” (MARCONDES, 2010, p. 295).

Na década de 1960, ocorreu a introdução de tratores, inicialmente limitados a cerca de quatro máquinas que eram compartilhadas na cultura do trigo. A produção interna de tratores no Brasil iniciou em 1959, com a instalação da Ford, fato que foi para os capitalistas um marco da modernização no campo (TEIXEIRA, 2005, p. 24).

Mesmo com a aquisição de 30 colheitadeiras da Alemanha pela Cooperativa Agrária alguns anos depois, a sistemática acabou não obtendo muito êxito. O tamanho das terras distribuídas para os cooperados era considerado insuficiente para a mecanização:

Quando as colônias foram fundadas e as terras compradas, cada casal podia ficar com 15 hectares para o plantio (mais 8 hectares por filho homem e 4 hectares por filha mulher), além de mais 1 hectare de lote suburbano e 4 hectares de mata para reserva legal. O lote suburbano era usado para pasto. Da área de reserva era extraída a madeira (GORA, 2010, p. 70).

Karl (2011) enfatiza que, na época, cooperados passaram a arrendar áreas maiores em municípios vizinhos, iniciando um processo de expansão das fronteiras agrícolas, devido à grande reemigração das famílias. Os cooperados que não fizeram o arrendamento por falta de recursos acabaram deixando a colônia. Os imigrantes que

ficaram compraram as terras dos que partiram, aumentando consideravelmente seu patrimônio. Atualmente, o campo de atuação dos cooperados inclui as mesorregiões Centro-Sul, Centro-Oeste e Central do Paraná. Esse processo de expansão poderia ser chamado de territórios descontínuos, como diria Haesbaert (2004), onde ocorrem relações de dominação e apropriação entre sociedade e espaço por um grupo social.

Segundo Gora (2010) esse fato provocou uma das maiores crises nas relações sociais da cooperativa⁴². Na tentativa de solucionar a questão, a diretoria da época implantou o que chamou de reforma agrária interna, ou reforma agrária pacífica nas palavras de Elfes (1971), no final dos anos de 1960.

Conforme Elfes (1971) e Gora (2010), a proposta fundiária funcionava mais ou menos assim: a cooperativa comprava grandes áreas de terra mediante financiamento pelo BRDE, e dividia-nas em áreas menores entre cooperados, que tinham prazo de 12 anos para pagar com produção. O projeto não contentou a todos, levando os dirigentes da cooperativa a lançar mão de mecanismos de poder para convencer os cooperados que resistiam a esse projeto:

O Conselho de Administração da Agrária convenceu seus cooperados a comprarem dela fertilizantes com um acréscimo de 10% sobre o preço. O superávit obtido possibilitou a aquisição de 2.000 hectares de terras, área essa que seria destinada para uma reforma agrária interna.(GÄRTNER, 2009, p. 1081).

Na opinião da autora, essa reestruturação fundiária foi positiva no sentido de promover a capitalização da cooperativa e de seus associados, fortalecendo a classe dos médios produtores. Ocorre que esse projeto criou uma situação de desigualdade entre os cooperados, agora divididos em classes em que a terra, na análise de Ianni (1978) ocupa lugar central e é uma forma de afirmação de poder de um grupo.

Nesse sentido, o projeto praticado pela cooperativa gera alguns questionamentos. A Constituição Federal, em seu Art. 1º, § 1º, Lei 4504/64 do Estatuto da Terra, considera “reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

⁴² A análise de tais relações parte da compreensão da questão econômica, e considera no enfoque, as conexões internas, seus fixos, seus fluxos, suas redes, na abordagem geográfica do desenvolvimento econômico, como em Saquet (2004). Assim, procuramos abordar as relações sociais da Cooperativa Agrária Agroindustrial no mercado a partir do (ou no) processo produtivo.

Esse é o enunciado ou conceituação sintética da reforma Agrária: “a intervenção do Estado nos alicerces do setor agrícola” (VEIGA, 1986, p. 7). A reestruturação fundiária feita pela Cooperativa Agrária não contou com a ação planejada diretamente pelo governo para adequar a situação ao crescimento econômico, uma das características mais fortes da reforma agrária, conforme o autor. Além disso, Veiga (1986) diz que a reforma agrária nasce de uma relação de forças sociais:

Em primeiro lugar, que uma reforma agrária não surge nunca de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas pressões. Suas consequências e seu alcance, tanto do ponto de vista social como econômico, dependem intrinsecamente da evolução das relações de força entre os camponeses, os assalariados agrícolas, os operários, as chamadas “camadas médias”, a burguesia e os grandes proprietários fundiários. Em outras palavras, depende diretamente da evolução da conjuntura *política* do país (VEIGA, 1986, p. 8-9).

Ainda sobre a polêmica, Oliveira (1991, p. 24-25) contextualiza a reforma agrária no âmbito da questão agrária brasileira como sendo sempre um sinônimo de conflitualidade, “porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital.

Diante dessas e outras situações observou-se que nem sempre a coesão cultural predominou na associação cooperativista. A reprodução sócioeconômica das famílias de suábios foi a principal motivação do processo migratório para Entre Rios, e as dificuldades produtivas acabaram abalando a corporação e as relações sociais entre o grupo, uma vez que, a “estrutura familiar estava entrando em crise” (GORA, 2010, p.44):

[...] muitos produtores foram contrários ao projeto e se desligaram da cooperativa. Essa era uma forma cruel e equivocada de fazer cooperativismo, porque esses produtores queriam que os pequenos fossem engolidos para servirem como mão-de-obra barata (GORA, 2010, p. 52).

Tais conflitos se acentuaram com a chegada das décadas de 1970 e 1980 marcadas pelas grandes transformações no campo da agropecuária brasileira, notadamente pela inserção dos conceitos de agribusiness, complexo agroindustrial e/ou sistemas agroindustriais, alterando os modos de produção e as relações de trabalho.

As cooperativas paranaenses se viram adotando novas dinâmicas em função dos desafios impostos pelo mercado. Visando a competitividade desenvolveram novas técnicas produtivas como as curvas de nível em substituição ao plantio convencional, e depois o plantio direto e a escolha de novos cultivares, muitos deles desenvolvidos pela Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA). As pesquisas da FAPA também se voltaram para o desenvolvimento de herbicidas e fungicidas.

Segundo Gora (2010), com a introdução da soja como cultura de verão por volta de 1973, alternando com o trigo que desde o início vinha apresentando problemas fitossanitários e aumentando o processo de erosão degradando o solo, a Cooperativa Agrária Agroindustrial intensificou a sua meta principal: a produção de grãos. O autor relata que máquinas importadas foram adaptadas para o sistema pela família Scherer, proprietária de uma oficina em Entre Rios, com o objetivo de não revolver a terra.

Com o sistema agrícola criado e com a produção de trigo, soja, seguida pela cevada, aveia e milho, a cooperativa passou a agroindustrializar essas culturas em subprodutos. Do trigo passou a produzir farinha, da cevada o malte cervejeiro, da soja o óleo e o farelo, para alimentar os animais no projeto de suinocultura que Gärtner (2009, p. 1081) chama de “o início de um processo de diversificação produtiva (suinocultura e gado vacum)”.

Entretanto, considerou-se que essa diversificação não é significativa, uma vez que hoje existem apenas seis das 23 granjas que funcionavam em 2007 (AGRÁRIA, 2010, p. 40). Nessa trajetória esteve à frente o ex-presidente Mathias Leh, que ocupou o cargo por 28 anos, de 1966 a 1994. A morte do presidente coincidiu com graves problemas conjunturais econômicos e financeiros do Brasil que afetaram muitas cooperativas agropecuárias.

Como registram Santos e Silveira (2001), algumas cooperativas estiveram à beira da falência e outras faliram, como no caso emblemático da Cooperativa de Cotia, em São Paulo, criada por japoneses. A cooperativa fundada em 1927 começou pequena, com 70 agricultores familiares unidos na produção e comercialização de batata, tornando-se uma das maiores empresas brasileiras de diversificação e exportação para diversos países nos anos de 1990, para em 1994 sucumbir às sucessivas crises.

Um dos motivos da crise das cooperativas brasileiras surgiu ainda na década de 1980. O financiamento externo das cooperativas, particularmente agropecuárias e de crédito, provinha da principal fonte que era o governo que, nesse período, reduziu drasticamente as verbas gerando endividamento da classe produtora. (SILVA *et al.*, 2003).

A constante redução no preço das *commodities* agrícolas também contribuiu com a crise. Em 1998, a medida adotada pelo governo federal para conter a quebraadeira das cooperativas foi implantar o “Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras (o Recoop)” (SILVA *et al.*, 2003, p. 95)

O processo de transição da diretoria que sucedeu Mathias Leh em 1994 foi conturbado em meio a essa crise, enfrentando problemas para administrar a cooperativa até 1999. Territorialidades que, antes eram homogêneas e passaram a fragmentar as relações sobre o espaço:

Como exemplo, cito o caso de agricultores que tinham financiado uma máquina. Com a instituição do Plano Real, esses agricultores ficaram devendo o equivalente a três máquinas. Nessa conversão da moeda a cooperativa foi afetada. Quando Mathias Leh faleceu, a Agrária ainda possuía um montante de dívidas sob controle, mas a diretoria que assumiu depois adotou uma atitude política populista e não conseguiu manter o equilíbrio (GORA, p. 211).

Gora (2010) afirma que os bancos renegociaram e a crise foi superada em dois anos com o apoio às ações de 85% dos cooperados. Os outros 15% se viram em uma situação mais difícil, uma vez que as dívidas eram altas e a capacidade de pagamento limitada, “sendo preciso renegociar para que eles pudessem manter-se na atividade” (GORA, 2010, p. 213). Entre 1998 e 1999, novas eleições foram realizadas, e desde então, o diretor-presidente da Cooperativa Agrária Agroindustrial é Karl (2011). Segundo o presidente, a Agrária tinha um endividamento de quase o dobro de seu faturamento, e cerca de dez a 20 vezes seu patrimônio.

Esse endividamento foi sendo contraído em anos anteriores por circunstâncias de mercado e também de gestão da cooperativa. “Quando o mercado é contrário, desfavorável à atividade, é preciso tomar medidas e essas não foram tomadas. Assim, houve um endividamento da cooperativa e um grupo de cooperados ficou inadimplente, o que abalou a estrutura” (KARL, 2011). Depois do risco de insolvência e da difícil renegociação com os bancos para alongamento de prazos de pagamentos das dívidas, a cooperativa se estabilizou financeiramente. Para o diretor “é um eterno desafio e nunca podemos dizer que está tudo tranquilo, pois isso aqui não é um setor público que nunca quebra”.

Ante as mudanças que estavam ocorrendo no mercado agrícola globalizado, as práticas de base cooperativista se confrontam com o modelo empresarial. Como vemos

em Haesbaert (2004), as territorialidades se tornam descontínuas em seus fluxos de informação, de pessoas, de produtos, e os territórios tornam-se agora fluídos.

A Cooperativa Agrária abandonou paradigmas aplicando novas técnicas de produção, mas também novas formas de gestão, visando obter vantagens competitivas por meio de algumas estratégias. Toda mudança provoca confrontos implícitos nos processos relacionais e na organização social dos sujeitos sobre o espaço. No caso da Agrária, a natureza de uma organização cooperativista passa a caminhar junto a uma nova visão empresarial.

Do contexto de cooperativa formada por imigrantes e suas peculiaridades organizacionais e culturais, a Cooperativa Agrária passou a integrar o Complexo Agroindustrial (CAI), e modificou a paisagem rural de Guarapuava por processos de transformação da estrutura produtiva e fundiária, inserindo o município no cenário da produção estadual de *commodities* agrícolas como a soja e o milho (*plantations*). Silva (2007) reforça esse fato ao mencionar que entre as cooperativas existentes em Guarapuava, a Cooperativa Agrária foi a que mais se ajustou ao processo de modernização via agroindústria:

As cooperativas de Guarapuava, entretanto, estão medianamente integradas aos Complexos Agroindustriais (CAIs), o que as diferencia do sistema cooperativista existente no Norte ou oeste do estado ou no Centro-Oeste do país, por exemplo. A Cooperativa Agrária é a que mais se aproxima pelo caráter também produtivo, das cooperativas dessas outras regiões. Em termos econômicos, é a mais importante delas, agregando os produtores do Distrito de Entre Rios que realizam uma das maiores comercializações de grãos do estado (SILVA, 2007, p.93-94).

Esse tem sido o posicionamento da Agrária frente à necessidade de se integrar aos grandes mercados. Alguns estudos da área econômica permitem observar que esse processo, que ocorre em organizações cooperativas que atuam no ramo agrícola, envolvem desafios. Nesse sentido, as cooperativas, como empresas que são, elaboram estratégias na tentativa de superar problemas.

Torna-se importante explicar, ainda que rapidamente, o que significa o termo estratégia no âmbito das organizações empresariais. Estratégia é o conjunto de ações competitivas executadas visando melhorar o desempenho da empresa, reforçando sua posição no mercado. Estratégia seria o que Porter (1991) chama de mérito de uma empresa em se tornar diferente em meio à concorrência, obtendo vantagem competitiva, uma posição única em um conjunto diferente de atividades.

Entre os autores brasileiros que abordam a questão das estratégias, encontrou-se Zylbersztajn (2002, p. 3) que considera as cooperativas como firmas com “arranjos contratuais, cujo desenho obedece a critérios de eficiência, devendo ser contrastados com os arranjos alternativos”, diferentes nas empresas abertas de capital:

Ao mesmo tempo que os princípios cooperativistas representam o elo de ligação entre as organizações no mundo cooperativista, esses mesmos princípios delimitam as estratégias passíveis de serem adotadas pelas organizações cooperativas, criando um contraste com as organizações de outra natureza, em especial, as firmas que têm finalidade de lucro com as quais as cooperativas freqüentemente concorrem (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 1).

Com base em estudos de Cook (1995) nos Estados Unidos, e Bialoskorski Neto (1994) no Brasil, o autor acima referenciado alerta que as escolhas dos arranjos institucionais das cooperativas agrícolas geram reflexos, alguns positivos, e outros negativos. Para Bialoskorski Neto (2002), dois grandes problemas na área de gestão precisam ser enfrentados pelas cooperativas. O primeiro é o duplo papel do cooperado, ao mesmo tempo dono e cliente da cooperativa, e o segundo os financeiros que requerem maior atenção.

Segundo Zylbersztajn (2002), quando a cooperativa é estruturada, o cooperado injeta dinheiro na organização, mas o valor das suas quotas não varia de acordo com o valor da empresa como ocorre na empresa capitalista:

Em geral, as regras que predominam na sociedade cooperativa induzem a uma perda de valor das quotas do cooperado. A não-alienabilidade das quotas de participação na sociedade cooperativa confere incentivos perversos ao cooperado, que também é o gestor da cooperativa. Os incentivos perversos, oriundos dessa alocação de direitos, implicam também que o cooperado não terá incentivos para projetos de longo prazo, pois o seu horizonte de planejamento não se traduz senão em ações de efeito mais imediato e não são refletidos no valor das suas quotas (ZYLBERSZTAJN, 2002, p.4).

Na visão do autor, essa impossibilidade dos cooperados tomarem decisões sobre os resíduos na empresa cooperativa, desencadeiam outros cinco problemas. Optou-se comentar apenas três por estarem mais interligados.

O primeiro refere-se ao horizonte. A falta de valorização das quotas de participação dos cooperados não acompanha o valor da empresa. Com isso, cresce a falta de motivação para os cooperados injetarem capital em “projetos de investimentos de longa

duração, diferenciação de produtos e desenvolvimento de marcas” (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 5). A opção acaba sendo por projetos de curto prazo.

O segundo problema, de portfólio, decorre do primeiro: diante dos incentivos de operação no curto prazo, as organizações cooperativas incorrerão em uma exposição maior ao risco, expõe Zylbersztajn (2002).

O autor concluiu que o terceiro trata do controle, um exercício difícil nas cooperativas. Analisa que se um mesmo agente sem maior especialização toma as decisões estratégicas da cooperativa, pode provocar uma gestão ineficiente. Nas empresas de capital essas falhas podem ser corrigidas por melhores mecanismos de controle das ações dos gestores. Nas cooperativas, quando surgem questões dessa ordem, faz-se necessário que mecanismos de controle sejam “complementados pela ação dos conselhos e por auditorias externas”, processo mais burocrático e quase sempre traumático.

A partir desses apontamentos, o autor analisa quatro escolhas de estratégias típicas das organizações cooperativas para enfrentar, ou pelo menos, relativizar tais problemas típicos encontrados. As estratégias são mecanismos de capitalização, de fidelização do cooperado, de governança corporativa cooperativa e, na internacionalização das organizações cooperativistas. Em resumo, explica que a estratégia de capitalização prevê que, na conjuntura de escassez de crédito, a cooperativa pode ser atraente para o sistema financeiro privado especialmente por reduzir os custos contratuais para alocação do crédito.

No que tange à governança corporativa nas organizações cooperativas, Zylbersztajn (2002, p. 15) considera tal estratégia importante, uma vez que, “mesmo não sendo elas passíveis de emitirem ações negociáveis, mas apenas cotas não-negociáveis, vários aspectos de transparência são importantes, talvez mais do que para o caso das organizações por ações”. Para que isso ocorra efetivamente, o autor enfatiza:

[...] a participação do cooperado na rede coordenada pela cooperativa, a sua reputação junto da comunidade, os mecanismos de pagamento pelo produto adotados pela cooperativa, e a utilização de tecnologia de informação pela cooperativa para monitorar o cooperado são diferentes dimensões que devem ser consideradas ao lidar com o problema. (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 15).

Por fim, também ressalta que a internacionalização é uma estratégia que tem colocado as cooperativas como parceiras atraentes para as empresas originadoras internacionais e para as corporações produtoras de insumos agrícolas. A Cooperativa

Agrária também enfrentou alguns problemas semelhantes aos apontados pelo autor, solucionados com maior ou menor eficiência, a partir de um trabalho de gestão e de estratégias peculiares.

A organização segue na mesma linha de outras cooperativas agropecuárias paranaenses com faturamento anual acima de R\$ 1 bilhão, que mudaram sua razão social. A empresa incorporou o termo agroindustrial em agosto de 2007. O faturamento bruto da cooperativa que girava na ordem de R\$ 1,041 bilhão (AGRÁRIA, 2010) passou para R\$ 1,273 bilhão (AGRÁRIA, 2011).

Em entrevista ao *Jornal Gazeta do Povo* (2011), Fajardo ressalta que a mudança de nome se acentuou a partir do ano de 2003, numa clara demonstração da importância que a industrialização da matéria-prima adquiriu nas cooperativas, pois, “quando começaram a trocar seu nome de ‘cooperativa agrícola’ ou ‘cooperativa rural’ para ‘cooperativa agroindustrial’, ficou evidente que o foco delas deixou de ser a atividade primária”. Jorge Karl (2011), explica como foi esse processo de alteração de nome, que até 2007 chamava-se Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda:

Com o Novo Código Civil, o nome ‘Ltda’ não cabia mais. Já que havia a necessidade de mudança, decidimos mudar o nome para os tempos atuais que, comercialmente ressalta a característica agroindustrial e seria interessante por uma questão de *marketing*. Nada mudou além disso (KARL, 2011).

Com o foco na produção de grãos como soja, milho, trigo, cevada e aveia, a Agrária ocupa uma área de 160 mil hectares, sendo propriedades próprias ou arrendadas em municípios vizinhos nas mesorregiões Centro-Sul, Central e Centro-Oeste do Paraná (AGRÁRIA, 2011). Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) a área de estabelecimentos agropecuários em Guarapuava chegava a 147.734 hectares.

Na safra 2010/2011, o milho representou o maior volume de produção, com aproximadamente 334 mil toneladas. Nos planos de expansão para o milho, a cooperativa iniciou em 2012 a construção de uma indústria de beneficiamento⁴³, com investimento total de R\$ 69,1 milhões, dos quais a maior parte (cerca de 75%) financiados pelo BRDE, com recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

⁴³ Leia “Agrária e LAR fecham novas parcerias com o BRDE”. Disponível em: <www.brde.com.br/index.php/noticias/mostrar/id/380> .

e Social (BNDES). A indústria terá capacidade de processar 180 mil toneladas de grãos por ano de derivados de milho como grits cervejeiros e flakes laminados.

A produção de soja apareceu em segundo lugar, com mais de 287 mil toneladas, mas a cevada é considerada como principal produto da Agrária: com uma produção de 135.449 toneladas, abasteceu aproximadamente 30% da produção total do Brasil “por viver um momento favorável e por abarcar todo o ciclo desde a pesquisa até a comercialização final do malte” (KARL, 2011).

A produção diária de malte é aproximadamente 260 toneladas. O cereal é usado na composição de farinha para panificação, na produção de medicamentos, na formulação de produtos dietéticos e na alimentação animal, mas sua principal utilização é mesmo na indústria cervejeira, como a Companhia de Bebidas das Américas (AmBev). O grão também abastece pequenas cervejarias da região.

Em visita a uma dessas cervejarias do distrito, onde se produz chope pilsen de forma artesanal com padrões de qualidade alemã do século XVI, descobrimos que na composição da bebida são utilizados apenas malte, lúpulo e água. O segredo do gosto encorpado está na forma como a bebida é fabricada, e o qual o produtor não revela a ninguém. A microempresa oferece ainda outros tipos de cerveja, e serve também comida tipicamente alemã.

O proprietário também é cooperado e encontrou na atividade comercial uma forma de agregar valor aos seu negócio principal que é a agropecuária. Entre os fixos industriais da Cooperativa Agrária (2011) estão a unidade de cereais, unidade de sementes, moinho de trigo, fábrica de rações, granja de suinocultura, Coopersul (indústria de esmagamento de soja e de óleo degomado, processo anterior ao refinamento), Agrária Florestal e a maltaria Agromalte. Também fazem parte da Agrária organizações coligadas como o Colégio Imperatriz D. Leopoldina, Fundação Cultural Suábio-Brasileira e Fundação Agrária de Pesquisa Agrícola (FAPA).

Em suas estratégias, a Cooperativa Agrária tem investido processos de internacionalização e de expansão de suas territorialidades. Em 1995 firmou *joint venture*, contrato de um empreendimento em um projeto comum, de curta ou longa duração, com prazo determinado, com a Dalland do Brasil⁴⁴, uma empresa de origem holandesa de melhoramento genético de suínos. Desde 2004 a parceria é com a IREKS do Brasil:

⁴⁴ A Dalland do Brasil é uma empresa do Grupo Topigs com sede na Holanda. Ver mais em: <<http://www.topigs.com.br>>.

A IREKS GmbH, da Alemanha, e a Agrária inauguraram em outubro de 2004 um empreendimento conjunto: a Ireks do Brasil SA. A empresa representa a filial brasileira da IREKS alemã, estando localizada na Colônia Vitória (Entre Rios / Guarapuava / Paraná). A produção está voltada para a linha de misturas para panificação e confeitaria. Complementaridades tecnológicas entre a IREKS, tradicional em misturas, e a Agrária, tradicional na produção de trigo, levaram à parceria. A IREKS GmbH tem sua sede na cidade Kulmbach, no estado da Bavária (sul da Alemanha). A empresa alemã está presente também em 70 países (AGRÁRIA, 2012).

O resultado dessa *joint venture* tem se apresentado lucrativo. Segundo Relatório Anual (AGRÁRIA, 2010), o faturamento foi de R\$ 17,5 milhões. Especialistas da área se apressam em enaltecer as vantagens desses contratos:

A internacionalização das empresas desencadeia, no campo do Direito, diferentes aspectos e novas figuras, tais como: a proteção do produto (marca, nome, transferência de tecnologia), o transporte das mercadorias (frete, seguro, embalagens), o objeto da relação comercial (compra e venda, locação de equipamentos) etc. (MIRANDA; MALUF, 2001, p. 8).

Sobre essa verticalização e relacionamento com as empresas globais, Fajardo (2008, p. 339) analisa que as cooperativas adotam “estratégias empresariais comuns a qualquer outro tipo de empresa, embora constituam um formato diferenciado em relação às demais empresas”. Na concepção do autor, as cooperativas, por serem regidas por estatutos e leis cooperativistas conseguem obter mais vantagens nesse tipo de negócio (FAJARDO, 2008, p. 339-355).

De acordo com dados da Cooperativa Agrária (2011), o quadro associativo é de 549 associados, sendo 377 ativos (172 inativos). A cooperativa também trabalha com produtores rurais não cooperados que participam dos programas de fomento de trigo e cevada. São 65 que participam do programa de trigo e que somam 6.400 hectares, e 50 no fomento à cevada que juntos detêm 3.100 hectares. Outras nove empresas, sendo três cooperativas e seis revendas de produtos agropecuários, também fazem parte desse programa (AGRÁRIA, 2011).

O IPARDES (2011, p.14) registra que 18 mil pessoas trabalharam nas atividades agropecuárias no município de Guarapuava, incluindo a agroindústria, e indústria extrativa. Do total, mais de 7.350 pessoas foram ocupadas somente na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca. Nesse contexto, segundo informações da

Cooperativa Agrária (2011) foram gerados 963 empregos diretos no final do exercício em toda a estrutura da cooperativa, incluindo o setor educacional e de saúde:

Porém, temos muitos serviços indiretos e terceirizados na área de segurança, limpeza, manutenção, corte e colheita de produtos florestais, descarga de cereais, transporte, entre outros. Esses empregos indiretos são difíceis de contabilizar. Estimamos algo em torno de três mil indiretos, sem colocarmos aí os funcionários dos cooperados nas fazendas, em torno de três em média. É um mundo corporativo que vive em torno da Agrária (KARL, 2011).

Entre os serviços que a Agrária oferece a seus associados estão planejamento de gerenciamento da propriedade; cálculo de custos de produção; Programa QT Rural – Qualidade Total nas propriedades; realização de trâmites relativos às safras; assistência Técnica; atendimento a grupos de cooperados por agrônomos; Dia de Campo de Verão (evento anual); Dias de Campo regionalizados; palestras com especialistas em mercado agrícola e meteorologia; viagens técnicas no Brasil e no exterior para conhecer novas tendências da agricultura; acesso à FAPA onde pode dispor de pesquisas técnicas de manejo da lavoura para a maior produtividade possível de milho, soja, trigo, cevada cervejeira e aveia na região de Entre Rios.

A cooperativa conta com uma estrutura administrativa dividida em departamentos como Comercialização, acompanhando a movimentação do mercado agrícola, e orienta sobre as condições de comercialização; Departamento de Insumos; Departamento de Informática com o Marketing e a Comunicação⁴⁵, publicação de matérias sobre a Agrária e o agronegócio divulgando informações sobre as atividades da Agrária e sobre a agricultura em geral. As informações visam o conhecimento sobre novas tendências da produção.

O Departamento de Atendimento ao Cooperado e de Informática trabalham para disponibilizar diversos serviços via Internet. No calendário de atividades periódicas da Cooperativa Agrária está o WinterShow; exposição técnica sobre cereais de inverno (trigo, cevada e aveia); capacitação por meio de parceria com a Fundação Getúlio Vargas para oferecer dois cursos de MBA em Gestão Estratégica e Curso de Agronegócio, e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, (Senar), além de outros cursos

⁴⁵ cf. em: <<http://www.agraria.com.br>>.

(AGRÁRIA, 2010). Com esses investimentos a Cooperativa Agrária tem buscado domínio sobre o território, ocupando espaço no mercado nacional⁴⁶, e no cenário internacional.

3.3 Necessidade de diversificar

A Cooperativa Agrária faz parte do universo dos grandes negócios agroalimentares do país que pouco projetam no terreno da diversificação da produção, por dedicar-se à especialização da produção de cereais. Em seu Relatório Anual (AGRÁRIA, 2011) divulga algumas iniciativas visando oferecer alternativas de produção. O feijão começava a ganhar destaque com início de pesquisas através da FAPA, sendo que 33 cooperados estavam se dedicando à cultura. A produção de tomate também passou a ser experimentada por alguns cooperados:

Com plantio de novembro a janeiro, a expectativa dos produtores é a de que o cultivo do tomate confirme a boa rentabilidade indicada pelos estudos de viabilidade. Outras hortaliças também vêm ganhando espaço como alternativa de diversificação rural e incremento de renda entre os cooperados (AGRÁRIA, 2011, p. 28).

Outras cooperativas paranaenses agropecuárias agroindustriais, e dentre elas, algumas fundadas por imigrantes adotam outras estratégias empresariais que incluem sistemas de diversificação mais amplos. Antes de serem abordadas as estratégias empregadas pela Cooperativa Agrária, faz-se necessário entender em que contexto e conjuntura econômica esses direcionamentos ocorreram.

A diversificação da produção teve início na década de 1990 (REVISTA FAE BUSINESS, 2005), como uma atitude visando minimizar grandes problemas causados pela abertura da economia ao capital internacional; confisco da poupança; escassez de crédito; juros altos; recessão; além dos prejuízos decorrentes de frequentes quebras nas safras. De acordo com os dados, a crise apanhou empresários rurais, e principalmente, os pequenos proprietários que abandonaram suas atividades, e conseqüentemente, as cooperativas das quais faziam parte. Para explicar o que é diversificação, Carvalho (2005) faz uma distinção

⁴⁶ Leia Revista Exame: “**Maiores Empresas por Vendas em 2010**”, disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/>>, e em “**OCB: Ranking das Melhores**”, disponível em <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/200710_rankingmelhoresmaiores2010.pdf>.

entre diversificação agrícola e diversificação rural que se considera pertinente a esta discussão:

A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural. Por exemplo, uma propriedade que produza café, milho, leite e crie suínos, é considerada uma propriedade diversificada. A diversificação rural refere-se à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou, pela combinação de atividades urbanas do setor terciário com o management das atividades agropecuárias. A diversificação rural pode, então, ser caracterizada como pluriatividade que, de acordo com Graziano (1992), é considerada a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades. (CARVALHO, 2005, p. 4).

Na opinião da autora, a diversificação do sistema de produção agrícola é uma possível alternativa de renda para os pequenos produtores, podendo representar, “a redução do risco para o produtor, pela dependência de uma única cultura e uma forma de sobrevivência”. (CARVALHO, 2005, p. 4).

As considerações de Balsadi⁴⁷ (2001 *apud* CARVALHO, 2005, p. 5), parecem ser coerentes com a realidade quando diz “que é preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas”, ou seja, é preciso avaliar toda as condições do que produzir, tipos de solo e clima e, principalmente, o mercado no qual os agricultores vão se inserir. A diversificação dos sistema de produção vem sendo praticada entre agricultores familiares, a exemplo da produção agroecológica no Centro-Sul do Paraná, através da Rede de Propriedades Familiares Agroecológicas (RICHETTI, 2007). Guarapuava não faz parte dessa rede. A Cooperativa Lar, de Medianeira, é frequentemente citada como exemplo do processo de diversificação:

[...] no meio da tormenta, as cooperativas e seus diretores se perguntavam: como aumentar a renda do pequeno produtor e viabilizar a pequena propriedade? Grande marco nesse processo foi a Cooperativa Lar, sediada em Medianeira, com 70% de seus 7,7 mil cooperados, produzindo em pequenas propriedades [...] (REVISTA FAE BUSINESS, 2005, p. 26).

⁴⁷ BALSADI, Otávio Valentin. **Mudanças o meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo Perspc., jan./mar. 2001, vol.15, n.1, p.155-165

Entre as cooperativas fundadas por imigrantes que praticam a diversificação, está a Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda e a Cooperativa Castrolanda, na mesorregião Centro-Oriental do Paraná. A Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda⁴⁸, instalada no Município de Palmeira, na Região Sul do Paraná, foi fundada em 28 de outubro de 1952 na Colônia Witmarsum formada por Menonitas, grupo de russos alemães vindos do norte da Holanda e Alemanha, em julho de 1951.

Witmarsum conta com aproximadamente 310 sócios que trabalham com a agropecuária, principalmente na produção de leite, frangos de corte, milho, soja e trigo. A cooperativa possui também fábrica de rações e fábrica de queijos finos, além de boa estrutura para recepção e armazenagem de grãos produzidos pelos associados, uma escola, um hospital e um museu administrados pela Associação de Moradores.

A Cooperativa Agropecuária Castrolanda⁴⁹, localizada no município de Castro, foi fundada por holandeses em 1951. A cooperativa dedica-se à atividade agrícola e pecuária leiteira, além do destaque à considerável produção de grãos, principalmente soja e feijão, por meio da. Conforme o Relatório Anual de 2011, a cooperativa possui um quadro é de 717 sócios, 795 funcionários, atende cerca de 30 municípios e seu faturamento no período em exercício foi de R\$ 1,298 bilhões. A cooperativa tem 30% de sua movimentação oriunda de produtos lácteos, 27% da produção agrícola, e o restante (43%) estão divididos entre rações, produtos da pecuária, fertilizantes, defensivos, serviços, sementes e outros. (CASTROLANDA, 2011). A Castrolanda produz culturas como soja, milho, trigo, batata (dos mini tubérculos à batata frita).

A Cooperativa Agrária e a Cooperativa Castrolanda, por exemplo, possuem muitas diferenças. Se na essência, seguem praticamente as mesmas regras estatutárias – cooperados são ao mesmo tempo acionistas e clientes da cooperativa, sistema de produção baseado na fidelidade entre empresa e associados na compra e na entrega na cooperativa, divisão dos ganhos e distribuição das sobras –, na prática foram observadas algumas diferenças estratégicas entre as mesmas.

Em primeiro lugar, as cooperativas divergem em relação à natureza das atividades. A Cooperativa Agrária tem dado preferência à monocultura dos cereais. Na Cooperativa Castrolanda ocorre “diversificação planejada, através da integração

⁴⁸ Os dados foram obtidos no site da cooperativa e são de domínio público. Disponível em: <<http://www.witmarsum.coop.br>>.

⁴⁹ Visite o site da cooperativa disponível em <<http://www.castrolanda.coop.br/home>>. As informações são de domínio público.

agropecuária e melhor aproveitamento da capacidade produtiva e criação de fontes alternativas de rendas” (CASTROLANDA, 2011, p. 14). Também inserida no agronegócio, a Cooperativa Castrolanda oferece aos cooperados alternativas de geração de renda nas pequenas propriedades, como foi possível observar em algumas propriedades visitadas⁵⁰. Cerca de que 70% dos cooperados não descendem de holandeses, e do total dos associados (perto de 70%) estão classificados como pequenos produtores com propriedades de até 50 hectares. Não é possível afirmar que essa forma de atuação, visando aliar tradição com modernidade, esteja minimizando o choque entre os aspectos econômicos, culturais e ideológicos do cooperativismo.

Na Cooperativa Agrária, de acordo com Karl (2011), em torno de 90% dos 549 associados são de descendência suábica, sendo que a maioria se enquadra na média propriedade (acima de 50 hectares). Hoje, o tamanho das propriedades varia entre “50 hectares e 6 mil hectares”⁵¹ (Karl, 2011). Os números são muito superiores às duas primeiras décadas de existência das colônias, quando o tamanho variava entre 20 a 30 hectares. Friedrich (2005) observa o crescimento vertiginoso no tamanho médio das terras em poder da cooperativa, em 2003:

1). Os grandes agricultores possuem áreas acima de 500 hectares. 2. Os médios possuem em torno de 201 a 500 hectares. Os pequenos agricultores possuem áreas em torno de 61 a 120 hectares. De modo geral, a distribuição de terras por cooperado fica assim: 1). 22% acima de 500 hectares. 2). 30% de 201 a 500 hectares. 3). 20% de 121 a 200 hectares. 4). 16% de 61 a 120 hectares. 5). 12% até 60 hectares (FRIEDRICH, 2005, p. 112-113).

A opção pela produção de cereais não é vista pela diretoria da Agrária como entrave para a rentabilidade das pequenas propriedades⁵². Na opinião de Karl (2011), não existe interesse por parte dos cooperados em experimentar novas culturas, por uma série de questões, tais como, o melhor controle dos custos porque muitas das tarefas ele mesmo

⁵⁰ Informações obtidas durante vista organizada pelo professor Sergio Fajardo no dia 8 de junho de 2011 à Cooperativa Castrolanda, para alunos do curso de Mestrado em Geografia, da UNICENTRO, da qual fiz parte.

⁵¹ Junto à cooperativa não obtivemos números atualizados e exatos de pequenas, médias e grandes propriedades. Essa informação também não foi conseguida junto ao INCRA.

⁵² De acordo com a Lei 8.629/1993, é pequena propriedade a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, média entre quatro até 15 módulos fiscais, e a grande, acima de 15 módulos fiscais. Módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, e seu tamanho varia em cada município, dependendo de suas condições de produção: dinâmica do mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade tecnológica, além de solo e água. O tamanho do módulo fiscal em Guarapuava é 18 hectares.

executa, a desnecessária de mão-de-obra e uso intensivo de máquinas, as quais são contratadas quando necessário. O presidente afirma que todos esses fatores de produção é que conferem a eficiência da pequena propriedade. “A viabilidade do pequeno é tão possível quanto do grande: o que conta é a gestão do negócio” (KARL, 2011). Para a diretoria da Agrária, o que define a eficiência de uma pequena propriedade é a sua forma de gestão fomentada pela administração da cooperativa através de constantes repasses de informações e de conhecimento.

A Cooperativa Agrária apoia um projeto de suinocultura desenvolvido em apenas seis das 23 granjas que existiam em 2007 (AGRÁRIA, 2010, p. 40). A produção de flores foi implantada em 1998 e extinta alguns anos depois, restando um ou dois produtores dedicados ao cultivo de forma independente, como vem ocorrendo com a produção de horticultura iniciada por volta de 2008.

O diretor-presidente da Cooperativa Agrária (Karl, 2011) argumenta que projetos como esses não foram satisfatórios “por serem atividades pouco rentáveis, produtos perecíveis que não são atrativos em um mercado pontual e até certo ponto, informal”. Segundo ele, a produção de hortaliças como tomate, cebola, feijão ou batata, envolvem mais de riscos por não se desenvolverem bem. “A Agrária prefere o *core business*, que são as atividades mais importantes, pois achamos melhor nos concentrar sobre cereais do que ter várias alternativas e não sermos bons em nada” (KARL, 2011). Essa opinião também é compartilhada pelo cooperado Antônio⁵³ (2011), que afirma estar satisfeito com o gerenciamento dos negócios na Agrária:

A questão é cultural. Os suábios sempre foram agricultores e quando a nossa cooperativa consulta os cooperados sobre essas outras opções eles demonstram pouco interesse, mas claro que a questão maior sempre será a rentabilidade, que se houver, haverá também interesse. Na área cultural, projetos que agreguem valor aos nossos produtos, que permitam desenvolvimento da nossa comunidade de Entre Rios, cooperados, cooperativa, dando perspectivas às gerações futuras permanecerem em Entre Rios são importantes, pois, culturalmente temos um desafio enorme, porque nos defrontamos com as modernidades tecnológicas, pelas quais a população jovem se interessa (ANTÔNIO, 2011).

⁵³ O nome verdadeiro foi substituído. Antônio (nome fictício) é brasileiro, descendente de alemães. O contato telefônico com o cooperado foi feito no dia 12 de novembro de 2011, e o mesmo preferiu responder às perguntas via e-mail porque estava em trabalho de colheita do trigo e cevada. Antônio retornou com as respostas no dia 17 de novembro de 2011.

Para Karl (2011), no amparo da cooperativa o pequenos produtores cooperados estão em situação economicamente mais confortável em relação aos agricultores familiares não associados a grandes cooperativas. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a agricultura familiar representava 84,4% das propriedades no país, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares (24,3% da área ocupada pelos demais estabelecimentos agropecuários no país):

Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Entre os estabelecimentos que não se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estão também pequenos e médios agricultores, que não se enquadraram na agricultura familiar quer pelo limite de área quer pelo limite de renda, e também as terras públicas (IBGE, 2006).

Políticas públicas foram criadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sob a forma de crédito individual ou de subvenção para equipamentos coletivos. Sobre o assunto merece destaque as palavras de Wanderley (2000):

[...] pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), implantado no Brasil nos anos 90, apesar dos limites conhecidos à sua efetiva adoção, constitui uma expressão desta mudança (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Sabourin (2007, p. 723) salienta que os programas têm beneficiado “sobretudo os agricultores familiares mais dotados de capital e melhor articulados com a rede bancária, essencialmente nos Estados do Sul”. Assim como o autor, considera-se que as políticas para a agricultura familiar precisam ser abrangentes, dando oportunidades a todos os produtores, afinal, os resultados do trabalho apresentado são inquestionáveis: pelos dados do IBGE (2006), em pouca terra e mesmo com dificuldades produz alimentos básicos como mandioca (87% da produção), feijão (70%), milho (46%), leite (58%), suínos (59%), e aves (50%).

Na Cooperativa Agrária, ainda que a maioria dos cooperados da Agrária usufrua de boa estrutura produtiva e condições de produtividade e renda superiores à vivida por agricultores familiares espalhados pelo Brasil, existem cooperados e ex-cooperados vivendo em condições adversas.

Há uma questão embutida nesse direcionamento da cooperativa em produzir grãos, que são as dificuldades enfrentadas pelas novas gerações de cooperados, oriundos das famílias que dividiram as propriedades entre os filhos: com áreas menores, esses não têm condições de produzir as culturas às quais a Agrária se dedica. A esse respeito, a cooperativa analisa algumas alternativas:

[...] a Agrária criou, em 2010, o “Projeto Sustentabilidade” – grupos de cooperados e colaboradores começaram a estudar a viabilidade de diversas atividades. Os grupos analisam as seguintes alternativas: avicultura, condomínio de produção, fronteiras agrícolas, hortifruticultura, ovinocultura, bovinocultura de corte, prestação de serviços, suinocultura e transporte (AGRÁRIA, 2010, p. 26).

A cooperada Maria (2012)⁵⁴, proprietária de uma área de 50 hectares onde planta soja e milho, tendo 34 hectares arrendados para a produção de trigo e cevada, é uma das associadas que demonstraram preocupação com a necessidade de diversificar a produção. A agricultora confirma que já participou de algumas reuniões onde o assunto foi discutido, porém, argumenta que as informações ainda carecem de maior clareza:

Penso que a Agrária poderia implantar outras alternativas para os pequenos produtores. Estamos muito preocupados em diversificar, que é o futuro nas grandes cooperativas. Já participamos de algumas reuniões organizadas pela cooperativa onde se discutiu a implantação de bovinocultura leiteira e de corte, ou suinocultura associada à ovinocultura, porém, vimos que os investimentos são muito altos, em torno de R\$ 1 milhão. No papel é uma boa idéia, mas não temos capital para isso e a cooperativa não deixa claro como iria nos ajudar. Tem uns poucos cooperados que estão iniciando com hortaliças fora do âmbito da cooperativa e estão se dando bem (MARIA, 2012).

Gora (2011) também defende a diversificação da produção. O cooperado argumenta que, embora estejam relativamente capitalizadas, dependendo das oscilações do mercado de *commodities* agrícola, as pequenas propriedades poderão sofrer impactos

⁵⁴ O nome verdadeiro foi substituído. Maria, (nome fictício) é brasileira, descendente de iugoslavos. A cooperada foi entrevistada em sua casa, em Guarapuava, no dia 27 de fevereiro de 2012 em sua residência, em Guarapuava.

negativos caso não tenham alternativas à produção de cereais. Além disso, o acesso às informações e treinamentos nem sempre está ao alcance de todos:

O grande tem mais facilidade de chegar às informações e pode exigir que seus anseios sejam satisfeitos. Já o pequeno não sabe nem como cobrar o que deseja. Por sua vez, a assistência técnica não se esforça para repassar para o pequeno as mesmas informações sobre comercialização, questões ambientais e outras que fazem parte da atividade. O pequeno cooperado se tiver uma queda muito grande da soja, vai ser o mais prejudicado. Seu padrão de vida econômico vai cair e isso pode gerar não o empobrecimento, mas um problema nas relações sociais. [...] O cooperado da Agrária está em melhores condições que outro não associado a ela. Porém, penso que o pequeno também tem que pensar em crescer, e esse *boom* da soja com os preços bons um dia vão terminar. Se a soja é um bom negócio hoje, quem está fora quer entrar, e haverá nova super oferta, conseqüentemente, os preços vão cair. É muito perigoso para uma atividade ficar dependendo de um só produto, que no nosso caso, são os grãos. São vários grãos, mas é preciso diversificar até para que a pessoa seja mais empreendedora (GORA, 2011).

O referido produtor rural cita casos de diversificação no Brasil no estado de Santa Catarina, e no Paraná, principalmente na região Central do estado, como em Castro. Foi por pensar assim que decidiu, por conta própria, experimentar alternativas à produção de cereais, e há três anos está cultivando hortaliças, uma atividade complementar às safras de grãos que, segundo suas estimativas, tem-se mostrado positiva.

Gora planta cebola e beterraba entre as safras de grãos. A cebola, por exemplo, é cultivada no final de julho, aproveitando o espaço entre o trigo já plantado e o preparo para a lavoura de milho no mês de setembro. Sem a participação da cooperativa, a produção das hortaliças depende da figura do atravessador para vender os produtos em grandes mercados, sendo que uma pequena parte abastece o mercado local.

Essa iniciativa, segundo o agricultor nasceu durante visitas que realizou na Europa em junho de 2011, onde a diversificação e a racionalidade dos fatores de produção caracterizam as atividades rurais. Para não terem de adquirir novas máquinas, por exemplo, os agricultores terceirizaram serviços de campo, do plantio à colheita, pois “máquina, terra e a atividade agrícola em si, são negócios e têm de se pagar”.

Em muitos países da Europa está em ascensão a formação de condomínios ou grupo pequeno de produtores, em torno de quatro a cinco, que se unem formando grandes propriedades e dividem os custos e os lucros. Esses condomínios não estão vinculados às cooperativas e crescem de uma forma diferente:

Na Europa, essa é uma estratégia de sobrevivência no futuro. Em uma propriedade visitada, cinco pequenos produtores de leite que não estavam podendo sobreviver na atividade mesmo com a ajuda do governo se uniram e formaram uma grande propriedade. Isso deu tão certo que decidiram montar uma queijaria. Todo leite que produzem vindo de 800 vacas em lactação, é industrializado, criou-se uma marca regional e vende-se queijo para o mundo inteiro. Então esses condomínios para a pequena propriedade são uma grande saída (GORA, 2011).

De acordo com o cooperado, nos locais que visitou, mudaram as visões sobre o cooperativismo, pois até cinco anos atrás muitas das cooperativas se assemelhavam em suas estratégias de ação às do Brasil em que as cooperativas viraram grandes empresas multinacionais a exemplo da Coamo, e da Cooperativa Agrária e Cocamar que estão no mesmo caminho. “Na Europa hoje está se voltando para as pequenas cooperativas e a união de produtores em menor escala, onde se procura trabalhar em conjunto e a pessoa é mais valorizada que os números” (GORA, 2011).

Esse descendente suábio do Danúbio resume a preocupação dizendo que a opção pela produção de *commodities* na Cooperativa Agrária implica na sobrevivência da própria comunidade suábia, pois vê a desconstrução de uma coletividade em detrimento da reprodução e da ampliação do capital.

3.4 As relações de poder em Entre Rios

Durante as entrevistas, uma questão foi ganhando espaço nas conversas. Elas se referem aos conflitos existentes nas relações de poder entre cooperados, ex-cooperados e administrações da cooperativa, desde o início das atividades da Agrária. São questões embutidas nas territorialidades cotidianas em um jogo de relações econômicas, políticas e culturais gerando conflitos:

O poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho, etc. [...] O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas. (SAQUET, 2007, p.32-33).

Entre os principais conflitos estão os de ordem financeira, muitos surgidos em virtude da agricultura ser um setor de grande volatilidade, cercado de riscos causados por fatores naturais climáticos, como estiagens ou secas, geadas, chuvas excessivas, granizo, pragas e doenças na lavoura, resultando em prejuízos financeiros. As chamadas causas naturais são responsáveis por muitas frustração de safras. O setor também enfrenta problemas de quebras de contratos realizados entre a indústria e os produtores para cobrir os custos operacionais de produção ou as oscilações de preços por meio de preços préfixados pelo mercado regulador.

O produtor está exposto ainda aos riscos de não recebimento pela venda a prazo. As instituições financeiras, temendo a inadimplência, se cercam de mecanismos de exigência na concessão de créditos rurais. Sem créditos e em dificuldades, o agricultor não consegue aumentar e melhorar a produção e pagar suas dívidas. Fala-se aqui de um contexto geral, em que os agricultores que produzem em pequena escala enfrentam as maiores dificuldades. O cooperativismo rural foi idealizado no sentido de solucionar tais problemas, fortalecendo principalmente os pequenos produtores e ela filiados, evitando situações de exclusão.

Nesse sentido, o cooperativismo rural permite eliminar os intermediários, aproximando produtores do mercado consumidor, barganhar melhores preços dos produtos ofertados, além de ter possibilidade de diversificar a produção e obter melhores condições de crédito. Bialoskorski Neto (2000), relaciona ainda entre as vantagens do cooperativismo a capacidade de organizar o espaço e aumentar o volume de produção. Com esses procedimentos, o cooperativismo pode gerar renda e a superar momentos de crise.

Entretanto, conforme Rios (2009, p. 33) esse modelo ideal não deve ser visto como “uma solução mágica”. As divergências em torno dos procedimentos administrativos da Cooperativa Agrária demonstram que existe uma fragilidade nas relações sociais que envolvem a gestão cooperativa, formada pela diretoria, conselhos de administração e fiscal e quadro social. A gestão nas cooperativas está relacionada ao seu processo de “crescimento e conseqüentemente, de remuneração do capital investido” (ALVES *et al.*, 2010, p. 5).

Para o cooperado Antônio (2011), o conjunto de ações empresariais adotado pela cooperativa em relação às questões administrativas, financeiras, socioculturais e de assistência técnica está dentro de um nível satisfatório:

Há uma expectativa da construção de novas agroindústrias que poderão permitir a conquista de novos mercados, além da elaboração de projetos bancários para o produtor. A cooperativa facilita a vida financeira do produtor por oferecer vários serviços financeiros e apoio na comercialização dos produtos agrícolas, qualidade de sementes oferecida pelo programa interno de produção de sementes, e me dá segurança e a assistência técnica imparcial de de qualidade (ANTÔNIO, 2011).

Por outro lado, Gora (2011), afirma que há um estreecimento nas relações entre os membros da comunidade suábica. Esse processo, na opinião dele, pode ter começado com a incessante busca por ampliação das áreas de plantio, o que concorre para a concentração fundiária em Entre Rios.

A concentração de terras por parte dos grandes cooperados tem levado os pequenos a arrendarem ou mesmo, venderem suas propriedades. Isso não significa o empobrecimento de alguns cooperados, mas uma redução no padrão de vida de luxo a que muitos estavam acostumados. “O problema maior é o afastamento das atividades do campo e a migração para outras atividades, como a de prestação de serviços, ou para outros centros produtores, e isso pode estar desagregando a identidade da comunidade suábica”, teme Gora (2011), uma vez que essa identidade territorial do grupo de suábios, ou seja, a dimensão simbólica que os imigrantes e descendentes atribuem a esse espaço que é a comunidade de Entre Rios esteja em risco.

O referido agricultor explica que assistência técnica e financeira, fatores que acabam diferenciando o cooperado da Agrária de outros agricultores não associados, requer mais atenção para que o futuro da cooperativa não seja comprometido. Ele se refere ao terreno das territorialidades de ordem política, no caso, de uma política de gestão da cooperativa frente às relações que mantém com os cooperados:

Comercialmente, vejo que todos somos tratados de forma igual, mas há algumas dificuldades para obtermos informações na assistência técnica, como uso legal da mata. A lei é muito complicada e a gente nem sempre sabe o que fazer. A escolha pelos cereais é uma decisão de todos porque, plantar arroz, trigo, milho, cevada e o soja é o melhor para nós, mas tem gente que está plantando feijão e batata fora da cooperativa. Outros, tentam os suínos e se a cooperativa apoiasse poderiam ter mais segurança. Isso deixa as pessoas meio insatisfeitas. Apesar da diretoria atual ter acertado a vida da cooperativa, poderia dar lugar a pessoas com novas idéias, com um jeito diferente de administrar que satisfaça a todos (GORA, 2011).

Sobre processo sucessório, Gora (2011) negou ter pretensão ser candidato à presidência da Agrária, mas avaliou que é preciso haver alternância de poder na

cooperativa. Lembrou que Mathias Leh ocupou o cargo por quase 30 anos, realizou uma administração eficiente, mas não preparou sua sucessão que ocorreu de forma abrupta por ocasião do seu falecimento. “A diretoria atual levantou a cooperativa, porém deu um enfoque mais comercial. Passados 12 anos dessa gestão, está na hora de pessoas novas assumirem e retomarem o enfoque social, equilibrando as formas de ação”.

O Plano Real provocou mudanças na economia do país, e endividamento de muitos cooperados, como o pai de Maria (2012). A cooperada afirma que a situação da família poderia ter ficado difícil após o falecimento do pai “se não houvesse o apoio dos serviços de comercialização, assistência técnica, armazenagem, e oferta de bons preços pagos pela cooperativa na entrega dos produtos”.

Filiada à cooperativa há cerca de seis anos, a cooperada conta que vem conseguindo equilíbrio financeiro, mas lamenta o fato de filhos de outros pequenos cooperados estarem deixando a atividade por conta da falta de perspectivas de crescimento, ou por dificuldades financeiras da família, “procurando outras formas de sobrevivência fora da colônia, ou mesmo, em outras cidades e países” (MARIA, 2012).

Foram encontrados cooperados e ex-cooperados relatando dramas vividos especialmente a partir da década de 1990. Para o cooperado José (2012)⁵⁵, os problemas da Cooperativa Agrária são de ordem da governança coporativa, ou seja, o conjunto de processos que envolvem políticas, leis, normas e regulamentos que determinam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada. Ele considera que os problemas administrativos na Cooperativa Agrária foram transcorrendo e aumentando ao longo dos anos.

José (2012), que hoje encontra-se inativado, ou seja, possui matrícula mas não mais exerce a atividade agrícola, revela que chegou à beira da falência. Seus problemas começaram como muitos outros, principalmente entre 1994 e 1999, período em que cooperativa e cooperados haviam acumulado grande endividamento. A época foi marcada pela grande crise financeira, e foi agravada pelo processo de transição de gestão na Cooperativa Agrária envolto em muito celeuma:

Eu era pequeno produtor que não crescia por não me dar ao luxo de me endividar. Sempre mantive a situação controlada, inclusive no período de 1990. Quando fiz parte do Conselho fiscal cheguei a ter 200 hectares, sendo a maior parte arrendada porque eu não tinha dinheiro para tanta

⁵⁵ O nome verdadeiro foi substituído. José (nome fictício) é brasileiro, descendente de iugoslavos. Entrevistamos o cooperado no dia 8 de maio de 2012, em seu local de trabalho, na cidade de Guarapuava.

terra. Acabei saindo do conselho por discordar da forma como a cooperativa vinha sendo conduzida. Aí fiquei totalmente desamparado. Fiquei sem meu pró-labore, insumos e plano de saúde. Fui chamado para penhorar os bens. Foi a gota d'água para eu me desligar da cooperativa. Depois, fui chamado para negociar as dívidas cujos juros eram muito altos. Tive que me desfazer de máquinas que não eram novas, mas estavam em bom estado, para poder alimentar minha família. Era um dos poucos cooperados cuja dívida não era significativa, mas fui desativado por uma dívida de R\$ 35 mil, que em agricultura é pouco (JOSÉ, 2012).

O entrevistado conseguiu manter a propriedade da fazenda até 2011, mas perdeu a terra que havia sido penhorada. Em 2012, o entrevistado conseguiu saldar a dívida com a cooperativa, “que ao final havia saltado para cerca de R\$ 190 mil” (JOSÉ, 2012). Atualmente, José atua em outro segmento econômico. Na visão do entrevistado, questões de ordem política também influenciaram as relações sociais na cooperativa. Desde o início da atual gestão, ele acompanhou as principais demandas em relação à diretoria anterior, acusada de má administração, que “de fato, o presidente não estava agindo corretamente, mas o problema era anterior a ele”. Ainda na versão dele, a maioria das gestões da cooperativa vem provocando distanciamento do princípio da gestão democrática e criando “um ambiente institucional predatório onde um grupo de grandes cooperados engole os pequenos, centraliza o poder e toma as decisões, beneficiando alguns e não a massa cooperada”. João, José e Manoel compartilham do mesmo pensamento de que os diretores agem como se fossem donos da cooperativa.

Friedrich (2005) tem uma versão diferente de alguns entrevistados, sobre o endividamento ocorrido na cooperativa. Segundo ela, faltou controle de gastos por parte de alguns cooperados:

A cooperativa era proprietária dos postos de gasolina (em cada colônia existia um), além do supermercado, hospital, etc, conseqüentemente, ela oferecia crédito aos cooperados que podiam comprar tudo e jogar na conta safra para pagamento posterior. Até a compra de veículos de passeio era financiada pela conta safra. Esse descontrole levou muitos agricultores à financeiras, os quais, anteriormente, tiveram seu capital avaliado em milhões, pois a maioria tinha vários implementos agrícolas e terras. Essas pessoas geralmente são homens de meia idade, em torno de 47 anos, com dois a três filhos já em idade adulta, alguns cursando faculdade, que perderam tudo e não mais têm condições de cuidar da inadimplência e muitos tiveram que se desfazer de seus bens para pagar as dívidas [...]. Entre os descendentes alemães existem pessoas com sérias dificuldades [...]. (FRIEDRICH, 2005, p. 114).

A conta-safra a que se refere a autora, é uma conta credora dos cooperados por ocasião da entrega dos cereais na cooperativa, os quais vão retirando esse valor em

insumos, sementes, combustíveis e dinheiro para pagar empregados e outras despesas ao longo do ano. Friedrich (2005, p. 114) afirma que “antes do ano de 2000, tais retiradas eram feitas sem controle, o que resultou em muitos saldos negativos” .

Filho de ex-cooperados, Manoel (2012)⁵⁶ trabalha em outra área e não pratica atividades agrícolas, mas vivenciou os problemas do pai e dos irmãos. Ele expõe que a família enfrentou grandes dificuldades financeiras decorrentes de safras perdidas entre os anos de 1997 e 1998, sendo obrigada a se desfazer de parte da propriedade de 130 hectares que possuía na área chamada de Taguá I⁵⁷:

O objetivo inicial da fundação da cooperativa era social e cultural. Meu pai faleceu em 2003. Meu irmão mais velho faleceu aos 53 anos com depressão diante de tantos aborrecimentos. As dívidas foram pagas e as atividades foram encerradas. Faltou apoio da cooperativa para que meus irmãos continuassem as atividades (MANOEL, 2012).

Nas palavras de Bialoskorski Neto (2002), é comum as cooperativas divulgarem que o foco de suas ações é social, incluindo nível satisfatório de renda de todos os cooperados e posse igualitária da terra. Contudo, o mesmo autor acrescenta que é a eficiência econômica que determina o bom desempenho social da cooperativa. Tal pensamento faz supor que a busca pelo lucro, muitas vezes se sobrepõe aos interesses sociais nas cooperativas.

João (2012)⁵⁸ é ex-cooperado. Com menos de dois anos de idade veio da Europa, e aos 23 anos assumiu os negócios junto com a família, ante o falecimento do pai. O agricultor filiou-se à Cooperativa Agrária em 1971, foi membro do Conselho Fiscal e orgulha-se em ter contribuído com o crescimento da cooperativa. Em seu ponto de vista dele, todas as cooperativas têm problemas e a na Agrária não é diferente. Na opinião dele, a origem dos problemas na Cooperativa Agrária Agroindustrial são “formas de tratamentos desiguais motivados por interesses econômicos”:

⁵⁶ O nome verdadeiro foi substituído. Manoel, nome fictício, é brasileiro filho de iugoslavos. A entrevista foi concedida à autora no dia 11 de maio de 2012, em sua residência, em Guarapuava.

⁵⁷ Taguá I era uma das áreas destinadas à chamada de “reforma agrária”. O projeto dessa reestruturação fundiária também incluía outras áreas chamadas de Taguá II, III, Cachoeirinha e Três Capões.

⁵⁸ O nome verdadeiro foi substituído. João (nome fictício) é austríaco. Foi entrevistado pela autora no dia 19 de maio de 2012, em Guarapuava.

No começo, a cooperativa foi muito boa: todo mundo se ajudava. Todos se uniram e começaram a construir. Éramos todos iguais. Não existia diferença entre pequenos, médios e grandes cooperados. Ninguém tinha dinheiro. Infelizmente, não existe uma cooperativa no Brasil que atue como tal: hoje, as cooperativas têm uns dez, quinze cooperados ricos que dominam tudo. Os pequenos só trabalham para pagar dívidas (JOÃO, 2012).

O ex-cooperado lamenta o fato de ter sido “expulso” por causa de dívidas. Na verdade, o processo de exclusão de um cooperado está previsto nos estatutos das cooperativas. De acordo com Alves *et al.*, (2010, p. 12) há quatro fatores que podem levar à exclusão quais são “por dissolução da pessoa jurídica; por morte do próprio associado; por incapacidade civil e, por deixar de atender aos requisitos de ingresso ou permanência na sociedade”. O associado pode ainda deixar de fazer parte da cooperativa se pedir afastamento, que poderá ser negado caso esteja em débito com suas obrigações, ou ser eliminado quando comete “infração legal”, cabendo à diretoria comunicar essa decisão em um prazo de 30 dias. No período de trâmite do processo, o associado fica afastado até a decisão e aprovação em assembleia.

Conforme determina a legislação cooperativista, bem como por Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o estatuto social é um conjunto de normas padronizadas que regem as funções, os atos e os objetivos das cooperativas. Da elaboração dessa norma devem participar os associados, mas nas cooperativas agropecuárias o estatuto pode ser diferenciado para atender as necessidades dos cooperados. Em seu artigo 21º, a Lei do Cooperativismo obriga as cooperativas, entre outras coisas, a apresentar “a natureza da responsabilidade dos associados; direitos e deveres dos cooperados; condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados” (ALVES *et al.*, 2010, p. 13).

Segundo João (2012), a cooperativa alegou que ele possuía uma dívida de R\$ 600 mil, que o ex-cooperado contesta na justiça. Como os demais cooperados e ex-cooperados que enfrentaram dificuldades, João se mostra inconformado com ações da cooperativa:

Como eu era fiel à cooperativa, na última safra entreguei toda minha produção. Foram 10 mil sacas de soja e 7 mil sacas de milho, que juntas somavam R\$ 400 mil. Eu ia ficar devendo R\$ 200 mil e conseguiria pagar tranquilamente, além do que, o governo havia lançado o Recoop. Porém, na época, a cooperativa não entrou nesse programa. Fizeram uma securitização interna em que os cooperados, em torno de uns 100, que tinham dívidas para pagar em cinco, dez e 15 anos, se comprometiam a

entregar a saca de soja para a cooperativa a US\$ 8 dólares durante dez anos, quando na época a cooperativa já negociava com o mercado a venda da saca de soja a R\$ 30 dólares. Tem gente pagando dívidas até hoje entregando soja a US\$ 8 dólares. A cooperativa requereu minhas terras. Entrei na justiça. Durante 14 dias eu só tinha pão com manteiga para comer de manhã, de tarde e de noite e, algumas vezes, passei fome mesmo. Já tinha minha família, filhos e netos. Daí, fui procurar serviço, mas só que eu tenho quatro anos de ensino primário. Naquela época só havia escola em Guarapuava e, faculdade em Ponta Grossa, Curitiba. Consegui arrumar um trabalho de motorista de caminhão e assim sobrevivi durante três anos (JOÃO, 2012).

O entrevistado revela que em primeira instância não obteve êxito na ação impetrada contra a Cooperativa Agrária, perdendo as terras, uma área de 140 hectares que obteve nos anos de 1970, por ocasião da reforma agrária interna. A fazenda, (Figura 13) situa-se nas proximidades do município de Pinhão, na mesorregião Centro-Sul paranaense, na área denominada Fazenda Taguá I, que na época do projeto alojou 14 cooperados, sendo que cada um recebeu 100 hectares para plantio, e mais 40 hectares de banhados e mata.



Figura 13: Fazenda Taguá I, área que serviu de palco da chamada “reforma agrária” da cooperativa. Fonte: GUTFREUND (2012).

Depois de cinco anos a justiça decidiu em favor da causa de João, e ele readquiriu a propriedade onde planta milho, soja e feijão. O ex-cooperado pretende ainda requerer as quotas-partes, a propriedade individual (privada) de cada cooperado sobre a cooperativa, e que pode ser retirada nos casos de demissão, eliminação ou exclusão (ALVES *et al.*, 2010, p. 13). “Funcionava assim: se eu entregava mil sacas de soja, 1% ia para as quotas-parte.

Esse valor a cooperativa aplicava em construção ou ampliação. Quando eu saí da cooperativa há 12 anos, tinha R\$ 750 mil de quotas-parte” (JOÃO, 2012).

A partir desses diálogos percebeu-se que, a questão econômico-financeira, centro dos conflitos na Cooperativa Agrária, desencadearam problemas de ordem simbólico-cultural. Para os entrevistados, a cooperativa representa ou representava o espírito de coletividade e de união bem expressado por João (2012), quando ele diz “a gente se identificava com a comunidade, porque havia um sentimento de pertencer a esse grupo, e a cooperativa era esse elo entre todos nós”.

E, em decorrência dos seus modos de produzir e se relacionar, a Cooperativa Agrária Agroindustrial alterou o cotidiano no distrito de Entre Rios. A cooperativa faz parte de um contexto social, e se observar o princípio cooperativista de preocupação com a comunidade, deve garantir a sustentabilidade da comunidade no entorno. Isso pressupõe a participação efetiva em ações que se revertam em qualidade de vida para a população, neste caso, do distrito de Entre Rios.

Ao se territorializar no distrito de Entre Rios, a Cooperativa Agrária Agroindustrial se apropriou do espaço moldando a paisagem conforme seus interesses de posse e domínio do território. Em suas dinâmicas de expansão econômica, cujo foco central é a terra (Figuras 14 e 15), a cooperativa foi no meio rural de Guarapuava, agente do projeto desenvolvimentista que ocorria no país.





Figuras 14 e 15. Propriedades rurais nas colônias de Entre Rios ocupam extensas áreas com a produção de cereais.

Fonte: KAMINSKI (2012).

Nos discursos legitimadores do poder, a imprensa⁵⁹ associa a chegada dos suábios do Danúbio, e conseqüentemente, a instalação da Cooperativa Agrária em Guarapuava, ao progresso regional representado pela criação de infraestrutura de estradas, abertura de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais como serrarias, além de construção de casas, igrejas, escolas e hospital.

Segundo Silva (2007, p.74), a partir da “modernização dos sistemas produtivos”, a tecnologia chegou aos campos pelas mãos dos imigrantes e dos programas de incentivo dos governos federal e estadual. O distrito de Entre Rios, antes da cooperativa, era relegado a uma área rural sem representatividade na economia local e estadual.

O distrito apresenta uma infraestrutura semelhante a uma pequena cidade com ramos do comércio e serviços, escolas de ensino fundamental e médio, privada e a pública, atendimento de saúde dotado de um hospital e posto de saúde, e setores de segurança como

⁵⁹ A Cooperativa Agrária tem ocupado espaço na imprensa estadual, a exemplo de “**Antes e depois da Agromalte: Entre Rios e o atual nível de desenvolvimento**” (JORNAL REDE SUL DE NOTÍCIAS, 2012), disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=40360>>, >, e “**Governo confirma Ambev no PR**” (JORNAL GAZETA DO POVO), disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1149335>>.

posto policial e de corpo de bombeiros. Muitas casas dos suábios do Danúbio (Figura 16), atraem as atenções dos visitantes, mas pouco lembram as casas modestas construídas nos primeiros anos da imigração, em regime de mutirão.



Figura 16. Há residências no distrito inspiradas na arquitetura europeia, e outras atraem pelo tamanho.

Fonte: KAMINSKI (2012)

Entre Rios é divulgado como roteiro turístico, porém, na prática, o potencial é pouco explorado. O distrito possui o Museu Histórico de Entre Rios que passou por obras de reforma em 2012, e tem um acervo composto por centenas de fotos, documentos e objetos de época, contando sobre a saga dos suábios do Danúbio desde o século XVIII, na Alemanha, até sua imigração para o Brasil, e é claro, o surgimento da Cooperativa Agrária.

Na área gastronômica, pequenos restaurantes e cafeterias com comidas típicas dos suábios do Danúbio oferecem qualidade nos serviços e produtos. Por outro lado, não há boa estrutura de hospedagem, limitando-se a um número pequeno de pousadas.

A Cooperativa Agrária Agroindustrial (2011) destaca que sua parcela de contribuição ao distrito não foi apenas na área da estrutura produtiva, e divulga ações promovidas nas áreas sociais, de responsabilidade social, educacional e de saúde, além de apoio à cultura e ao esporte. Merece destaque entre as ações o apoio aos serviços de saúde. O Hospital Semmelweis é uma das organizações pertencentes à Fundação Semmelweis, uma coligada ao Grupo Agrária. De acordo com o Relatório Anual (AGRÁRIA, 2011,

p.61), “os repasses da Cooperativa à Fundação Semmelweis chegaram a R\$ 1,1 milhão”. Os voluntários da entidade promovem anualmente eventos em prol do hospital. Em consulta ao Ministério da Saúde (BRASIL, MS, 2012), confirmamos que o Hospital Semmelweis é caracterizado como uma unidade de caráter privado sem fins lucrativos, que também presta atendimento de urgência, ambulatorial e de internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na área de apoio ao esporte, em 2011 a Cooperativa Agrária tornou-se uma das principais patrocinadoras do futebol de salão de Guarapuava, o Clube Atlético Deportivo (CAD). É oportuno lembrar que o patrocínio ao esporte é uma estratégia de marketing das mais positivas em termos de visibilidade empresarial.

No setor educacional, a cooperativa também deu contribuição. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (PARANÁ, SEED, 2012), o distrito possui o Colégio D. Pedro I, que iniciou as atividades pedagógicas no dia 17 de fevereiro de 1989, nas dependências do prédio da Associação de Educação Agrícola Entre Rios, cedido pela Cooperativa Agrária Entre Rios:

O Colégio Estadual D. Pedro I surgiu da necessidade de continuidade de estudos dos jovens de Entre Rios, que concluíam o 1º Grau na Escola Municipal Francisco Peixoto Lacerda Werneck e não tinham onde fazer o 2º Grau, pois a única escola em Entre Rios com esta modalidade de ensino, era o Colégio Imperatriz D. Leopoldina, escola particular e diurna. Sendo esses jovens oriundos de famílias menos privilegiadas, onde a necessidade de trabalhar acontecia muito cedo, ansiavam pela criação de um colégio noturno, onde pudessem continuar seus estudos e atender as necessidades familiares de subsistência (PARANÁ, SEED, 2012).

Em 1992, o colégio passou a oferecer o Curso de 2º Grau Noturno. Em 1994, com a estadualização do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries que era oferecido pela Escola Municipal Francisco Peixoto Lacerda Werneck, o D. Pedro I foi autorizado a iniciar essas atividades pedagógicas também durante o dia. Em 1997, em terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal de Guarapuava da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios e doado ao Estado do Paraná, o prédio do colégio foi inaugurado. O ensino de 1ª a 4ª séries continuou com as escolas municipais Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Escola Municipal Princesa Isabel, além do Centro Municipal de Educação Infantil, para crianças com idade a partir de cinco anos.

Na área social, a Cooperativa Agrária desenvolve o Programa Agrária de

Integração Solidária (PAIS) considerado pela cooperativa como “uma das principais ações de responsabilidade social” (AGRÁRIA, 2011, p. 59-60). O programa envolve os funcionários em ações assistenciais como campanhas de agasalhos e de alimentos a entidades beneficentes. Na visão de Márcio Sequeira (2012), presidente da Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios (ACENDER), as ações se dirigem a uma população onde aproximadamente “7.500 pessoas são consideradas de baixa renda e com baixo ou médio grau de escolaridade” (SEQUEIRA, 2012). Dos 10.441 habitantes de Entre Rios (BRASIL, IBGE, 2010), 2.500 são suábios do Danúbio, segundo o presidente da entidade.

Friedrich (2005) salienta que a Cooperativa Agrária recebeu algumas premiações por ações sociais como o prêmio, “Responsabilidade Social”, da Revista Globo Rural em parceria com a OCB e Associação de Senhoras de Entre Rios (ABSER). Um dos projetos é de um bazar de roupas usadas, em que cooperativa patrocina o pagamento de duas funcionárias e o aluguel de uma sala. As peças vêm da Alemanha ou de eventos beneficentes. Também é feita doação de cestas básicas.

Todavia, constatou-se que Entre Rios requer mais que ações filantrópicas. O aumento do número de moradores e suas necessidades básicas foram crescendo, à medida que a industrialização foi sendo orquestrada pela cooperativa. Tais iniciativas da Cooperativa Agrária amenizam, mas não resolvem sozinhas os problemas sociais existentes no local. A qualidade de alguns serviços públicos é precária.

No final da década de 1970 foi implantado o sistema de abastecimento de água e esgoto Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Entretanto, se por um lado o serviço de abastecimento de água atinge praticamente todos os moradores de Entre Rios, o de tratamento do esgoto sanitário atende parte da população, pois, “as demais colônias que já tinham projetos e verbas garantidas para receberem rede de coleta de esgoto doméstico, não foram contempladas com tais obras” (SEQUEIRA, 2012). Os dados da SANEPAR, confirmam as informações do presidente da ACENDER, conforme figura 17.

LIGAÇÕES DE ESGOTO		Índice de atendimento com rede coletora de esgoto
Cidade Área Urbana de Guarapuava	27.067	65,35%
Área Urbana da Palmeirinha	0	0,00%
Área Urbana de Entre Rios(Colônia Vitória)	882	60,12%
Área urbana de Entre Rios (Colônias Samambaia, Jordãozinho), Cachoeira, Socorro, Vila Machado, Leal e Degail	0	0,00%
Área urbana de Guairacá	0	0,00%
Área urbana de Guará	0	0,00%
Vila Cury	0	0,00%
Vila Rural Maria das Dores	0	0,00%
Invernada Fazendinha	0	0,00%

Figura 17: Índice de atendimento da rede de esgoto em Guarapuava, incluindo o distrito de Entre Rios.

Fonte: SANEPAR (2011) – Índice de Atendimento. Organizado por KAMINSKI (2012).

Os problemas aumentam em determinados períodos, como de chuvas intensas que causam alagamentos. As inundações afetam principalmente as áreas periféricas da colônia Vitória, as chamadas “vilas dos brasileiros” (Nova Esperança, São João, Lemler, Machado e Degail), as quais na descrição de Silva (2007, p. 98), são formadas por “remanescentes de escravos (não africanos, mas originários de São Paulo, Curitiba, etc. e por crioulos – filhos de escravos) e luso-brasileiros”⁶⁰.

É possível encontrar nas vilas (Figura 18) desde casas modestas com água e energia elétrica, a barracos sem nenhuma infraestrutura. Há ruas pavimentadas e moradias no meio delas, erguidas de maneira totalmente irregular, com manilhas expondo esgoto a céu aberto e córregos sem canalização. Também encontramos lixo espalhado sobre o que deveriam ser passeios.

⁶⁰ É comum ouvir essas vilas serem chamadas de “favela”, mas é arriscado afirmar que esses fatores caracterizam esse tipo de ocupação como favela, pois existe uma imprecisão do conceito. Em Valadares (2005), o termo é associado à Guerra de Canudos, em 1897, quando soldados que regressaram do confronto não receberam o soldo. Em dificuldades foram morar em construções provisórias no Morro da Providência. Um desses morros chamava-se Morro da Favela, que recebeu tal nome por causas da planta favela que encobria o lugar. “Favela” passou a designar habitações improvisadas e sem infraestrutura. O IBGE, por exemplo, define favela como “agrupamentos de 50 ou mais domicílios ocupando densa e desordenadamente o espaço sem a existência de títulos de propriedade” (IBGE, 1996).



Figura 18: Uma das vilas existentes no distrito de Entre Rios, a poucos metros das unidades industriais da Cooperativa Agrária Agroindustrial.
Fonte: KAMINSKI (2012).

Os problemas infraestruturais de Entre Rios mobilizaram a população à buscar uma conjugação de forças desde 2007, quando um grupo foi organizado para reivindicar melhorias. Em 2011 foi criada oficialmente uma organização política que é ACENDER, com sede na Vila Nova Esperança, na colônia Vitória, abrangendo todo o distrito. Sequeira⁶¹ (2012) disse que a ACENDER foi criada para “propor projetos, reivindicar, protestar de forma organizada e pacífica, cobrar e denunciar irregularidades do poder público e da iniciativa privada, que afetem a qualidade de vida dos moradores”:

⁶¹ O presidente da ACENDER foi entrevistado pela autora no dia 1º de junho de 2012, via e-mail.

A ACENDER Foi criada pela reunião de alguns moradores mais antigos que, indignados pela situação de abandono do Distrito pelo poder público municipal, decidiram iniciar uma mobilização de todos os moradores e demais associações do Distrito, por isso se caracteriza como uma associação central. [...] A ACENDER é aberta a todo e qualquer morador (sem distinção de origem étnica, religião e classe social), independente de ser formalmente associado, e assim como entidades locais, todos podem participar da ACENDER com reivindicações, sugestões e propostas, denúncias, voluntariado ou doação financeira. A ACENDER é suprapartidária, sem qualquer vínculo com partidos, mas cobra de todos os agentes políticos melhorias e benfeitorias para o Distrito (SEQUEIRA, 2012).

Sequeira (2012) aponta ainda inúmeras carências no distrito. No setor rodoviário, por exemplo, o governo paranaense asfaltou em 1978 o trecho da PR-540 que liga o distrito e a cidade de Guarapuava, e adentra as colônias. O escoamento das safras pelo tráfego pesado e intenso de máquinas e caminhões carregados com a produção agrícola em direção ao porto de Paranaguá, foi avariando as estradas rurais e urbanas, e falta manutenção das vias por parte da prefeitura. Há ainda problemas na área de segurança; de atendimento em saúde; de ciclovias devido ao intenso tráfego de bicicletas nas margens da rodovia PR-540; e de asfalto (algumas ruas das colônias ainda são de terra); de parque de máquinas para o distrito para obras locais e conservação das vias urbanas e rurais; de vagas e/ou novas creches municipais, já que a demanda é de 180 crianças sem acesso à educação infantil; de apoio do poder público municipal a projetos criados pela comunidade, além de falta de conservação do patrimônio público, incluindo limpeza de canteiros nas vias e praças municipais dentro do distrito por parte da prefeitura.

A Cooperativa Agrária não pode ser responsabilizada pelos problemas sócioeconômicos em Entre Rios, mas é vista como vilã no imaginário social. O diretor-presidente da cooperativa justifica que o aumento no número de moradores nas vilas do distrito com o conseqüente crescimento dos problemas de infraestrutura do lugar, pode estar relacionado à busca por trabalho:

Isso é comum. Já fomos visitados por uma comissão europeia que nos questionou como explicávamos tanta pobreza de um lado e riqueza de outro. Explicamos sempre que não fomos nós que criamos essa situação. Essas pessoas vieram para cá em busca de empregos. Quando a Agrária anuncia uma vaga dezenas de pessoas surgem e não há como absorver todo mundo, pois a maioria não tem qualificação. Como a cooperativa está crescendo, muitas pessoas de outras regiões migram para Entre Rios sem mesmo se certificar da existência de vagas (KARL, 2011).

Karl (2011) diz que na área administrativa e operacional há boa demanda de trabalhadores que residem em Entre Rios e Guarapuava. A Cooperativa Agrária divulga que gera em torno de 1.000 empregos diretos em suas unidades administrativas e agroindustriais, e indiretos a exemplo das atividades campeiras, em trabalhos domésticos nas fazendas dos cooperados, entre outros. Contudo, esse universo é pouco significativo. Dos cooperados entrevistados, apenas Antônio (2011), possui em torno de 50 empregados. Quanto aos demais, quando a mão-de-obra não se limita à família, o número de funcionários não passa de cinco. As máquinas substituem os postos de trabalho.

O setor de recursos humanos da cooperativa, segundo Karl (2011) é criterioso na seleção de candidatos, e muitas vezes, não encontra na região o perfil profissional para funções específicas que procura:

Investimos muito em treinamento e capacitação para nossos colaboradores, e já ofertamos cursos para a comunidade, mas muitas pessoas não têm vontade porque existem os programas sociais como Bolsa Família, Seguro Desemprego, então, por quê trabalhar? (KARL, 2011) .

Nos termos do diretor-presidente, a má distribuição da renda no país não é colocada como condicionante da pobreza. Ainda que mereça críticas sobre os objetivos de marketing político e seus efeitos compensatórios, alguns programas sociais do governo federal buscam reduzir as desigualdades, mas dependem da sociedade, principalmente da iniciativa privada para que atinjam os objetivos.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012), um exemplo é o de Geração de Renda, do Ministério da Assistência Social (MAS). Segundo o relatório da OIT, o programa objetiva promover ações que possibilitem a inserção das pessoas no mercado de trabalho, o aumento da produção e da produtividade, a ampliação dos trabalhos executados por cooperativas comunitárias e outros sistemas associativistas, abrindo frentes de trabalho compatíveis com a vocação econômica local ou regional. Visam, igualmente, a realização de pesquisa de mercado, respeitando o meio ambiente, a idade laboral das pessoas e as potencialidades individuais dos segmentos a serem beneficiados. Entre os objetivos específicos do projeto :

[...] implementar oficinas de trabalho, dotando-as de equipamentos, material e outros instrumentos necessários à melhor qualificação da produção; - construir e revitalizar unidades físicas, para instalação e melhoramentos de oficinas de capacitação e empresas comunitárias; - criar ações na zona rural que visem a atender à produção à transformação e ao beneficiamento de alimentos, capacitando e incentivando os pequenos produtores, principalmente em áreas de expulsão de mão-de-obra; - possibilitar iniciativas que utilizem matéria-prima da região e absorvam recursos humanos da própria comunidade; - criar condições para inserção das famílias capacitadas no mercado de trabalho, bem como viabilizar meios para a comercialização dos produtos por elas gerados; - apoiar iniciativas de qualificação/atualização/requalificação profissional quando consideradas como etapa do processo de geração de renda, quando previstas no processo de implantação de unidades produtivas ou quando a mão-de-obra capacitada for absorvida pelo mercado local; - apoiar técnica e financeiramente microunidades produtivas, visando a dar oportunidade a usuários que dominem o “saber e fazer” - inclusive os étnicos e culturais - de atividades lucrativas; - implantar centros de comercialização e produção (OIT, 2012, p. 59).

Os Projetos de Geração de Renda devem ter como eixo central da ação as famílias em situação de vulnerabilidade social, pessoal e de entorno e serem acompanhados de estudos e diagnósticos sobre a vocação/potencialidade econômica e a viabilidade de produção e absorção dos bens, produtos e serviços a serem gerados. A partir dos 18 anos, os jovens também são amparados pelos programas que devem estar articulados com ações e programas desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda, bem como apoiar as comunidades na agregação de valores aos produtos e serviços, além da implementação de planos de desenvolvimento de manejo local sustentável. Projetos e ações que incentivem a estruturação e a organização da produção de modo associativista ou cooperativista têm prioridade de atendimento.

Os grandes empreendimentos cooperativos, como a Cooperativa Agrária, podem participar de maneira mais efetiva da minimização do aspecto negativo da “modernização” que, particularmente no Paraná, por conta da intensificação das tecnologias agrícolas ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980, provocou dispensa de mão de obra do campo” (GUARAPUAVA,PMG, 2010, p. 18).

Segundo o IPARDES (2010), em Guarapuava, as atividades econômicas da agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca, representam apenas 2.648 empregos, perdendo para a administração pública e para o comércio que lidera em número de empregos.

Diante dos fatos questiona-se quais são as ações que a cooperativa tem desenvolvido na qualificação de mão-de-obra, no sentido de colaborar com a redução do

desemprego no distrito? À pergunta, o presidente responde que “alguns cursos foram ofertados, mas houve pouca procura” (KARL, 2011). Anton Gora (2011) discorda dessa afirmação:

Hoje, a Agrária se preocupa mais em qualificar seus funcionários e não tanto o entorno, mas já cuidou da questão social. Parece que houve alguma iniciativa de preparar mão-de-obra em um projeto em parceria com a Alemanha, mas não progrediu e isso realmente falta em Entre Rios. O lado negativo nas estratégias da Agrária é exatamente optar por produzir grãos, cuja absorção de mão-de-obra é mínima. Já o poder público é ausente em políticas de geração de emprego e renda no distrito (GORA, 2011).

Oliveira (2007) ilustra a questão sobre a estrutura e as relações de trabalho do campo brasileiro, apontando que há uma reordenação territorial:

Assiste-se hoje, no Brasil, simultaneamente, o aumento do trabalho assalariado e do trabalho familiar no campo. Contraditoriamente, são as duas faces estruturais do campo no país, pois nele se encontra não só o aumento, como também o predomínio quase que absoluto do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos com mais de 1.000 ha. Inversamente a esse processo, tem-se o aumento e o predomínio do trabalho familiar camponês nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Ao fazer correlação entre o trabalho e a reordenação territorial, Oliveira (2007) remete a outro aspecto que é o caráter concentrador da terra na estrutura fundiária brasileira. Silva (2007) destaca Guarapuava na concentração fundiária do Paraná:

No distrito de Entre Rios, essa concentração é ainda maior. Cinquenta e dois por cento de seus moradores proprietários são donos de propriedades com 200 ou mais hectares. Com propriedades abaixo de 50 hectares se encontram apenas 17% dos proprietários. Mas esse percentual não se refere somente as terras do município de Guarapuava, já que os mesmos possuem terras fora do município (SILVA, 2007, p. 86).

Para Abreu (1986, p159), a Cooperativa Agrária participa desse processo no sentido de que as técnicas que introduziu na agricultura provocaram “competição” entre agricultores e pecuaristas que aqui atuavam e expandiram suas propriedades. Silva (2007, p. 74) evidencia também, que ocorreu a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes, “em função das substituição da agricultura tradicional e da pecuária, em parte, pela agricultura capitalista consolidando o processo de revalorização das terras e sua

concentração”. A prefeitura (GUARAPUAVA, PMG, 2011) reconhece que há concentração exacerbada de terras, um dos maiores entraves para o desenvolvimento agrícola e a economia brasileira (Figuras 19 e 20).

EXTRATOS (em ha)	TOTAL DE PROPRIEDADES		ÁREAS EXPLORADAS	
	Número	%	h.a.	%
0 a 10	1865	27,85	9.032	1,5
10 a 25	1871	27,94	32.074,60	5,32
25 a 50	1163	17,36	42.050,50	6,98
50 a 100	727	10,85	50.907,00	8,45
100 a 500	865	12,91	182.145,00	30,22
500 a 1000	117	1,74	81.212,10	13,47
1000 a 10000	87	1,29	183.747,20	30,48
Acima de 10000	1	0,01	21.600	3,58
TOTAL	6696	100	602.768,40	100

Figura 19: Estrutura Fundiária do Município de Guarapuava.

Fonte: Guarapuava - Plano Municipal de Saneamento Básico (2011). Organizado por KAMINSKI (2012).

CATEGORIA DO IMÓVEL	NÚMERO	%	HA	%
Minifúndio	3.181	47,5	30.102,30	4,99
Empresa Rural	932	13,91	183.999,10	30,53
Lat./Expl.	2.527	37,73	366.432,20	60,79
Lat./Dim.	1	0,01	21.600,00	3,58
Não classificados	55	0,82	635,4	0,01

Figura 20: Categoria dos imóveis rurais em Guarapuava.

Fonte: PMG (2007). Organizado por KAMINSKI (2012).

Nota-se, pois que, a distância entre os grandes estabelecimentos agropecuários e os pequenos agricultores está cada vez mais longa. Essa modernização da agricultura e a especialização da produção que é parcial porque não atingiu a todos os sujeitos, também

vem agravando as questões ambientais. Silva (2007, p. 63) lembra que “a economia da região esteve sempre associada à exploração de algum recurso da natureza que foi utilizada, muitas vezes, de forma predatória e rudimentar”.

Desde o princípio, a instalação das colônias esteve ligada à interferência na natureza a partir da introdução da modernização das técnicas de produção para exportação. As imensas plantações de soja e outras *commodities* contrariam o discurso corrente entre os suábios de que, desde o início das atividades a cooperativa tem procurado a preservação ambiental.

Nas palavras de Gora (2010, p. 130) “os campos de Guarapuava foram escolhidos por serem apropriados ao cultivo, não exigindo a derrubada de matas”. Segundo o mesmo autor, o primeiro presidente da Cooperativa Agrária, Michael Mor, exigia que a cada 15 hectares de terra agricultável comprados pela família, 4 hectares de mata deveriam ser preservados e deles extraído o mínimo sem causar destruição.

Contudo, a orientação não foi seguida pela maioria dos imigrantes. sustentabilidade por meio de profissionais da área ambiental. “De uma hora para outra começaram a derrubar as árvores, sem necessidade, para fazer plantio. Isso ocorreu também porque os suábios enfrentaram muitas dificuldades financeiras e a maneira mais rápida de conseguir dinheiro era vendendo madeira” (GORA, 2011). Na opinião dele é necessário mudar o pensamento de que a atividade agrícola visa apenas o lucro, mas sim “é preciso pensar na coletividade, no bem estar das pessoas”.

Porto-Gonçalves (2009) atribui à modernização, mecanização, uso de novos insumos químicos, biológicos e novas formas de produção, as agressões à natureza. Em sua análise sobre esses efeitos, “transformar um ecossistema num agroecossistema implica, sempre, perdas, seja de diversidade biológica, seja de volumes físicos de solos pela exposição mais direta à radiação solar, aos ventos e às chuvas” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 209).

Karl (2011) argumenta que a Cooperativa Agrária tem tomado algumas iniciativas em minimizar os efeitos sobre o meio ambiente, concentrando-se em ações como criação de uma unidade de reflorestamento, horto florestal de 4 ha com árvores de várias espécies, e um Projeto de Gestão Ambiental⁶², (AGRÁRIA, 2011) iniciado em 2002 com investimentos de aproximadamente R\$ 17 milhões.

62 Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/portal/cooperativa.php>>.

A cooperativa instalou equipamentos para redução de poeira e ruídos nos entrepostos e indústrias, lagoas de tratamento de efluentes, e implantou coleta seletiva de lixo nos departamentos da cooperativa, e substituição de óleo BPF, combustível fóssil não renovável, por energia renovável nas unidades industriais, a partir de madeira de reflorestamento.

Um trabalho de conscientização ambiental dos cooperados iniciou em 2006 com o Programa Agrária de Certificação Rural (AGRÁRIA, 2010), em que quatro cooperados obtiveram diploma de certificação por ações praticadas, tais como, destinação correta de óleo e graxas usados para empresas especializadas, depósitos para defensivos e reservatórios para combustíveis dentro de normas ambientais.

A necessidade de conscientização é enfatizada também pelos demais entrevistados, mais por ser um problema econômico, em que a lógica do capital se mostra como força que impele as ações. “Se não nos adequarmos às normas internacionais vamos perder mercado”, frisa o cooperado Antônio (2011). Gora (2011) revela que, entre as exigências dos compradores europeus estão procedência e maneiras de produção. Segundo o cooperado, quem produzir da forma ambientalmente correta terá o preço do produto mais valorizado:

Para saber sobre sanidade o mercado dos países desenvolvidos rastreiam e certificam conforme normas de qualidade que incluem controle no uso de defensivos, o processo de produção, a mão-de-obra empregada. A cooperativa faz muito pouco para induzir o cooperado a agir da forma correta e precisa agir de forma mais efetiva (GORA, 2011).

Schneider (2004) faz uma interessante consideração sobre o papel do cooperativismo e o desenvolvimento sustentável, os quais deveriam manter uma estreita relação. Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o desenvolvimento sustentável se apoia em três planos: desenvolvimento econômico eficiente, eficaz e adequado à realidade local e regional, promoção de um desenvolvimento socialmente justo e equitativo, e constante vigilância em prol da preservação do meio ambiente, podendo assim, ser visto como uma alternativa para o alcance da sustentabilidade.

A partir desses pressupostos, as cooperativas que deram grande impulso à agricultura paranaense e brasileira, também representam parcela significativa de responsabilidade social e ambiental. Nesse aspecto concorda-se com Schneider (2004) que o respeito pelo meio ambiente e pelas demandas sociais devem ser preocupações

permanente nas cooperativas, por meio de incentivo a projetos sociais que visam ajudar o desenvolvimento da comunidade da qual ela faz parte.

Ao lado dos problemas existentes em Entre Rios tem sido discutido há alguns anos um projeto de emancipação político-administrativa. A ACENDER não participa desse movimento formado por outros moradores que não fazem parte dos conselhos da Acender, mas apoia a iniciativa.

O presidente da entidade acredita que a emancipação é o melhor caminho para resolver os problemas de Entre Rios, “como ocorreu em municípios vizinhos que no passado foram distritos de Guarapuava e hoje, com recursos públicos próprios, conseguiram crescer e se desenvolver”. Segundo Sequeira (2012), o projeto não foi concretizado, embora algumas iniciativas já tenham sido tomadas pelo Movimento pela Emancipação de Entre Rios (MOVER):

[...] enquanto não for sancionada a nova lei federal que tramita no Congresso e na Presidência da República, é impossível o desmembramento de Distritos, a incorporação a outro Município vizinho e a fusão de Municípios. Por isso o que poderia ser feito até o momento já foi providenciado: foi criada uma Comissão de Moradores Pró-Emancipação (é o próprio grupo do MOVER), que colheu cerca de 1.000 assinaturas de moradores locais, fez o inventário do Distrito com informações socioeconômicas e protocolou o pedido na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Por enquanto o grupo MOVER e a população buscam apoio e articulações políticas e também aguardam a promulgação da lei federal que trata do assunto. (SEQUEIRA, 2012).

A Cooperativa Agrária, segundo Karl (2011), não se envolve no movimento de emancipação do distrito. A cooperativa também não se posiciona politicamente⁶³ em relação às reivindicações da população de Entre Rios, junto à prefeitura de Guarapuava.

O fato a ser analisado é que a cooperativa é capaz de organizar um espaço e influenciar suas transformações por meio de articulações com os homens, com as organizações, mas em seu caráter empresarial não tem uma postura de exercer representatividade em favor de outras questões que não sejam as de ordem econômica e financeira.

⁶³ Até a conclusão desse trabalho, nenhum cooperado ocupava cargo político, como ocorreu com Jorge Karl e Anton Gora que foram secretários municipais de Agricultura: Karl na gestão do ex-prefeito César Franco (1993 a 1996), e Gora, do ex-prefeito Vitor Hugo Burko (1996/2000/2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa remetem à constatação de que, ao se apropriar economicamente do território, a Cooperativa Agrária Agroindustrial gerou conflitos seus processos relacionais. Muitos desses conflitos decorrem das estratégias territoriais adotadas pelas gestões da cooperativa ao longo dos anos. A cooperativa se alinhou à agricultura comercial e à produção em larga escala, assemelhando-se às grandes organizações cooperativistas paranaenses que foram assimilando, desde a década de 1960, as intensas modificações no campo por conta do processo de industrialização.

Desse modo, com o intuito de conquistar competitividade no mercado, a Cooperativa Agrária Agroindustrial investiu em conhecimento, novas formas de gerenciamento, em ampliação de suas estruturas industriais e em tecnologia, na agroindustrialização da produção de grãos (milho, soja, trigo e cevada). Esse crescimento contou com amplos incentivos públicos.

Os cereais têm sido foco dos negócios da cooperativa desde que os seus fundadores, os suábios do Danúbio, que aqui se instalaram em 1951. O diretor-presidente, Jorge Karl, justifica que essa opção representa uma vocação dos imigrantes, uma questão cultural. Com esse discurso, os cooperados buscaram a expansão das propriedades além das fronteiras do município de Guarapuava, onde está localizado o distrito de Entre Rios, sede da cooperativa.

Em nossa abordagem territorial, essa estratégia representa o valor que o fator terra passou a ter, operando na lógica da sujeição da renda dessa terra ao capital. O resultado foi o aumento da concentração fundiária já existente no município. No lugar das pequenas fazendas que não ultrapassavam 50 hectares nas primeiras décadas de instalação das colônias, atualmente destacam-se extensas áreas com mais de 1.000 hectares, cobertas por cereais. O percentual de médios e grandes produtores rurais associados à cooperativa aumentou significativamente em relação ao dos pequenos agricultores.

Essa configuração espacial está no centro dos conflitos, uma vez que os cooperados de menor porte têm dificuldade de acesso à terra, hoje escassa em Entre Rios, e ficam sem escala apropriada para a produção das culturas consideradas mais rentáveis pela Agrária. Nesse grupo encontram-se cooperados, e também cooperados inativos, que contraíram dívidas superiores à capacidade de pagamento junto à cooperativa. Esse endividamento ocorreu devido a diversos fatores tais como, a política agrícola que causou

grande crise financeira nas cooperativas na década de 1990, as frustrações de expectativas de safras, mas também, por descontrole de gastos dos próprios cooperados.

Esses fatos desencadearam mais que quebra de vínculos materiais na Cooperativa Agrária. As queixas de produtores rurais que perderam a terra e os investimentos nela realizados face às dívidas, é que os gestores da cooperativa agiram somente com uma visão capitalista e não cooperativista, que visa ajuda mútua. A consequência dessas relações de poder econômico foi o rompimento da coesão cultural que, no imaginário social, existia naquela comunidade.

A Cooperativa Agrária seguiu por um caminho diferente de outras fundadas por imigrantes no Paraná, que desenvolveram programas para os pequenos agricultores associados. Uma prática pouco comum nas monoculturas – a diversificação das atividades produtivas integrando lavoura e pecuária, associada à agroindustrialização –, vem sendo implementada por tais cooperativas. Com projetos desse nível, elas conseguem manter sustentáveis e economicamente viáveis as pequenas propriedades.

O interesse em diversificar também foi constatado nos depoimentos em Guarapuava. Com exceção de um produtor rural, os demais entrevistados consideram o sistema uma possibilidade de renda extra e uma forma de sobrevivência ante riscos financeiros provocados pela oscilação de preços ou quebra de contratos no mercado.

Atualmente, a Cooperativa Agrária apoia a suinocultura para poucos cooperados, e existe a expectativa da implantação de alguns projetos. No entanto, enquanto eles tardam a se efetivarem, alguns cooperados da Agrária tomaram iniciativas isoladas, como produzir outras culturas agrícolas que não apenas cereais.

Diversificar, acima de tudo, é dar oportunidade de agregação de valor ao fator de produção trabalho, que nas monoculturas é representado por baixas ocupação e remuneração de trabalhadores rurais. E trabalho é uma necessidade no distrito de Entre Rios, uma localidade marcada por contrastes socioeconômicos, onde desigualdades de renda, bens materiais e posses convivem no mesmo espaço. Nas vilas em torno da Cooperativa Agrária, carentes de serviços públicos de qualidade, residem pessoas de baixa renda, muitas vivendo na condição de subempregadas ou desempregadas.

Embora não seja responsável pelas demandas sociais em Entre Rios, a cooperativa atrai centenas de pessoas em busca de emprego, mas poucas conseguem pela falta de requisitos profissionais exigidos pela empresa. Uma consequência da produção realizada nas grandes propriedades mecanizadas e amparadas por tecnologias de precisão, onde não há ampliação da oferta mão-de-obra significativa nas atividades campeiras.

A partir dessas evidências, concluiu-se que a apropriação do território pelo grupo social que são os suábios do Danúbio, representados pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, foi motivada pelos interesses econômicos e financeiros.

Tal dimensão adquiriu maiores proporções ao longo dos 60 anos de fundação da cooperativa, ao ponto de estar merecendo amplas reflexões sobre se a organização está no caminho certo para um futuro sólido e próspero para todos. A organização já passou por diversas dificuldades conseguiu superar a maioria dos problemas, mas recebe críticas de integrantes de sua própria comunidade suábia, como visto na reprodução das entrevistas neste trabalho, sobre algumas práticas cotidianas de produção e gestão.

Concomitantemente, a Cooperativa Agrária integra o setor agroindustrial que ainda não conseguiu promover o desenvolvimento, entendido aqui como qualidade de vida em escala, primeiramente local, da qual ela faz parte.

Diante dessas inquietações, reflexões precisam ser feitas no sentido de que, somente uma discussão bem articulada entre representantes de políticas para o segmento e dirigentes das cooperativas, no intuito de analisarem o verdadeiro papel do associativismo e de sua inserção na sociedade. Somente com essas iniciativas, sem utopias, existe a possibilidade de equilíbrio entre crescimento econômico e o bem estar social na sua verdadeira essência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANORTE. Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas. **Fruticultores de Entre Rios retomam cultivo da maçã.** 2008. Disponível em: <<http://www.abanorte.com.br/noticias/fruticultores-de-entre-rios-retomam-cultivo-da-maca>>. Acessado em: 17 jan. 2012.

ABREU, Gracita Gruber. ABREU, Alcioly T.G. **A posse e o uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava.** Curitiba : Biblioteca Pública do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ACENDER - Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios. **O distrito e a ACENDER. História, Objetivos sociais, Regiões de Entre Rios, Compromisso eleitoral.** Disponível em: <<http://www.acender.webnode.com.pt/>>. Acessado em: 4 de abr. 2012.

ALIANÇA CO-OPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **O que é a ACI?** Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/index.html>>. Acessado em: 28 mai. 2012.

_____. **O que é uma cooperativa?.** Disponível em: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>>. Acessado em: 29 mai. 2012.

ALVES, Eliseu. **A agroindústria e os agricultores.** Brasília, Codevasf, 1988.

ALVES, Adilson Francelino *et al.* (Orgs). **Manual das Cooperativas. Boas práticas na gestão cooperativada.** Francisco Beltrão: Unioeste/Unicafes/SETI, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia. **Agricultura & capitalismo.** São Paulo, Ed. Lech. 1979.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Política imigratória do Paraná. Revista Paraná Desenvolvimento.** Curitiba. Nº 87. R. Paranaense Desenv. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, Brasil. 1996.

BASTIANI, Ivoneti Rigon. **Risco e taxa de retorno: agroindústria cooperativa versus pequena propriedade rural.** Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/FGV, 1991.

BECKER, Bertha K. **Manual do candidato: geografia agrária.** Cap. 4- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, 2009. ISBN: 978.85.7631.196-6.

BENATTI, José Heder; SANTOS, Roberto Araújo; GAMA, Antonia Socorro Pena. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília: IPAM: MMA, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Moderno gerenciamento da empresa cooperativa e a nova geração de empreendimentos cooperativos.** In: XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, Brasília: OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras

(OCB). 1998. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/~sigbial/Coops%20Apostila.pdf>>. Acessado em: 05 dez. 2011.

_____. **Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão.** Tese de Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1994. Disponível em <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/tese_sigismundo.pdf>. Acessado em 05 fev. 2011.

_____. Política Institucional de Monitoramento da Autogestão das Cooperativas do Estado de São Paulo. (org.) **Cooperativas: Ambiente Institucional no Brasil e a Importância do Monitoramento para uma Nova Geração de Empreendimentos.** Projeto de Pesquisa de Professores da Universidade de São Paulo. Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2000. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/livro_bialoskorski.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2012.

_____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico.** In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Grãos: Safra 2011/2012.** Nono Levantamento. Junho/2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_06_12_16_15_32_boletim_por_tugues_junho_2012.pdf>. Acessado em: 25 de jun. 2012.

_____. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG). **Terra e cidadania.** Curitiba: ITCG, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Pecuária Municipal.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=pecuaria2010>>. Paraná 2010. Acessado em: 17 mar. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010.Cidades. Guarapuava.** <Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em: 25 de fev. de 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010.Cidades. Guarapuava. Distrito de Entre Rios.** Dados obtidos em março de 2012, no escritório regional. Impresso.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006, 2007. Agricultura Familiar. Primeiros resultados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/comentarios.pdf>. Acessado em: 08 abr. 2011.

_____. Ministério Público Federal Procuradoria da República no Município de Guarapuava (PRM/GP). **Recomendação nº 1/2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.prpr.mpf.gov.br/pdfs/guarapuava-rec-funai.pdf>> Acessado em: 15 de dez. de 2011.

_____. Ministério da Saúde (MS) -. Consulta Estabelecimento - Módulo Básico – **Atendimento: Atendimento prestado Hospital Semmelweis**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Bas_Atendimento.asp?VCo_Unidade=4109403139301>. Acessado em: 22 de mai. 2012

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Arroz**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/arroz>>. Acessado em: 3 mar. 2012.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Seminário Ministro confirma criação de secretaria do cooperativismo**. 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/noticias/2011/09/ministro-confirma-criacao-de-secretaria-do-cooperativismo>>. Acessado em: 2 de jan. 2012.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Projeções do Agronegócio Brasil 2010/11 a 2020/21**. Junho 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%20_0.pdf>. Acessado em: 10 de mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 2010. Disponível em : <http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/dados-estaduais-11.htm>. Acessado em: 2 de jan.2012.

_____. Presidência da República. **Novo Código Civil, Art. 791. Lei nº 10.406**. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acessado em: 07 abr. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 5.764, Lei do Cooperativismo**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm, 1971. Acessado em 13 de dez. de 2011.

_____. Presidência da República **Lei Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acessado em: 13 de set. de 2011.

_____. Receita Federal. (RF) **Sociedades cooperativas. Contribuição Social sobre o lucro líquido. Qual a diferença entre sobras líquidas e resultado do exercício apurados pelas sociedades cooperativas?** 2003. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2003/PergResp2003/pr783a784.htm>>. Acessado em: 10 mai. de 2012.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Agrária e LAR fecham novas parcerias com o BRDE**. Publicado em 20.03.2012. Disponível em <<http://www.brde.com.br/index.php/noticia/mostrar/id/380>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CAMP, Cooperativa Agrícola Mista Prudentópolis. **Histórico**. Disponível em <<http://www.camp.coop.br/historico.htm>> Acessado em 03 de ago. de 2011.

CAPAL, Cooperativa Agroindustrial. **Nossa história**. Disponível em <www.capal.coop.br>. Acessado em 11 de dez. de 2011. Acessado em 22 de jan. de 2011.

CARVALHO, Jaciara Fernanda. **Diversificação agrícola: uma alternativa para agricultura familiar**. 2005 - XLIII Congresso da SOBER - Ribeirão Preto-SP. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/681.pdf>>. Acessado em 11 de mar. de 2012.

CASTROLANDA, Cooperativa. Video institucional. Disponível em <http://www.castrolanda.coop.br/video_institucional>. Acessado em jan. de 2011.

_____. **Perfil**. Disponível em www.castrolanda.coop.br. Acessado em 06 de junho de 2011.

COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL. **Relatório Anual 2010, 2011**. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/portal/cooperativa.php>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **Parceiros comerciais. IREKS do Brasil**. Disponível em <http://www.agraria.com.br/portal/empresas_parceiras.php>. 2012. Acessado em 21 de fev. de 2012.

_____. **Caderno de Entre Rios**. Cooperativa Agrária. 2004.

COOPERATIVISMO POPULAR. **O que é, princípios básicos, cooperativas populares**. 2006. Disponível em: <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/princ_basico.php>. Acesso em: 11 out. 2011.

COOK, Michael. **The Future of US Agricultural Cooperatives: A Neo Institutional Approach**. American Journal of Agricultural Economics, 77 (december), 1995.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. **A Concept of Agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Ícone/UNICAMP, 1985.

DORNELAS, Stivilane. **Dois pesos e uma medida: nascido sob a égide da solidariedade, o cooperativismo enfrenta hoje o desafio de conciliar seus princípios com a competitividade**. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 18, n.º 12, p. 28-29, dezembro, 1998.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acessado em: 05 mai. de 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Cultivo de arroz de terras altas**. 2003. Disponível em <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozTerrasAltas/index.htm>>. Acessado em: 17 de set. de 2011.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Banco Lar Brasileiro, 1971.

FAJARDO, Sergio. **Herança das cooperativas, verticalização predomina**. In: Jornal Gazeta do Povo. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/conteudo.phtml?id=1197184>>. Acessado em: 30 de nov. de 2011.

_____. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FAUSTO, Bóris. **Historia Concisa do Brasil**. Editora: Edusp, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio**. Artigo publicado no Boletim do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_10_2009.pdf>. Acessado em: mar. 2011.

FERREIRA, Darlene. **Mundo Rural e Geografia**. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC, 1988.

FRIEDRICH, Marli. **Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Listagem geral das terras indígenas no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/docs_documentos/terras-indigenas>. Acessado em: 20 mar. 2012.

GÄRTNER, Monique. **História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971)**. 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/70.pdf>>. Acessado em: 11 mai. 2012.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini Gimenes. **Agroegócio cooperativo: a transição e o desafio da competitividade**. Redes. Santa Cruz do Sul. v. 12. n. 2. Mai/ago 2007. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/261/205>>.

GORA, Anton. **Dos campos nativos ao agronegócio: a contribuição suábica em Guarapuava**. Guarapuava: 2010. Ed. Unicentro.

GUANZIROLI, Carlos. **Agroindústria rural do Brasil: experiencias bem e mal sucedidas**. 2010. UFF. A faculdade de Economia. Trextos para discussão.

GUARAPUAVA, Prefeitura Municipal de. **Turista. Sobre Guarapuava.** 2012. Disponível em <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/sobre-guarapuava>>. Acessado em 3 de fev. de 2012.

_____. **Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava - CEPLUG**, 2007.

_____. **Unidades Municipais de Ensino.** Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/cidadao/unidades-municipais-de-ensino/>>. 2012
Acessado em: 7 de mai.2012

_____. **Estrutura Fundiária do Município de Guarapuava.** Plano Municipal de Saneamento Básico (2011).

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1996. 217 p.

_____. **A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, 1982.

_____. **O que é questão agrária?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. 4ª ed.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização a Mutiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

_____. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda.** Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002.

_____. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

IANNI, Otávio. **A luta pela Terra: história Amazônia.** Petrópolis:Vozes, 1978.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Índios fecham escritório da Funai em Guarapuava**, no Instituto Socioambiental (ISA, 2001), disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/c/noticias?id=3290>>. Acessado em: 3 de abr. 2012.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: Primeiras Aproximações.** Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/nathan11.pdf>>. Acessado em: 15 jul. 2011.

JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA. **Agropecuária puxa saldo negativo na evolução do emprego.** 2012. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/guarapuava/11,171,17,08,agropecuaria-puxa-saldo-negativo-na-evolucao-do-emprego.shtml>>. Acessado em: 17 de agosto de 2012.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Foi golpe o que ocorreu no Paraguai, diz alto representante do Mercosul**". 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1112252-foi-golpe-o-que-ocorreu-no-paraguai-diz-alto-representante-do-mercosul.shtml>>. Acessado em 18 de mar. 2012.

JORNAL GAZETA DO POVO. **Sem proteção cambial, soja perde valor.** Publicado em 03/11/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/conteudo.phtml?id=1187914>>. Acessado em 18 de fev. de 2012.

_____. **Governo confirma Ambev no PR.** 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1149335>>. Acessado em 11 de agosto de 2011.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Menos fome no mundo.** 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,menos-fome-no-mundo,611689,0.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

JORNAL REDE SUL DE NOTICIAS. **Antes e depois da Agromalte: Entre Rios e o atual nível de desenvolvimento.** 2012. disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=40360>. Acessado em: 24 de janeiro de 2012.

LACHESKI, Edilane. **Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000).** 2009; Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/19182/dissertacao.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 21 nov. 2011.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acessado em: 15 de out. 2011.

LEOPOLDINO, Cândida Joelma. **A dupla qualidade dos cooperados: sócios e clientes nas sociedades cooperativas.** Dissertação de Mestrado, Pós- Graduação do curso de Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/16157/DUPLA%20QUALIDADE%20DOS%20COOPERADOS.pdf;jsessionid=E3461E816EAA41878424B372DE469253?sequence=1>>. Acessado em: 12 dez. 2008.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010**. Guarapuava: O Autor, 2010.

MARTINS, Sebastião Meira. **Pioneiros do Vale de Entre Rios**. Guarapuava: Esquema, 1992.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**, São Paulo, Editora Unesp, 2000.

MENEGÁRIO, Alexandre Hetner. **Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo. Piracicaba: ESALQ/USP, 2000. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/UPL/Acervo/DissertacaoAlexandreHMenegario.pdf>>. Acessado em: 12 mai. 2011.

MENESES, Antônio. **Cooperativismo para as Escolas de II Grau**. Brasília, OCB, 1992.

MIRANDA, Maria Bernadete; MALUF, Clovis Antonio. **O Contrato de Joint Venture como Instrumento Jurídico de Internacionalização das Empresas**. 2001. Disponível em <http://www.direitobrasil.adv.br/artigos/jv.pdf>. Acessado em 19 de mar. 2012

MORAES, Antonio Carlos Robert . **Ratzel**. 1ª. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1. 200p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

_____. **Observações sobre a economia política da agricultura brasileira**. Rascunho, Araraquara, nº 14, p. 1-65. Dez. 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ (OCEPAR), Assessoria de Imprensa. **Cooperativas do Paraná: investimentos de R\$ 1,15 bilhão em agroindústrias e armazenagem**. Informações via e-mail.2012.

_____. **Mais de um século de experiência**. Revista Paraná Cooperativo. Curitiba, Jul/Ago. 2006. Disponível em <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/PublicacaoMostrar01>> . Acessado em 12 de julho de 2012.

_____. **História**. Revista Paraná Cooperativo, 2004. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/UPL/Outro/historia.pdf>>. Acessado em: 12n jan.2012.

_____. **Fundão dados para a imprensa**. 2008. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/servlet/ConsultaInformesEdicaoImpressao?ServletState=2&nuAnoF=2008&nuMesF=2&nuDiaF=28>>. Acessado em 11 de novembro de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). **2012: Ano Internacional das Cooperativas**. Disponível em <<http://www.ano2012.coop.br/default.php?p=principal.php>>. Acessado em 11 de mar.de 2012

_____. **Cooperativismo Brasileiro: uma história; princípios.** Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acessado em: 11 set. 2011.

_____. **Exportações das cooperativas batem recorde em 2010.** 2011. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>>. Acessado em: 16 jan. 2012.

_____. **Cresce número de pessoas ligadas ao cooperativismo.** Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=12533>. Acessado em: 12 de jan. 2012.

_____. **Ranking das Melhores.** 2007. Disponível em <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/200710_rankingmelhoresmaiores2010.pdf>. Acessado em 21 de dez. de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e Indústria no Brasil. Revista Campo-Território.** Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 5-64, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>>. Acessado em: 20 jan. 2011.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf. Acessado em: 23 abr.2011.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Análise das políticas e programas sociais no Brasil. Escritório Regional para a América Latina e o Caribe Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC - América do Sul.** 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/dt182_319.pdf>. Acessado em: 5 mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA BRASIL). **Já somos 7 bilhões!** 2012. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/novo/>. Acessado em: 21 de jun. de 2012.

_____. **Pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões: Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011.** Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/novo/>> 2011. Acessado em: 10 de set. de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Cooperativas são fundamentais no combate à fome. 2012 é o Ano Internacional das Cooperativas.** Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cfcf2012AIC.asp>>. Acessado em: 03 abr. 2012.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Paraná: diagnóstico social e econômico.** Curitiba, 2003. Disponível em <

http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/diagnostico_relatorio.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2012.

_____. **Caderno Estatístico do Município de Guarapuava**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85000>>. Acessado em: 14 out. 2011.

_____. **Leituras regionais. Mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Curitiba: IPARDES, 2004. 32p. PDF.

_____. Departamento de Economia Rural (DERAL). **Análise da Conjuntura Agropecuária. Safra 2011/12**. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/leite_2012.pdf>. Acessado em: 03 fev. 2012.

_____. **Números da pecuária paranaense**. Maio 2012. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/nppr.pdf>>. Acessado em: 30 maio 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação/Núcleo Regional de Educação/Guarapuava. (SEED/NRE). **Rede Escola**. Disponível em: <<http://www.redeescola.seed.pr.gov.br/modules/instalacao/localizarEscolas.php>>. Acessado em: 14 mai. 2012.

_____. Colégio Estadual D. Pedro I. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.grpdompedro.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>>. 2012. Acessado em: 9 de mai. de 2012.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Números da Pecuária Paranaense**. 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/nppr.pdf>>. Acessado em: 9 de mai. 2012.

_____. **Produção agrícola do Estado do Paraná. Safras 05/06 até 09/10**. Por município. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>>. 2011. Acessado em 15 de mai. 2012.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da Vertente Pioneira à Vertente Solidária**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. 357 p

PORTER, Michael. **What Is Strategy?** Source: Harvard Business Review 21 pages. Publication date: Nov 01, 1996. Prod. #: 96608-PDF-ENG.

_____. **Estratégia Competitiva**. Campus, Rio Janeiro, Campus, 1991.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As conseqüências sociais e ambientais da prioridade ao monocultivo**. Biodiversidad en América Latina y El Caribe. 2009. Disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org/Principal/Contenido/Documentos/As_consequencias_sociais_e_ambientais_da_prioridade_ao_monocultivo>. Acesso em: 20 mar. 2011

_____. **Globalização da natureza e natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acessado em: 04 de jan. de 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA FAE BUSINESS. **Painel: diversificação da produção**. 2005. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n12/painel.pdf>. Acessado em 19 abr. 2012.

REVISTA EXAME. **Maiores Empresas por Vendas em 2010**. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/>>, 2010. Acessado em: 12 de dezembro de 2010.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2a. Ed.1989.

_____. **Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil**. Revista Conceitos, vol. 8, nº 15, João Pessoa: PB, 2009.

RICHETTI, A. **O que é diversificação agropecuária?** A Lavoura, ano 110, n. 661, p. 33,2007. Disponível em: <[http://www.prodemb.cnptia.embrapa.br/busca.jsp?baseDados=PRODEMB&unidade=TO DAS&fraseBusca="RICHETTI,%20A.%20em%20AUT®istraHistorico=N&formFiltroAction=N&hitsInicial=20&paginaAtual](http://www.prodemb.cnptia.embrapa.br/busca.jsp?baseDados=PRODEMB&unidade=TO DAS&fraseBusca=)>. Acessado em: 20 abr. 2012.

RICKEN, José Roberto. **A Integração econômica e Social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4165/jose%20ricken.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 10 dez. 2011.

ROSENDAHL, Zeni (org). **Trilhas do sagrado**. Coleção: Geografia Cultural. 2010. 192 p.

SABOURIN, Eric. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>>. Acessado em: 29 jan. 2012.

SACK, R. D. **Human Territoriality: its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, Editora Edusp, 2004.

_____. **Território e Sociedade**. 2. ed. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia**. São Paulo: HUCITEC. 3ª edição, 1986.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O Processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

SAQUET M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins**. Porto Alegre: EST, 2003.

_____. **O tempo, o espaço e o território**. In: SOUZA, E. e A. SOUZA, (Org.), **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel, Edunioeste, 2000, p. 103-114.

_____. **A construção do espaço em Nova Palma/RS**. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Dissertação de mestrado em Geografia. 1996.

SCHLESINGER, Sérgio, NORONHA, Silvia. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SCHNEIDER, João Elmo. **Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e Cooperativismo**. In: Unisinos: Anais do III Encontro Latino-americano dos Pesquisadores em Cooperativismo, 2004.

SENE, Roberto Rivelino. **Caso paiol de Telha, uma história de descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, Pr**. 2008. Disponível em: <http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/3/TDE-2008-10-14T143348Z-217/Publico/Roberto%20Rivelino.pdf,bro>. Acessado em: 3 de novembro de 2011.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo Paranaense: Oepar 35 anos, mais de um século de história**. Curitiba: Oepar, 2006.

SEYFERT, G. **Identidade étnica, Assimilação e Cidadania – A imigração alemã e o Estado Brasileiro(*)**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu (MG). 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm>. Acesso em: 10 dez. 2011.

SILVA, Joseli Maria da. **Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-Pr**. Revista de História Regional, Verão, 1997. p. 9-42. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2024>>. Acessado em: 10 de out. 2010.

SILVA, Márcia da. **Análise Política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

SILVA, Emanuel Sampaio; SALOMÃO, Inessa; MCINTYRE, Jimmy Peixe; GUERREIRO, João; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva, ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; BERGONSI, Sandra S; VAZ, Sidney da Conceição. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. Revista UniRcoop • Vol. 1, # 2, 2003. Disponível em <[http://www.unircoop.org/unircoop/files/bibliotheque/Vol1No2.05.Unircoop.Br%C3%A9s%20il.crop.pdf\(1\)](http://www.unircoop.org/unircoop/files/bibliotheque/Vol1No2.05.Unircoop.Br%C3%A9s%20il.crop.pdf(1))>. Acessado em 20 de fev. de 2012.

SILVA, Sergio. **Valor e renda da terra**. São Paulo: Polis, 1981.

STEIN, Marcos Nestor. **Imigração, dissensos e adaptações: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná**. Teses UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/297.pdf>>. Acessado em: 17 de abr. 2012.

_____. “O oitavo dia”: Produção de sentidos identitários na Colônia de Entre Rios – PR (segunda metade do século XX). Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O Processo de Desenvolvimento Geoeconômico do Complexo Agroindustrial Cooperativista na Mesorregião Norte Central Paranaense**. Tese de doutorado, Presidente Pudente, 2002.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas.-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TOPIGS- **A Dalland do Brasil é uma empresa do Grupo Topigs com sede na Holanda**. Disponível em: <<http://www.topigs.com.br>>. Acessado em: 18 de set. 2011

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. Campinas, 2001. 200 p. Tese (Doutorado) . Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem da favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações no conceito de Território.** GEOUSP - Espaço e Tempo, SP, N° 15, pp. 119 - 126, 2004. Disponível em <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2011.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. **A ruralidade no Brasil moderno: um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: GIARRACA, N (Comp.). *¿Una nueva realidad en América latina?* Buenos Aires. CLACSO/ASDI, 2001.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/made/article/view/22105/14471>>. Acessado em 5 de mai. 2011.

WITMARSUN, Cooperativa Agrícola. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.witmarsun.coop.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

VEIGA, José Eli da. **O que é reforma agrária.** Coleção Primeiros Passos. 11.ed. Brasiliense: São Paulo, 1986.

VILLA VERDE, Valéria. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** IPARDES, 2004.

ZANCHET, Maria Salete. **Tendências e desafios do emprego rural no Paraná Rural.** 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/204/455>>. Acessado em: 8 de mai. 2011.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias.** In: XIV Seminário de Política Econômica, Cooperativismo e Agronegócio. Viçosa: UFV, DER, 2002. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/WPapers/2002/02-017.PDF>>. Acesso em: 18 de mai. 2011.

ENTREVISTAS CITADAS

ANTÔNIO (nome fictício). Satisfação em relação às estratégias adotadas pela Cooperativa Agrária. Entrevistado por Marisa Kaminski, no dia 17 de novembro de 2011.

GORA, Anton. As estratégias da Cooperativa Agrária Agroindustrial. Entrevistado por Marisa Kaminski, no dia 17 de setembro de 2011.

JOÃO (nome fictício). O processo relacional na cooperativa: as relações conflitantes. Entrevistado por Marisa Kaminski, no dia 16 de maio de 2012.

JOSÉ (nome fictício). O processo relacional na cooperativa: as relações conflitantes. Entrevistado por Marisa Kaminski no dia 08 de maio de 2012.

KARL, Jorge. A opção pelo core business. Entrevistado por Marisa Kaminski no dia 16 de junho de 2011.

MARIA (nome fictício). Falta de diversificação. Entrevistada por Marisa Kaminski, no dia 27 de fevereiro de 2012.

MANOEL (nome fictício). O processo relacional na cooperativa: as relações conflitantes. Entrevistado por Marisa Kaminski, no dia 11 de maio de 2012.

PEREIRA, Jacomina Milla. A chegada do elemento estrangeiro em Guarapuava. Entrevistada por Marisa Kaminski no dia 20 de dezembro de 2011.

SEQUEIRA, Márcio. A organização sociopolítica dos moradores de Entre Rios. Entrevistado por Marisa Kaminski, no dia 01 de junho de 2012.

APÊNDICES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu _____,
AUTORIZO a mestranda Marisa do Belem Pereira Kaminski, do Programa de Pós-graduação/Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/PR), orientada pelo Prof. Dr. Sergio Fajardo, a utilizar meu depoimento e/ou imagem (s) para fins meramente científicos. A mestranda se compromete a tratar com fidelidade as informações.

Guarapuava, 30 de maio de 2011.

Marisa Pereira Kaminski
Responsável pela pesquisa
R.A. 0511009

Assinatura Entrevistado

Roteiro da Entrevista com Anton Gora.

1. Em seu livro “Dos campos nativos ao agronegócio”, (GORA, 2010) há uma clara preocupação com a viabilização dos pequenos cooperados da Agrária. Por quê?
2. Diferentemente da Agrária, outras cooperativas também fundadas por imigrantes no Paraná, cresceram economicamente produzindo em grande escala, mas também diversificaram a produção. Por que a Agrária seguiu por um caminho diferente, na sua opinião?
3. Diversificar foi uma iniciativa sua como um dos meios dos cooperados de menor porte se manter economicamente bem, em meio à produção de cereais, que é o grande negócio da Cooperativa?
4. Por que está investindo nas hortaliças?
5. No modo capitalista de reprodução no campo, a palavra crescimento denota enriquecimento, e crescimento econômico implica ampliar a renda na lógica do individualismo e da produção em grande escala. O que quer dizer então com “o pequeno não pode pensar em ser pequeno sempre, mas sim em crescer”, no contexto do cooperativismo?
6. Esses exemplos de sucesso de condomínios na Europa não estão atrelados às cooperativas?
7. Em termos comparativos, se esse modelo de cooperativa que ora se desenvolve no Brasil não mais atende às necessidades e expectativas dos pequenos produtores, como se explica o fato dos pequenos produtores da Agrária estarem em tão melhor situação de renda que pequenos agricultores não associados a ela na região?
8. Existe distinção de tratamento, por parte da cooperativa, entre pequenos, médios e grandes cooperados?
9. Suas necessidades são atendidas pela Agrária?
10. E o que pensa sobre a renovação político-administrativa da cooperativa?
11. Essa alternância se deve a falta de preparo ou de interesse de outros pares em concorrer à diretoria?
12. Há interesse de sua parte em se candidatar ao cargo de presidente?
13. Como vê a inserção da Cooperativa Agrária nos campos de Guarapuava em relação à sustentabilidade?
14. Sobre esse assunto quais foram as ações da Cooperativa Agrária sobre a natureza, em Entre Rios?

15. Há quem diga que a Cooperativa Agrária é uma sociedade “fechada”, já que a maioria dos cooperados é descendente de suábios. Concorda com esse pensamento?
16. Há diferença de pensamento entre o produtor suábio e outros produtores? Seria uma questão cultural?
17. Como foi a inserção social e econômica da cooperativa nos campos de Guarapuava? As disparidades sociais em contrapartida ao poder econômico são alvo de críticas à cooperativa.

Roteiro da entrevista com Jorge Karl.

1. Nacionalidade, origem étnica, profissão e formação escolar do entrevistado.
 - Atividades agrícolas a que se dedica.
 - Qual foi a trajetória na cooperativa.
2. Perfil da Cooperativa Agrária Agroindustrial (em números):
 - Área de abrangência;
 - Produção (destaque para os principais produtos e destino da produção) ;
 - Unidades industriais;
 - Número de cooperados e categorias (pequenos, médios e grandes);
 - Porcentagem de cooperados de descendência suábica;
 - Número de empregos diretos e indiretos (em quais serviços);
 - Posição no cenário da economia e da agricultura paranaense e brasileira;
 - Parcerias;
 - Projetos e programas desenvolvidos nos setores administrativo, econômico e cultural;
 - Investimentos em tecnologia e transferência de tecnologia.
3. Inserção da cooperativa e dos suábios na comunidade (relações econômicas, culturais, sociais e políticas);
4. Relação cooperativa/cooperados (aspectos administrativos, organizacionais);
Assistência técnica e apoio;
5. Quando e porque a Cooperativa Agrária passou a ser categorizada como Agroindustrial;
6. Implicações dessa mudança para a cooperativa, entre os cooperados e na sociedade;
7. Bases filosóficas na formação da cooperativa à época de sua fundação (quanto à forma de organização e de trabalho e de identidade étnica);
8. Manutenção desse modelo, ou esse embasamento filosófico em meio à agroindústria;
9. Diferenças básicas entre a Agrária e demais cooperativas fundadas por imigrantes no Paraná;
10. Problemas solucionados e pendentes (preocupações financeiras, econômicas);
11. Projetos futuros.

Roteiro da entrevista com Antônio e Maria, José, João, Manoel.

- Nacionalidade, origem étnica?
- Formação educacional?
- Local ou locais principais de residência?
- Tamanho médio da (s) propriedades:
- Abrangência da (s) propriedade(s):
- Os negócios da família iniciaram com seus pais ou avós?
- Possui filhos?
- Os filhos (se houver) pretendem assumir os negócios da família?
- Geração de emprego na (s) propriedade (s) e/ou nos negócios ligados à agricultura e/ou pecuária:
- Data em que se filiou à Cooperativa Agrária
- Quais os benefícios em ser cooperado da Agrária? (o número de linhas sugeridas não deve limitar a resposta)
- Qual seu grau de satisfação com a Agrária em relação às estratégias de ação:
 - ✓ no trato das questões administrativas:
 - ✓ financeiras;
 - ✓ preservação da cultura;
 - ✓ assistência técnica.
- Em sua opinião, é correta a opção da Cooperativa Agrária em verticalizar e focalizar a produção de cereais, mas não diversificar a produção como fazem outras cooperativas?
- Quais projetos seriam interessantes cultural e economicamente na cooperativa?
- Em sua opinião, o que diferencia a Cooperativa Agrária de outras cooperativas fundadas por imigrantes?

Roteiro entrevista Jacomina Milla Pereira (Nina)

- Quais fatos a senhora. recorda em relação à chegada dos imigrantes suábios do Danúbio em Guarapuava?
- Como era a vida cidade naquela época?
- Qual sua opinião a respeito desses imigrantes?

Roteiro da entrevista com Márcio Sequeira.

1. Quando foi eleito presidente da ACENDER?
2. Quando, como e por que foi criada a Associação?
3. Quem faz parte dessa entidade e quantos membros possui?
4. Qual a área de abrangência da ACENDER?
5. Quantas pessoas vivem no distrito (fonte)?
6. Qual é o perfil socioeconômico dos moradores?
7. Quais são os principais problemas enfrentados pelos moradores?
8. Quais as áreas ou comunidades mais afetadas por tais problemas?
9. Quais as causas dos problemas?
10. Quais as conquistas obtidas por meio da ACENDER?
11. Qual tem sido o papel do poder público municipal e da Cooperativa Agrária no distrito de Entre Rios?
12. A ACENDER apoia a ideia de emancipação de Entre Rios? Por que?
13. O que existe de concreto em torno da emancipação?